

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RAFAEL SOARES TORRES

**O efeito da diplomacia na captação de investimento estrangeiro no
Brasil: uma análise de vetores autorregressivos**

São Paulo

2021

RAFAEL SOARES TORRES

**O efeito da diplomacia na captação de investimento estrangeiro no
Brasil: uma análise de vetores autorregressivos**

Dissertação apresentada ao Instituto de
Relações Internacionais da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Carla
Decaro Schettini

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Seção Técnica de Biblioteca
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Torres, Rafael Soares

O efeito da diplomacia na captação de investimento estrangeiro no Brasil: uma análise de vetores autorregressivos / Rafael Soares Torres ; orientadora: Daniela Carla Decaro Schettini. – São Paulo, 2021.

104 p.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

1. Política externa brasileira 2. Política econômica 3. Investimento externo direto 4. VAR 5. VEC I. Schettini, Daniela Carla Decaro, orient. II. Título.

CDD – 327.81

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só pode ser realizado pela ajuda de diversas pessoas, que me apoiaram de forma constante e incondicional desde a primeira intenção que tive de realizar este curso.

Agradeço primeiramente à minha família, que me deram suporte, carinho e motivação para terminar uma tarefa desta magnitude. Obrigado por tudo, Edmilson, Nadir, Patrícia, Eduardo, Vitor, Thiago, Henrique e Arthur. A conclusão deste título se deve em grande parte a vocês.

Agradeço em especial à minha namorada Stephanie, que foi meu maior arrimo emocional e social em todo esse caminho difícil, especialmente em um momento tão crítico. Obrigado pelo seu amor. Obrigado por me motivar a ser melhor do que achei que podia ser, por estar do meu lado em todos os momentos, e por ser minha parceira de vida e de alegrias. Eu amo você.

Agradeço também a todos os grandes amigos que fiz durante o curso, cujos nomes são muitos para colocar neste texto, e que me auxiliaram com conhecimento técnico, com experiências de vida, com camaradagem e gostosas risadas. A amizade de vocês é o bem mais valioso que levo desta fase.

Agradeço ao corpo docente do IRI e da USP, por todo o conhecimento, auxílio e disposição de ensinar que tiveram, desde quando eu assisti a algumas aulas como ouvinte até os momentos finais do curso. Ao corpo de funcionários do IRI também, pela ajuda que prestaram, pelo tanto de informação que providenciaram, e pela amizade que ofereceram.

Agradeço, ainda, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação, por ter financiado este trabalho e ter permitido que eu pudesse me dedicar de forma exclusiva a ele.

E agradeço enfim à minha orientadora Daniela, que me indicou os melhores caminhos, me deu as melhores sugestões e ideias, e me deu imenso suporte para essa conclusão. Sua orientação foi imprescindível para mim e para este trabalho, e eu sou profundamente grato por todo seu esforço, apoio, paciência e mentoria.

RESUMO

Esta dissertação busca analisar o sucesso da política externa brasileira em promover o desenvolvimento econômico do país mediante a captação de investimento externo direto. O trabalho recupera a história da política externa brasileira, demonstrando como ela tem o interesse de promover o desenvolvimento do Brasil, e recupera a história econômica brasileira, a fim de demonstrar como nos últimos trinta anos a compreensão de desenvolvimento se transformou no objetivo de angariar investimentos externos no país, com vistas a promover avanços técnicos, integração nas cadeias internacionais de produção, e autonomia política e econômica. O trabalho infere desta forma que a intenção da política externa brasileira a partir de 1995 é a atração de recursos internacionais para investimento no Brasil, e que houve políticas específicas tomadas por líderes desde então, que visam este objetivo. Finalmente, o trabalho analisa, com modelagens de vetor autorregressivo (VAR) e de vetor de autocorreção (VEC), se os esforços de política externa do Brasil tiveram impacto mensurável na entrada de investimento externo direto. O uso destes modelos de séries temporais autorregressivos múltiplos permite a observação do impacto da política externa isolada dos efeitos causados por políticas macroeconômicas que também foram tomadas durante o período. Ao final da análise, este trabalho conclui que a formulação da política externa brasileira tem impacto relevante, e que a boa aplicação de recursos diplomáticos pode resultar em maiores fluxos de investimento externo direto no Brasil.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Política Econômica. Investimento externo direto. VAR. VEC.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze how successful the Brazilian foreign policy was in promoting economic development by raising foreign direct investments to Brazil. This analysis retraces the Brazilian foreign policy history, demonstrating how it was used with the intention of promoting national development, and recounts the Brazilian economic policy history, explaining how, in the last thirty years, the focus of economic development became the attraction of foreign direct investment to the country, as means to promote technical advancements, economic integration within the global value chains, and the economic and political autonomy for Brazil. This work therefore infers that the goal of the Brazilian foreign policy since 1995 was to attract foreign resources for investments in the country, and that specific policies were enacted by leaders since then, to accomplish this result. Finally, this work analyzes, by means of vector autoregression model (VAR) and vector error-correction model (VEC), if such efforts of foreign policy had measurable effects in the influx of foreign direct investments. Using such multiple autoregressive quantitative models allow us to observe the impact of foreign policies isolated from the effects caused by macroeconomic policies that were also enacted at this period. This work then concludes that enacting the right foreign policies has relevant impacts, and that good application of diplomatic resources can result in larger influxes of foreign direct investment in Brazil.

Keywords: Brazilian foreign policy. Economic policy. Foreign direct investment. VAR. VEC.

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÔNIMOS E INICIAIS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

ADF – Dickey-Fuller Aumentado

ADV – Análise de Decomposição da Variância

AIC – Critério de Informação de Akaike

ALCA – Área de Livre-Comércio das Américas

BCB – Banco Central do Brasil

BLS – Secretaria de Estatísticas do Trabalho

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAN – Comunidade Andina de Nações

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

COPOM – Comitê de Política Monetária

CPI – Índice de Preços ao Consumidor

CSONU – Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

EUA – Estados Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIR – Função Impulso Resposta

FMI – Fundo Monetário Internacional

HQ – Critério de Informação de Hannan-Quinn

IBAS – Índia, Brasil e África do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOVESPA – Índice da Bolsa de Valores de São Paulo

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IED – Investimento externo direto

ISI – Industrialização por Substituição de Importações

LM – Multiplicador de Lagrange

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MRE – Ministério das Relações Exteriores

NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PIB – Produto interno bruto,

PBF – Programa Bolsa Família

PT – Partido dos Trabalhadores

SC – Critério de Informação de Schwarz

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

TEC – Tarifa Externa Comum

UE – União Europeia

UNASUL – União das Nações da América do Sul

VAR – Vetor Autorregressivo

VEC – Vetor de Correção de Erros

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fontes das variáveis selecionadas	62
Tabela 2 – Resultados dos testes de ADF das variáveis selecionadas	64
Tabela 3 – Testes de defasagens do modelo	65
Tabela 4 – Resultado do teste de autocorrelação do modelo, para cinco defasagens	66
Tabela 5 – Teste de autocorrelação do modelo, para seis defasagens	66
Tabela 6 – Teste de cointegração de Johansen para o modelo.....	66
Tabela 7 – Coeficientes normalizados de cointegração das variáveis	67
Tabela 8 – Análise de Decomposição da Variância de IED causada pelas variáveis indicadas	69
Tabela 9 – Raízes Unitárias para os modelos entre os anos de 2002-2018.....	70
Tabela 10 – Teste de defasagens do Modelo 2	71
Tabela 11 – Teste de cointegração de Johansen para o Modelo 2	71
Tabela 12 – Teste de autocorrelação dos resíduos do Modelo 2, para 4 defasagens	72
Tabela 13 – Tabela de ADV da variável L_IED_d11 para as variáveis no Modelo 2	73
Tabela 14 – Testes de defasagens para o Modelo 3	74
Tabela 15 – Teste de autocorrelação de resíduos para o Modelo 3	74
Tabela 16 – Tabela de ADV para D(L_IED_d11) como resposta das demais variáveis do Modelo 3	76
Tabela 17 – Testes de defasagens para o Modelo 4	76
Tabela 18 - Teste LM das defasagens do Modelo 4.....	77
Tabela 19 - ADV de D(L_IED_d11) no Modelo 4.....	78
Tabela 20 – Testes de ADF para as variáveis no intervalo 2008-2018.....	79
Tabela 21 - Testes de defasagem para o Modelo 5	80
Tabela 22 – Teste de autocorrelação dos resíduos para o Modelo 5.....	80
Tabela 23 – Resultado da ADV para L_IED_d11 em resposta às variáveis do Modelo 5.....	81
Tabela 24 – Testes de defasagem para o Modelo 6	81
Tabela 25 – Teste de autocorrelação dos resíduos no Modelo 6.....	82
Tabela 26 – Testes de defasagens para o Modelo 7	83
Tabela 27 – Teste de autocorrelação dos resíduos do Modelo 7.....	83

Tabela 28 – ADV da resposta de L_IED_d11 para as variáveis do Modelo 7 85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comércio internacional brasileiro (% do PIB).....	28
Figura 2 – Entrada de IED no Brasil, em bilhões de dólares constantes de 2018.	29
Figura 3 – Média móvel do Investimento externo direto (milhões de dólares, eixo da esquerda) e número de funcionários no Ministério das Relações Exteriores (eixo da direita): 2002-2018.	56
Figura 4 – Gráficos de Função Impulso-Resposta de L_IED_d11 para as demais variáveis.....	68
Figura 5 – Gráficos de impulso-resposta de L_IED_d11 para o Modelo 2	72
Figura 6 – Gráficos de FIR para D(L_IED_d11) no Modelo 3.....	75
Figura 7 - Gráficos de resposta de L_IED_d11 às variáveis do Modelo 4.	78
Figura 8 - Gráfico da FIR do Modelo 5, com a resposta de L_IED_d11 às variações das demais variáveis.	80
Figura 9 - Gráficos de FIR da variável L_IED_d11 em relação às variações das demais variáveis no Modelo 6.	82
Figura 10 - Gráficos de FIR do Modelo 7.....	84
Figura 11 – Investimento externo direto (em milhões de dólares).....	100
Figura 12 – Produto interno bruto do Brasil (em milhares de reais).....	100
Figura 13 – Fator acumulado da taxa básica de juros (dez/1994 = 100)	101
Figura 14 – Câmbio real/dólar	101
Figura 15 - Índice geral de preços - índice-base (jan/1993 = 100)	102
Figura 16 – Índice iBovespa	102
Figura 17 – Número de funcionários do Ministério das Relações Exteriores.....	103
Figura 18 – Orçamento da Agência Brasileira de Cooperação (em milhares de reais)	103
.....	
Figura 19 - Orçamento do Ministério das Relações Exteriores	104

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	5
Resumo.....	6
Abstract	7
Lista de Abreviaturas, acrônimos e iniciais	8
Lista de Tabelas.....	10
Lista de Figuras	12
Sumário	13
1. Introdução e Problematização	14
1.1. Introdução	14
1.1.1. O desenvolvimento no Brasil	14
1.1.2. A Política Externa Brasileira e o desenvolvimento econômico	15
1.1.3. A Política Externa Brasileira e o investimento externo direto	18
1.2. Problematização.....	19
2. Discussão Literária.....	23
2.1. A economia internacional e o investimento externo no Brasil	23
2.1.1. Desenvolvimento em um contexto internacional	23
2.1.2. Investimento externo direto em países em desenvolvimento.....	25
2.1.3. A dinâmica econômica internacional dos anos 1990	26
2.1.4. A inserção econômica brasileira no pós-Real	27
2.1.5. A inserção econômica nos governos petistas	30
2.1.6. A política de integração de Temer.....	33
2.2. Política externa	34
2.2.1. A PEB de Fernando Henrique (1995-2002).....	34
2.2.2. A PEB de Lula (2003-2010).....	37
2.2.3. A PEB de Dilma (2011-2016).....	39
2.2.4. A PEB de Temer (2016-2018).....	41

2.3.	Macroeconomia	43
2.3.1.	A economia sob Fernando Henrique	43
2.3.2.	A economia sob Lula	47
2.3.3.	A economia sob Dilma	50
2.3.4.	A economia sob Temer.....	53
2.4.	Dinâmica econômica e diplomática	55
3.	Metodologia de Trabalho	58
3.1.	A análise de séries temporais	58
3.2.	As determinantes do investimento externo direto.....	60
3.2.1.	Definição das variáveis	60
3.2.2.	Tratamento das variáveis	63
3.3.	Modelo econômico inicial	63
3.4.	Modelos diplomático-econômicos (2002-2018).....	70
3.4.1.	Modelo 2 – Adição de FUNC.....	71
3.4.2.	Modelo 3 – Adição de ABC	74
3.4.3.	Modelo 4 – Adição de FUNC e ABC.....	76
3.5.	Modelos diplomático-econômicos completos (2008-2018)	79
3.5.1.	Modelo 5 – Adição de ORMRE	79
3.5.2.	Modelo 6 – Adição de FUNC e ORMRE.....	81
3.5.3.	Modelo 7 – Adição de FUNC, ABC e ORMRE	83
4.	Conclusão	86
5.	Bibliografia.....	88
	APÊNDICE A – Algoritmo de Teste de ADF para Raiz Unitária.....	98
	APÊNDICE B – Gráficos das variáveis utilizadas	100

1. INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

1.1. Introdução

1.1.1. O desenvolvimento no Brasil

A historiografia brasileira é repleta de grandes pensadores e acadêmicos que se voltam para a análise da condição econômica e social do país, *vis-à-vis* as condições de nações alhures, de modo a tentar compreender o motivo de o Brasil não ter se tornado tão rico e próspero quanto outras nações no globo. O atraso desenvolvimentista é motivo de análise frequente, porque é uma das características nacionais mais notáveis para o pensador de olhar crítico, que tenta entender o país com o objetivo otimista de ultimamente melhorá-lo.

Desse modo, mesmo aqueles que comumente associamos ao início do pensamento crítico do Brasil – o sociólogo Gilberto Freyre, o antropólogo Sérgio Buarque de Hollanda, e o historiador Caio Prado Júnior - escreveram ainda na década de 1930 obras fundamentais sobre a sociedade brasileira, cujos fins eram entender as adversidades de um país que não era tão desenvolvido quanto suas contrapartes internacionais. Caio Prado Júnior, ao analisar a trajetória econômica brasileira em sua principal obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, discorria sobre a “atonía econômica” de então, que “ alarma qualquer observador de nossas coisas” (PRADO JR, 2000). Prado Jr eventualmente estipula que o motivo da ausência de dinamismo econômico no país se deu pelas características da formação brasileira, particularmente a sua colonização europeia – o seu *sentido da colonização*.

O economista Celso Furtado, posteriormente, aprofunda essa abordagem de nosso atraso desenvolvimentista¹, discorrendo sobre as decisões políticas e econômicas historicamente tomadas pelo Brasil que impediram um desenvolvimento industrial e econômico mais pleno, relegando nossa economia ao atraso relativo (FURTADO, 2007). Posteriormente, Furtado se torna uma figura decisiva para o desenvolvimento econômico do Brasil, ao se tornar um dos expoentes da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), grupo que postulou um mecanismo de desenvolvimento econômico

¹ Durante todo este trabalho, o autor se referirá a *desenvolvimento* exclusivamente como *desenvolvimento econômico*. O autor reconhece de antemão que não tem a necessária bagagem para discorrer satisfatoriamente sobre as demais dimensões do desenvolvimento de uma sociedade contemporânea.

regional com vias de diminuir o intervalo econômico entre os países da América Latina e Caribe com os da América Anglo-Saxônica e da Europa Ocidental.

O debate acadêmico brasileiro no entorno do desenvolvimento econômico permaneceu, com diversos outros pensadores e autores escrevendo sobre o assunto, bem como suas causas e consequências. O economista Carlos Langoni, por exemplo, utiliza dados socioeconômicos disponíveis no Censo de 1970 do IBGE para analisar a distribuição de renda no Brasil e apontar quais são as principais causas da desigualdade (LANGONI, 1973), enquanto o sociólogo Fernando Henrique Cardoso olha para as dinâmicas internacionais de poder e busca explicar como as relações entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento – o Brasil sendo membro integrante desta última – desfavorecem as nações não-desenvolvidas, relegando-as continuamente ao papel de submissas (CARDOSO, 1972).

Mesmo campos que lidam indiretamente com a economia analisam a relação do desenvolvimento circunscrito nele com outras áreas do saber. O impacto educacional é o cerne da discussão de Barros *et al.* para a compreensão do déficit no desenvolvimento econômico no Brasil (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2002). Os autores concluem, por exemplo, que a desigualdade educacional é uma força motriz para a desigualdade socioeconômica no Brasil, e sugerem a proposição de um novo paradigma para o ensino nacional que cubra o enorme intervalo presente no país, de modo a estimular a diminuição da desigualdade e promover o desenvolvimento.

Há, assim, uma notória preocupação da academia brasileira com o desenvolvimento econômico da nação. Áreas tão distintas como Economia, Sociologia, Urbanismo e Geografia contêm diversos trabalhos que investigam a problemática do desenvolvimento brasileiro, e ações possíveis a serem tomadas nestas condições. O campo das Relações Internacionais não poderia ser diferente, especialmente em se considerar que a origem deste campo advém da relação existente entre as nações, e as vantagens e as desvantagens oriundas das comparações entre elas. Qual é, então, a relação do campo da diplomacia e da política externa com a variável de desenvolvimento nacional?

1.1.2. A Política Externa Brasileira e o desenvolvimento econômico

O Brasil tem uma sólida tradição institucional na diplomacia internacional desde, virtualmente, sua fundação (CHEIBUB, 1985). Na temática da Política Externa Brasileira

(PEB) há incidências de estudos sobre o papel do desenvolvimento do nosso país, até mesmo para uma perspectiva de projeção internacional de poder, uma das peças-chave do pensamento das Relações Internacionais. Mesmo com as constantes mudanças políticas internas do país – que durante o século 20 teve episódios recorrentes de ditaduras e regimes democráticos – os governos federais se empenharam em usar a Política Externa Brasileira para promover o crescimento econômico e a captação de investimentos e de tecnologias produtivas estrangeiras. Paulo Fagundes Visentini, por exemplo, discorre que a relação do Brasil com os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) era a de tentar se posicionar como um aliado estratégico da potência norte-americana, com vistas a conseguir apoio econômico para o desenvolvimento industrial nacional (VISENTINI, 2004, p. 136). Durante a Guerra Fria (1946-1989), por outro lado, havia a intenção de expandir o escopo diplomático do Brasil e ingressar em discussões com os vizinhos da comunidade latino-americana, além de países da África e da Ásia, a fim de diversificar as parcerias do país com as nações do mundo e ampliar as possibilidades de desenvolver o Brasil – foi durante o governo Costa e Silva, por exemplo, que o governo brasileiro formaliza sua condição de país não-alinhado. A autonomia internacional do Brasil era necessária para diminuir a dependência dos Estados Unidos e para conseguir mais oportunidades de desenvolvimento econômico mediante apoio internacional (VISENTINI, 2004, p. 148).

O fim da Guerra Fria muda novamente o paradigma internacional, com o rearranjo das grandes potências mundiais e com os novos ímpetus diplomáticos e políticos. Conforme veremos com mais detalhes no Capítulo 2, durante os anos 1990 houve intensa pressão por reformas econômicas nos países mais periféricos do mundo, e as economias mais desenvolvidas ofereciam capital e conhecimento técnico para auxiliar estes países em crises a superá-las – caso, por exemplo, do Brasil, cujas reformas econômicas na década de 1990 tiveram inspiração no Consenso de Washington (GIAMBIAGI; ALMEIDA, 2003). Com este novo contexto internacional de maior cooperação em um ambiente pós-Guerra Fria, o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia², escreveu sobre a importância da política externa brasileira e quais eram os novos paradigmas a serem considerados. Para o diplomata, um mundo cada vez mais dinâmico, integrado e globalizado invalidava a antiga estratégia de buscar a

² Ministro de Relações Exteriores do Brasil entre janeiro de 1995 e janeiro de 2001.

autossuficiência internacional³, e estaria em vez disso forçando o Brasil a buscar uma inserção maior no âmbito global, de modo a “conseguir do intercâmbio externo elementos úteis à realização da meta prioritária do desenvolvimento, tanto em sua dimensão econômica e social, como em áreas como direitos humanos, políticas públicas e meio ambiente” (LAMPREIA, 1998, p. 10). Neste sentido, Lampreia resume a política externa do governo, do qual ele participa, como sendo a **autonomia pela integração** – o Brasil buscaria ser um agente muito mais participativo de uma ordem internacional cada vez mais integrada e complexa, a fim de se aproveitar melhor das oportunidades, e de ter maior voz nas decisões importantes do sistema internacional. A participação em acordos internacionais, a maior integração econômica e política, a disponibilidade cada vez maior de novos mercados consumidores e de novas fronteiras de negócios e de investimentos, o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, de transporte *etc.* Isto é, o Brasil teria mais a ganhar participando ativamente deste ímpeto de integração internacional do que se mantendo alheio a ele.

A politóloga Maria Regina Soares de Lima aprofunda o contexto da publicação de Lampreia, explanando que sempre houve um grande viés desenvolvimentista na formação de nossa política externa, e o motivo, segundo ela, seria porque as elites nacionais enxergam a ausência do desenvolvimento brasileiro como sua maior vulnerabilidade, algo que impediria o Brasil de ser mais independente em relação às inseguranças oriundas do estrangeiro (LIMA, 2005). Para essas elites, o Brasil é um país incomumente desprovido de ameaças estrangeiras, haja visto que todos os nossos vizinhos mantêm relações pacíficas conosco há pelo menos um século e meio, e a maior potência global próxima a nós, os Estados Unidos, não é encarada como uma ameaça imediata. Nestas condições, as principais restrições à projeção internacional de poder é o fato de que o Brasil tem uma notória deficiência econômica. Assim, resume a autora,

“Sendo as principais vulnerabilidades, na visão das elites, de natureza econômica, a política externa sempre teve um forte componente desenvolvimentista. Na verdade, esta última tem sido considerada como um dos principais instrumentos para propósitos de desenvolvimento.” (LIMA, 2005)

³ Durante distintas fases da Guerra Fria, houve no Brasil a intenção de se distanciar da disputa ideológica entre as superpotências mundiais, mantendo, em vez disso, uma relação de distanciamento, pragmatismo e de autonomia, sem depender fortemente do bloco americano ou do bloco soviético. Durante o governo Quadros-Goulart (1961-1964), esta lógica foi chamada de Política Externa Independente. Para os militares, chamou-se de Diplomacia da Prosperidade (MANZUR, 2014; VIZENTINI, 1999).

1.1.3. A Política Externa Brasileira e o investimento externo direto

A mudança institucional do Brasil nos anos 1990, que veremos com mais detalhe no Capítulo 2, teve como uma de suas consequências a abertura política e econômica do país para a interação com elementos estrangeiros. Isso resultou no maior dinamismo comercial – em 1991, por exemplo, o comércio externo brasileiro representava 16,6% do nosso PIB total; em 2018, o valor representado era de 29,4% (BANCO MUNDIAL, 2020).

Esta abertura permitiu, por sua vez, um fluxo maior de capitais internacionais para o país. O aumento deste fluxo, a princípio buscando novas fronteiras de recursos materiais e de mão-de-obra pouco custosa, passou a crescer também por interesse das empresas de cativar um novo mercado consumidor e de tentar capitalizar economias em crescimento (CHRISTIANSEN; BERTRAND, 2004). De vital importância, neste campo de intersecção entre política externa e política econômica, é a conta de investimento externo direto (IED), que mede o investimento realizado por um investidor de um país em um outro país estrangeiro – usualmente o controle de uma empresa local por um empresário ou uma empresa estrangeira. Investimentos internacionais sempre foram práticas comuns entre países desenvolvidos, mas houve um grande aumento no fluxo de investimento externo direto a partir dos anos 1990, em especial nos países em desenvolvimento, que perdurou por décadas, à medida em que estes países amadureceram suas instituições internas, desenvolveram suas economias e passaram a oferecer melhores prospectos financeiros, econômicos e políticos (CEPAL, 1998; CHRISTIANSEN; BERTRAND, 2004).

Para políticos e especialistas, a melhor maneira de conseguir suporte econômico internacional para desenvolver o país internamente se daria por captação de IED. A CEPAL evidenciou, por exemplo, a importância dos investimentos internacionais nos países em desenvolvimento, e como eles eram fundamentais para a integração econômica desses países com o mundo desenvolvido, dentro do processo de globalização (CEPAL, 1998)⁴. Dentre os países em desenvolvimento, houve uma importante clivagem entre

⁴ O informe da CEPAL esclarece que embora o IED seja um elemento central dessa relação internacional dos anos 1990, ele não era o único, havendo dinâmicas semelhantes de transferência de recursos relativos a tecnologia, empresas multinacionais, alianças estratégicas e cadeias de produção (CEPAL, 1998, p. 13). O IED é o mais visível, todavia, por conta de sua ampla disponibilidade estatística.

aqueles que tinham condições de participar da integração econômica internacional e, portanto, teriam mais facilidade de captar recursos e se desenvolver, e os que se manteriam “do lado de fora” desta dinâmica, podendo em última instância até serem marginalizados neste processo de integração internacional (LALL, 2002, p. 129). O Brasil, por exemplo, teve importantes proponentes deste raciocínio de captação de recursos internacionais, como Gustavo Franco⁵, que defendia a introdução de reformas macroeconômicas para atrair companhias multinacionais (FRANCO, 1998), Pedro Malan⁶, que defendeu um poder público dinâmico e preparado para conseguir investimentos (tanto nacionais quanto externos) que permitiriam a liberação dos “espíritos animais” (MALAN, 1991), e até mesmo o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que escreveu, já nos últimos anos de seu mandato, sobre a importância de atrair capital internacional e do efeito deste em reformular a base produtiva nacional (CARDOSO, 2001). Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores no mandato de Lula da Silva, também reivindicaria a importância de investimentos produtivos oriundos do exterior como importantes para o desenvolvimento da economia brasileira (AMORIM, 2003).

1.2. Problematização

A PEB tem, desta forma, um objetivo definido há décadas, pouco alterado durante o século 20, mesmo durante diferentes governos. Conforme vimos, desde o governo de Vargas (1930-1945), passando pelos militares (1964-1985) e pela redemocratização, a diplomacia foi um instrumento usado pelo governo e pelas elites sociais do Brasil para fazer do país mais rico, próspero e desenvolvido, a fim de que ele se tornasse mais influente e menos frágil internacionalmente. É possível sustentar que para diversos setores nacionais, a relação do Brasil com forças estrangeiras deve ser usada para a obtenção e a propagação de recursos materiais e técnicos capaz de prover o desenvolvimento econômico nacional.

A mudança paradigmática mundial que aconteceu no começo da década de 1990 alterou os incentivos dos formuladores de políticas públicas, entretanto, e houve o interesse, nas três décadas seguintes, de se impulsionar o desenvolvimento econômico

⁵ Gustavo Franco foi presidente do Banco Central do Brasil entre 1997 e 1999.

⁶ Pedro Sampaio Malan foi Ministro da Fazenda entre 1995 e 2002.

mediante a entrada de recursos internacionais, por conta da percepção de que investimentos externos direto no país eram produtivos, benéficos e desejáveis. Conforme veremos com maior detalhe no Capítulo 2, houve esforços dos governantes deste período em implementar políticas para este fim, tanto no âmbito econômico (reformas macroeconômicas, adoções de políticas fiscais, monetárias e cambiais, melhorias do ambiente jurídico e institucional *etc.*) quanto no âmbito diplomático (inserção internacional, participação em blocos econômicos, aumento do corpo diplomático brasileiro *etc.*).

Oras, se a captação de investimento produtivo é um dos objetivos centrais da política de Estado nos últimos trinta anos, é salutar que estudemos os desdobramentos da política externa mantida pelos governos brasileiros, e a comparemos com a trajetória econômica na mesma época, para que possamos encontrar algum tipo de correlação entre elas. Posto de outro modo, este trabalho deseja investigar se a política externa exercida pelo Brasil a partir de meados da década de 1990 teve êxito em melhorar a captação brasileira de recursos internacionais, nomeadamente os investimentos externos diretos, no contexto da conjuntura econômica brasileira.

Para tanto, torna-se imperativo compreender quais são os impactos econômicos que podem ser mensurados como consequências diretas das ações em política externa – uma tarefa particularmente complicada, tendo sido discutida à exaustão por economistas e politólogos envolvidos em áreas diversas, como Economia Política e Teoria do Crescimento⁷.

A relação entre o IED e o desenvolvimento econômico, por exemplo, é aprofundada durante esse período, por conta da importância que esta modalidade de investimento adquire no fim do século 20 e começo do século 21. Mello argumenta, por exemplo, que o IED é causa para o crescimento econômico de longo prazo, à medida em que cria um ambiente de transferência de conhecimento, por um lado, e proporciona a acumulação de capital com tecnologias mais avançadas, por outro (DE MELLO, 1999). Velde, ao compilar estudos de IED em um âmbito mais histórico, contemporiza que embora não possamos assumir que investimentos externos sejam cem por cento positivos, eles

⁷ Strange (1988), por exemplo, estuda a complexa relação entre mercados e estados, e quais são as possibilidades de relações entre eles, a fim de compreender qual é o impacto que o mercado causa no estado, e vice-versa. Cardoso (1972) faz a mesma análise, mas sob a ótica da Ciência Política, postulando quais as atitudes que um país como o Brasil pode tomar a fim de buscar um patamar de desenvolvimento maior, dadas as condições subjacentes do sistema internacional.

definitivamente não são negativos – uma correlação positiva entre IED e crescimento econômico deve existir, assim sendo (VELDE, 2006, p. 25).

Além do óbvio benefício econômico relativo ao estudo do investimento externo direto na nossa análise, ele ainda tem um outro benefício em relação ao nosso interesse em analisar o âmbito das relações internacionais: pela sua própria definição, o investimento externo direto é uma conta de transferência de capital entre duas nações, o que lhe confere um inequívoco *status* de variável internacional, podendo ser influenciada não só por aspectos econômicos, mas também por variáveis de políticas específicas – em particular, de política externa. Velde resume as determinantes principais do fluxo interno de IED em um país (VELDE, 2006, p. 9):

- Fatores políticos gerais (estabilidade política, privatizações);
- Políticas específicas de IED (incentivos, requerimentos de performance, promoção de investimentos, comércio internacional e tratados de investimentos);
- Fatores macroeconômicos (recursos humanos, infraestrutura, tamanho de mercado e crescimento);
- Fatores específicos de empresas (tecnologia, p.ex.).

A hipótese central deste trabalho se desenvolve em cima deste argumento de Velde – se políticas específicas de IED têm a capacidade de atrair maiores investimentos no país, então uma política externa mais engajada em buscar oportunidades de investimento internacional deve, *coeteris paribus*, causar mais aportes de investimento externo direto.

Desde o Plano Real, técnicos e políticos envolvidos com os diversos mandatos do governo federal do Brasil agiram para buscar capital estrangeiro e angariar oportunidades de investimento externo dentro do país. Embora houvesse certa reticência em relação à importância do IED, contemporizando-o com a necessidade de reformas do sistema econômico mundial (CARDOSO, 2001), por exemplo, é notório que formuladores da política externa brasileira trabalharam para aumentar a inserção do Brasil no âmbito internacional a fim de, entre outros objetivos, conseguir convencer investidores estrangeiros a depositar capitais no país.

De modo que o problema central desta dissertação é a análise do sucesso destes esforços de captação de investimentos internacionais, mediante os trabalhos realizados pela política externa brasileira. **Há uma relação entre a política externa do Brasil e a**

entrada de investimento externo direto? Dito de outra forma, investir em políticas de diplomacia internacional proporcionou retornos econômicos mensuráveis?

O trabalho se propará, neste sentido, a realizar uma análise de métodos quantitativos de séries temporais, analisando a entrada de investimento externo direto no Brasil entre os meses de janeiro de 1995 e dezembro de 2018, e estudando suas variações temporais a fim de entender se elas podem ser consequências de flutuações políticas. Para tanto, também analisaremos flutuações macroeconômicas e de PEB que possam ser determinantes para a nossa variável estudada, de influxo de IED. A metodologia específica deste trabalho será discutida no Capítulo 3. O corte temporal explicitado acima foi escolhido pelas seguintes circunstâncias:

- Conforme veremos com mais detalhe no Capítulo 2, o Plano Real de 1994 tem função decisiva na estabilização da economia, bem como de diversos índices socioeconômicos, fazendo com que muitas análises sejam severamente distorcidas caso comparemos números de 1995 e além com anos anteriores a 1994;
- 2018 representa o último ano de mandato de Michel Temer, e o autor optou por não analisar o mandato ainda corrente de Jair Bolsonaro por conta da contemporaneidade das políticas do governo dele, e da maior dificuldade em analisar os impactos mais longevos delas.

O trabalho presente se divide em quatro capítulos. Este introdutório elenca a motivação de pesquisa e apresenta a problemática – a pergunta que deseja ser respondida. No Capítulo 2, este trabalho se propõe a mostrar uma revisão literária sobre a política externa brasileira, a trajetória macroeconômica e o investimento externo direto. Seguente a este levantamento, o Capítulo 3 prosseguirá com a análise pormenorizada da pergunta central do trabalho, elencando as variáveis econômicas e políticas que podem causar flutuações no fluxo de IED para o Brasil, e analisá-las sob a ótica da modelagem econométrica de séries temporais. Finalmente, no Capítulo 4 apresentaremos a conclusão do trabalho, com uma breve discussão sobre os resultados obtidos e seus possíveis desdobramentos.

2. DISCUSSÃO LITERÁRIA

Para tratarmos o problema de se analisar a política externa como ferramenta bem-sucedida de captação de investimento externo no Brasil, é prudente darmos alguns passos para trás e estabelecermos nosso arcabouço teórico das discussões acerca destas grandezas teóricas na produção científica brasileira. Neste capítulo, será estabelecido o papel do desenvolvimento econômico para a PEB, analisando as publicações de autores que se debruçaram sobre ela, para atestar se houve, realmente, uma primazia do desenvolvimento econômico interno na formulação da política externa para os governantes do Brasil durante o período estudado – em particular, a partir da década de 1990. E, dentro desta temática, qual é a importância do IED para o desenvolvimento da economia brasileira. Em seguida, serão analisados os detalhes das políticas internacionais tomadas pelos presidentes brasileiros entre 1994 e 2018, levantando a produção acadêmica para averiguar as ações tomadas pelo governo do Brasil no âmbito internacional, e qual direção elas buscaram. Finalmente, o autor trará um levantamento literário das discussões macroeconômicas a respeito do Brasil, verificando a trajetória da economia, e considerando métricas que nos permitam analisar a entrada de investimento no Brasil e suas possíveis causas.

2.1. A economia internacional e o investimento externo no Brasil

2.1.1. Desenvolvimento em um contexto internacional

A bibliografia econômica sobre o papel do mercado internacional no desenvolvimento econômico de um país mediano é bastante robusta, e aponta consistentemente para o papel decisivo do ambiente internacional sobre mercados de patamar médio ou pequeno⁸. Para Lima (2005), consoante a esta visão, é de interesse das lideranças do Brasil (uma potência mediana) se fazer valer da conjuntura internacional para alimentar seu desenvolvimento econômico, buscando a dinâmica internacional para aumentar a sua capacidade produtiva e a própria produtividade da economia, para diminuir o intervalo econômico entre as potências medianas (a exemplo do Brasil) e das grandes potências mundiais. Dito de outra maneira, é concreto o papel que a economia internacional exerce sobre o projeto de desenvolvimento da economia interna de países como o Brasil.

⁸ Robert Keohane (1969), por exemplo, distingue grandes de pequenas potências no âmbito internacional ao tentar descrever, sob a ótica das relações internacionais, os caminhos que as pequenas nações podem tomar em contexto de conjuntura internacional adverso. Keohane ainda busca definir uma categoria mediana, mas o ele não encontra critérios suficientemente objetivos para tal.

A importância do desenvolvimento econômico é óbvia quando se considera, por exemplo, que ela é um dos principais determinantes na divisão geopolítica contemporânea entre países ricos e aspirantes à riqueza – a nomenclatura atual de importantes organismos internacionais, como as Nações Unidas⁹, divide países, a título de exemplo, entre níveis de desenvolvimento. Por conta desta importância clara, há uma literatura extensa sobre métodos para a alavancagem do desenvolvimento econômico, especialmente para os países que estão em patamares inferiores. Maxwell (2007) e Hyman (2010) discorrem, por exemplo, sobre a dinâmica do desenvolvimento em países médios como função do auxílio das grandes potências – ou seja, mediante essa literatura, a política externa como motriz de desenvolvimento deve partir dos países desenvolvidos, e não dos que ainda estão em processo de se desenvolver. Esse raciocínio é a base fundamental de muitas agências de fomento ao desenvolvimento internacional, como o caso da *United States Agency for International Development* (USAID), dos Estados Unidos, e o *Department for International Development* (DFID), do Reino Unido.

Para Spohr e Silva (2017), por outro lado, a literatura que discute a importância da política externa para o desenvolvimento econômico é escassa quando a intenção é analisar as ações que os países que captam recursos podem tomar. Isto é, na visão dos autores não existe grande discussão sobre motivações e metodologias para países que desejam fomentar o próprio desenvolvimento mediante a captação de recursos internacionais e a participação em blocos econômicos ou em grupos de fomento de investimento *etc.* Ainda assim, é um tema recorrente da diplomacia de países medianos (como Turquia, Coreia do Sul, ou mesmo o Brasil) a utilização de mecanismos da diplomacia internacional a fim de aumentar o potencial do desenvolvimento econômico interno. Lima discute que por ser um país sul-americano – estando localizado, portanto, em um continente internacionalmente reconhecido como esfera de influência estadunidense e, desta forma, livre de disputas pelas demais potências, diferente dos Bálcãs, por exemplo – e por ter sua delimitação geográfica resolvida desde o começo do século 20, especialmente por conta dos esforços do Barão do Rio Branco, as elites brasileiras não precisam se preocupar com sobrevivência e defesa (LIMA, 2005). A fonte de insegurança nacional seria não por componentes de segurança, mas sim por deficiência econômica em relação aos demais países do mundo. O interesse de se desenvolver é importante não só porque é indesejável

⁹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, é um dos principais indicadores de prosperidade humana nos países do planeta, e usa como ideia motriz o conceito de desenvolvimento, inclusive o econômico.

ser líder de um país pobre, mas porque a própria ausência de prosperidade coloca a nação em situação de vulnerabilidade e insegurança, um dos problemas que as diplomacias do mundo se esforçam em dirimir.

2.1.2. Investimento externo direto em países em desenvolvimento

Teorias que expliquem a peculiaridade do investimento externo direto existem, pelo menos, desde a década de 1960. Stephen Hymer defende que IED não se comporta da mesma maneira que capitais internacionais, pois estes respondem a diferenças de níveis de taxas de juros, ao passo que investimentos externos dependem de decisões estratégicas de firmas transnacionais, e podem ser motivadas por estímulos diversos como a intenção de aproveitar um mercado consumidor, diminuir a concorrência internacional, ou ter algum controle sobre as tomadas de decisões necessárias para se maximizar o retorno econômico no país do destino (HYMER, 1960).

A discussão acadêmica em torno da existência do IED evoluiu nos últimos sessenta anos, mas ainda não existe um consenso teórico – Hosseini demonstra que enquanto há tentativas de explicar fluxos de investimento internacional com processos microeconômicos, como custos de investimento, imperfeições de mercado e teoria da firma, também é possível analisar o processo de emissão de IED por parte da firma através de um processo comportamental, em que a firma decide investir no exterior por um processo racional de mitigação de riscos em um ambiente de informação imperfeita (HOSSEINI, 2005). Denisia demonstra que teorias de metodologias distintas apresentam vantagens e desvantagens distintas, e que ainda é difícil falar de teoria unificada que explique os investimentos externos (DENISIA, 2010).

Mas, ao analisar a relação do Brasil com o IED, Gonçalves resume que “mesmo que exista um conjunto de hipóteses gerais, os efeitos empíricos devem ser tomados caso a caso” (GONÇALVES, 2011). Como exemplo, ele explica que IEDs tendem a sofrer menos restrições na indústria de transformação, por exemplo, mas pelo contrário encontram mais barreiras em setores com monopólio natural de serviços públicos. Entender a captação do investimento externo direto em um país, assim como é necessário se fazer com o processo de desenvolvimento econômico como um todo, demanda uma análise mais pormenorizada do país receptor do investimento, e do ambiente institucional, econômico, comercial e humano, que induzirão uma firma estrangeira a optar por investir recursos naquele país destino.

É por esse motivo que explicações mais empíricas se tornam mais necessárias para uma análise acurada. A respeito dos países latino-americanos entre os anos 1970-2000, Trevino *et al.* demonstram que o ambiente interno do país é determinante para a captação de investimentos internacionais, e portanto a captação de investimentos não seria somente uma atividade passiva (TREVINO; THOMAS; CULLEN, 2008). Por esse mesmo motivo, mudanças políticas e institucionais em países da América Latina e do Sudeste Asiático levaram ao redirecionamento de fluxos de IED no âmbito internacional, com países em desenvolvimento recebendo somas cada vez maiores de IED a partir da década de 1990 (CEPAL, 1998).

2.1.3. A dinâmica econômica internacional dos anos 1990

Durante grande parte do século 20, a política econômica brasileira dependeu, sob certa forma, do apoio decisivo da política externa. Em especial durante a implementação da Industrialização por Substituição de Importações (ISI), vigente durante a maior parte do século passado como racional para a promulgação da industrialização do Brasil. Dentro deste âmbito metodológico, encabeçado por pensadores ligados à CEPAL (FURTADO, 2007; PREBISCH, 1949), o desenvolvimento industrial precisava ser feito pela aquisição de conhecimento técnico do exterior, processo que dependia inteiramente das relações exteriores do Brasil; e posteriormente pelo aumento de barreiras, tarifárias e não-tarifárias, à importação de bens estrangeiros, novamente necessitando da formulação de política externa como auxílio.

A partir dos anos 1980, entretanto, e particularmente nos anos 1990, a mudança de raciocínio econômico na política brasileira afasta os economistas ligados à CEPAL, e atrai o pensamento típico liberal anglo-saxão – movimento conhecido como Consenso de Washington, que se tornou padrão para a maior parte das potências médias na última década do século 20 (BABB, 2012). Dentro do pensamento econômico desenvolvido a partir de então, a política externa não é mais formulada para criar reserva de mercado e proteger ostensivamente o desenvolvimento econômico – compreendido até então como desenvolvimento eminentemente industrial. No novo contexto, o foco se altera substancialmente: a política macroeconômica responsável, por parte de países emergentes, é o melhor cartão de visitas para demonstrar a solidez internacional de um país, e pode ser usada, então, como lastro para uma política externa confiável (TOMZ, 2013).

A visão do desenvolvimento interno, deste modo, deixa de ser a industrialização da economia interna, e passa a ser, em vez disso, a captação de investimento produtivo. A abertura financeira e monetária destes países, a regulação mais amistosa ao investimento internacional e a conformação aos padrões internacionais de negócios são vistas como passos necessários para angariar capital estrangeiro que poderá, uma vez dentro do país, ser revertido em capital produtivo – a essência do pensamento por trás do Consenso de Washington. O desenvolvimento, neste contexto, é logrado pelo país que consegue captar recursos externos (uma vez que os recursos internos são escassos) para aumentar o patamar produtivo do país. Ou ainda, segundo o raciocínio de Lall, pelo país que consegue aumentar sua competitividade para a inserção bem-sucedida no mercado internacional, com a entrada de capitais, principalmente, mas também de tecnologia, estilo de gestão, cadeias de produção *etc.* (LALL, 2002), com o que concordará Franco, no caso do pensamento brasileiro (FRANCO, 1998). Malan, por sua vez, acredita que o Consenso de Washington por si só não é suficiente para destravar a economia de um país, e que é necessário que o governo administre de forma eficiente e com objetivo as políticas macro e microeconômicas a fim de garantir a entrada de investimentos no Brasil (MALAN, 1991). Sem esse esforço dos governantes, mesmo todas as reformas propostas por Williamson em seu manifesto não garantiriam os investimentos produtivos e o desenvolvimento econômico – ambos eram necessários.

O raciocínio por trás das reformas econômicas com o intuito de captar recursos e desenvolver uma economia interna saudável e integrada ao mercado global se mostrou tão importante que mesmo após a crise do sistema financeiro global do início do século 21, a Grande Recessão de 2008, o consenso da utilização do capital de investidores oriundos das grandes potências com fins de desenvolvimento se manteve. Babb demonstra, por exemplo, que ainda que o Consenso de Washington não seja mais tão consensual como outrora foi, e que mesmo países como China e Brasil pressionem por reformas do sistema internacional, os parâmetros usados por esses países ainda se assemelham ao paradigma criado a partir dos anos 1990, com a abertura econômica e a inserção destas potências medianas na cadeia global de produção (BABB, 2012).

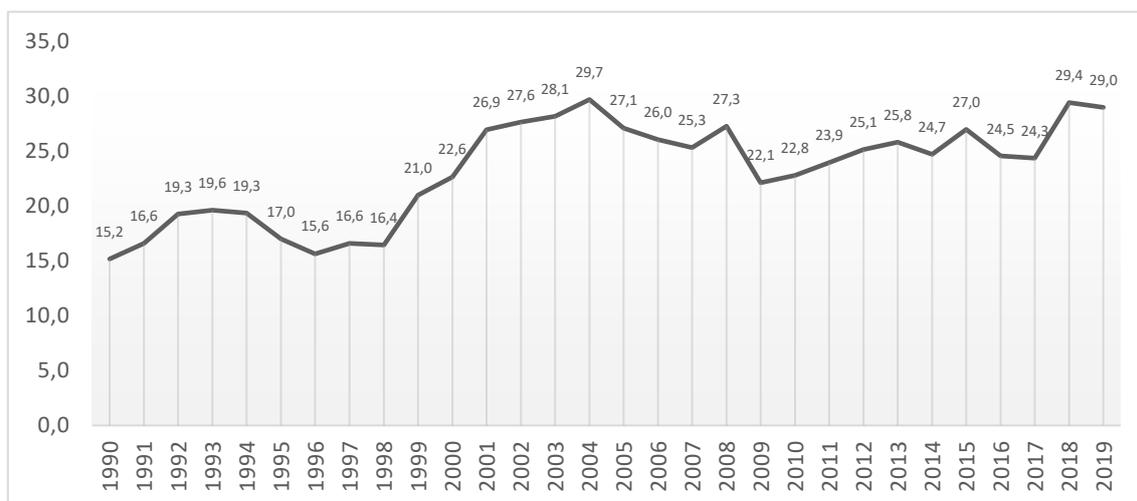
2.1.4. A inserção econômica brasileira no pós-Real

Na política econômica brasileira, o pensamento liberal associado ao Consenso de Washington passou a ser defendido aos poucos, mas consistentemente, pelos economistas relacionados com o governo na luta pelo controle do crescimento desenfreado da inflação.

Economistas como Mário Henrique Simonsen (1985), Gustavo Franco (1998) e Edmar Bacha (2012), entre tantos outros mais ou menos envolvidos com as políticas governamentais voltadas para o controle da inflação, passam a reconhecer paulatinamente a importância de reajustes fiscais, controle monetário, austeridade orçamentária, política cambial simplificada, etc., para uma estratégia bem-sucedida de combate à perda desenfreada de poder de compra da moeda nacional – estratégias que, em maior ou menor grau, estavam em linha com o que o economista britânico John Williamson (1990) havia proposto como os dez principais pontos do Consenso de Washington¹⁰.

O sucesso do Plano Real, de 1994, permite a implementação, por parte de economistas brasileiros ligados ao projeto, de uma extensa reforma da política econômica brasileira. A abertura do mercado nacional ao internacional, cada vez mais interligado por processo de globalização, é visto por Franco, por exemplo, como a única saída para um novo paradigma de crescimento econômico, uma vez que o processo antigo de SI estava esgotado (FRANCO, 1998).

Figura 1 - Comércio internacional brasileiro (% do PIB)



Nota: Comércio internacional é a soma das exportações e importações de um país.

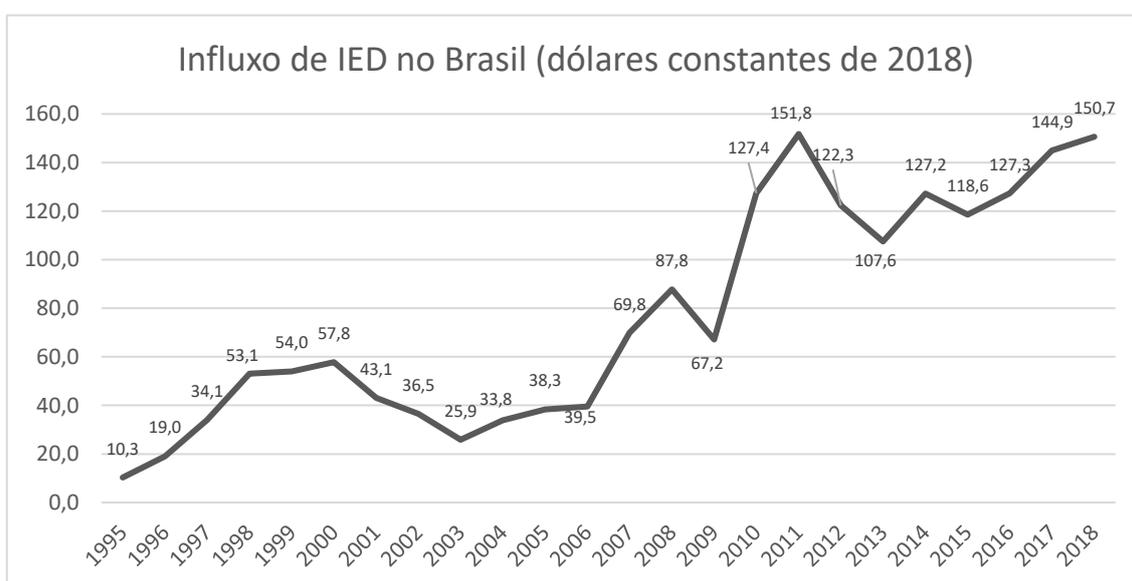
Fonte: Banco Mundial (elaboração própria)

Assim sendo, a integração econômica do Brasil com o exterior cresceu nos anos seguintes ao Plano Real (ver Figura 1). O país teve uma evolução positiva de investimento

¹⁰ Embora exista bastante polêmica em torno dos pontos do Consenso de Washington, algo que o próprio criador do termo tenta esclarecer futuramente - ver Williamson (1993) e Williamson (2009) -, é inegável que havia uma série de medidas patrocinadas pelos organismos financeiros internacionais de Washington para a promoção do controle das crises de balanço de pagamentos dos países da América Latina das décadas de 1970 e 1980 (BABB, 2012).

externo durante as décadas de 1990 e 2000, conforme a Figura 2 demonstra, e conseguiu se engajar mais decididamente no comércio externo, com a maior participação de companhias estrangeiras no processo de integração da cadeia produtiva global. Para Franco, esta dinâmica trouxe à economia brasileira investimento produtivo, na medida em que companhias internacionais estabeleciam franquias e plantas industriais em território nacional, seja para vender para o mercado brasileiro, seja para aproveitar as vantagens comparativas daqui. A criação do MERCOSUL é parte importante deste processo, uma vez que não só facilita a maior integração do país com os vizinhos continentais, como também cria um mercado unificado de bens, serviços, mão-de-obra e consumo (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p. 34).

Figura 2 – Entrada de IED no Brasil, em bilhões de dólares constantes de 2018



Fonte: Banco Central do Brasil/Ipeadata/BLS (elaboração própria)

Ainda segundo Franco, a mera abertura econômica possibilita esse *feedback* positivo, em que companhias aportam dinheiro, aumentando a produção brasileira, e exportando produtos para o exterior. Franco argumenta que o Brasil deixou passar importantes oportunidades de receber aportes financeiros produtivos via IED.

“A perda de importância do Brasil no cenário global do investimento internacional ao longo da década de 80 é muito significativa. [...] O Brasil cai de sexto a décimo terceiro no ranking dos países receptores de investimento direto. [...] A mensagem é clara: o Brasil perdeu valiosas oportunidades nos anos 80, mercê de fatores internos, num período em que o investimento direto internacional experimentava um boom sem precedentes.” (FRANCO, 1998)

É a partir deste arcabouço lógico que as políticas econômicas do Brasil pós-Real são mais abertas para a integração internacional, típico de um país adentrando o processo de globalização. A visão de que o uso pragmático das estruturas internacionais é a mais desejada para o desenvolvimento interno, sem as amarras teóricas e ideológicas, é um grande determinante deste momento político interno, que permeia a condução da política externa.

Conforme sintetizam Vigevani *et al.* ao observarem esse momento, o Brasil buscava a autonomia internacional com a intenção de conseguir se desenvolver – afinal, é persuasiva a argumentação que nenhuma nação se torna desenvolvida sendo submissa a outra potência – mas durante o governo de Cardoso (1995-2003) o ângulo buscado para a autonomia é alterado: se anteriormente existia a visão de que o Brasil seria mais forte e independente através do isolamento – a *autonomia pela distância* – com o governo de Cardoso existe a visão de que o Brasil se fortalece com a parceria internacional e com a integração na cadeia global de produção – a *autonomia pela integração*. (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

Essa visão coaduna com a opinião anteriormente articulada por Celso Lafer¹¹ (2000) de que se a autonomia, durante a maior parte do século 20, só era possível mediante o afastamento do Brasil em relação às questões mundiais, esse afastamento passa a ser impossível em um contexto de pós-Guerra Fria e globalização. Nessas condições, é desejável para o Brasil a participação ativa no estágio global, para que tenha voz nas tomadas de decisões internacionais e para que consiga usar a política externa como instrumento de promoção do desenvolvimento interno. Segundo ele, “os *interesses específicos* do país estão, mais do que nunca, atrelados aos seus *interesses gerais* na dinâmica do funcionamento da ordem mundial” (LAFER, 2000, p. 263, grifo do autor) – a intenção do desenvolvimento interno só é possível, nessa ótica, se houver a participação decisiva do exterior.

2.1.5. A inserção econômica nos governos petistas

Se a integração foi vista, durante o mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como imperativo para o desenvolvimento da economia do Brasil, o mandato de seu sucessor Luiz Inácio Lula da Silva expande e aprofunda esta estratégia, ao encaixar a

¹¹ Ministro das Relações Exteriores entre janeiro de 2001 e dezembro de 2003, e sucessor de Lampreia

diplomacia nas mais variadas facetas da política interna, e vice-versa. Em linha com a antiga nomenclatura cunhada por Lampreia em relação ao Fernando Henrique, Vigevani e Cepaluni (2007) chamam a potencialização promulgada por Lula de *autonomia pela diversificação*, destacando que para o governo de então, as principais diretrizes eram (I) a busca pelo equilíbrio internacional, (II) o engajamento em relações bilaterais e multilaterais para dar maior alcance à voz política do Brasil, (III) o adensamento de relações para a maior cooperação em áreas como tecnologia, cultura, economia etc., e (IV) a rejeição de acordos que pudessem ser prejudiciais ao desenvolvimento do Brasil no longo prazo.

A respeito disso, Hirst *et al.* explicam o enorme esforço realizado durante o governo de Lula para a intensa integração internacional verificada (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010). Para as autoras, isso é uma consequência natural da perspectiva de desenvolvimento mediante a integração, com o Brasil buscando, e assumindo, papéis mais decisivos no ambiente internacional, com vias de registrar o sucesso de sua trajetória de desenvolvimento interno. O paradigma da cooperação Sul-Sul, por exemplo, é fruto desta abordagem, ao fazer do Brasil um país modelo para nações menos desenvolvidas no Sul Global.

O ambiente internacional passou por algumas mudanças importante, todavia, que acabaram por favorecer as intenções externas de Lula. Como resume Erber, seu governo “foi beneficiado, entre meados de 2003 e a crise de 2008, por uma enorme expansão do comércio e da liquidez internacionais, concentrado o primeiro em commodities primárias e produtos semielaborados, [o qual] Brasil conta com inequívocas vantagens comparativas” (ERBER, 2011, p. 37). O aquecimento da economia internacional, denominado principalmente pelo aumento da atividade econômica chinesa na primeira década do século 21, embala o comércio externo brasileiro, permitindo ao governo aprofundar antigas e lançar novas políticas de desenvolvimento da economia interna, do Bolsa Família aos Campeões Nacionais¹².

A maior disputa se deu no âmbito interno, por conta das discordâncias a respeito do melhor caminho a se tomar, uma vez que havia uma abundância de capital (estrangeiro

¹² Prática de criar empresas robustas, aditivadas com capital governamental, para o fortalecimento desta no âmbito internacional, em concorrência com outras grandes empresas estrangeiras. No caso do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi o grande fomentador, conforme estudos de Almeida (2012) e Mungioli (2019).

ou nacional), um incremento notável da classe média e de seu poder de compra, e um fortalecimento do poder político exercido tanto por eles quanto pelas forças políticas mais tradicionais, como os setores empresariais e os grandes produtores de terra. Boito Jr e Berringer, por exemplo, falam sobre o *neodesenvolvimentismo* para explicar a união de interesses de uma nova burguesia econômica alinhada com os interesses ideológicos tradicionais do PT de desenvolvimento econômico brasileiro à revelia do tradicional sistema capitalista dito “neoliberal”¹³ (BOITO JR; BERRINGER, 2013).

A crise que foi gerada no Brasil como consequência do *crunch* financeiro da Grande Recessão de 2008 causou, por sua vez, uma descrença no modelo de desenvolvimento liberal pró-mercado, dependente da captação de recursos externos. Nesse ínterim, o país substituía a presidência, com Lula cedendo seu cargo para sua sucessora política, Dilma Rousseff. A princípio, continuação do mesmo partido político no governo federal, e a opção de Dilma por manter seu ministro da Fazenda Guido Mantega, passou a impressão inicial de que o raciocínio econômico – e, desta forma, o interesse em promover integração via globalização econômica e financeira no Brasil – não seriam profundamente alterados (RICARDO, 2018). Mas a equipe econômica optou por alterar sensivelmente o raciocínio da relação entre o Brasil e o resto do mundo durante os dois mandatos da presidente Dilma.

Oreiro e Marconi explicam que além da vertente liberal e neodesenvolvimentista, a elite política petista do governo Dilma optou por uma saída ortogonal, implementando o que os autores chamam de *social-desenvolvimentismo*, “na qual o crescimento de longo-prazo é resultado não do aumento das exportações de manufaturados [...], mas do investimento das empresas estatais em conjunto com a expansão do gasto público orçamentário e da expansão do mercado interno em função do crescimento da massa salarial e do volume de crédito” (OREIRO; MARCONI, 2016, p. 169). O investimento produtivo não seria mais o internacional, captado através de IED, para dinamizar a economia interna e torná-la mais integrada ao comércio global. Em vez disso, será realizado por incentivo ao investimento interno, via empresas estatais e autarquias federais, estimulando a produção e o consumo interno – até porque neste período houve o choque causado pela Grande Recessão de 2008, e a diminuição dos fluxos

¹³ O termo *neoliberal* é frequentemente usado por críticos das medidas pró-mercado tomadas nos anos 1990, no bojo das reformas do Consenso de Washington (CARVALHO, 2007; SALLUM JR, 1999; SILVEIRA, 2009), com a intenção pejorativa.

internacionais de capital, inclusive o de investimento estrangeiro. Não é de se espantar, portanto, que a rubrica de IED tenha diminuído entre os anos 2011-2016, durante o mandato da presidente Dilma – ao mesmo tempo em que havia maior dificuldade em captar recursos internacionais, houve uma mudança ativa do governo Dilma de alterar o foco da política econômica, preconizando o investimento estatal em vez de o investimento privado oriundo do exterior.

2.1.6. A política de integração de Temer

Eleito junto de Dilma Rousseff como Vice-Presidente da República, Michel Temer herdou a presidência dela por conta do *impeachment*. Para angariar suporte entre os setores oposicionistas ao governo da petista, Temer, junto de seu partido político, tornou público ainda em 2015 um manifesto político de rejeição das propostas do PT, e de adoção de políticas mais pró-mercado e menos dirigistas. O manifesto, chamado de Ponte para o Futuro, abrangeu também a nova proposição de Temer na condução da política externa brasileira - em particular, o documento promulgado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em meio da crise política deflagrada ainda durante a presidência de Dilma, em meio às disputas políticas entre ela e o Congresso Nacional:

“[R]ealizar a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com a maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes – Estados Unidos, União Europeia e Ásia – com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles. Apoio real para que nosso setor produtivo integre-se (*sic*) às cadeias globais de valor, auxiliando no aumento de produtividade e alinhando nossas normas aos novos padrões normativos que estão se formando no comércio internacional.” (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 18)

A mudança de tom contrastou fortemente com a condução de seus antecessores Lula e Dilma, rechaçando o teor mais reformista e político da PEB petista e adotando um perfil mais voltado à promoção do ambiente de negócios e da conservação da estrutura política internacional vigente. A intenção do novo governo era a de retomar o perfil de país responsável e integrado à economia internacional – o que significava também a captação de IED. O ministro de Relações Exteriores de Temer, José Serra, delineou sua proposta de política externa econômica, em que defendia a necessidade de investimentos produtivos para aumentar a produtividade do país, em substituição à intervenção estatal promovida pelo governo antecedente (CORNETET, 2018, p. 57). As sucessivas crises institucionais internas, todavia, dificultaram a implementação de reformas econômicas, e

o país não conseguiu retomar um ritmo de crescimento da captação de IED semelhante ao da segunda metade da década de 2000, conforme a Figura 2 demonstra.

2.2. Política externa

2.2.1. A PEB de Fernando Henrique (1995-2002)

Conforme abordamos na Seção 1.1.2, a política externa de Fernando Henrique pode ser resumida pelo conceito de “autonomia pela integração”, em que a política externa do país se voltou para aumentar a interação diplomática, tecnológica e econômica com o resto do mundo, com vistas a elevar a percepção internacional do Brasil. Como ex-Chanceler da República, Fernando Henrique deu especial atenção à formação de sua política internacional, viajando frequentemente para países além-mar e protagonizando acordos e encontros multilaterais – talvez o mais notável resultado tendo sido o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Não somente isso, durante seu mandato mais atores políticos nacionais participaram da formação da PEB naquela época, como o Congresso Nacional, organizações não-governamentais e grandes empresas (SILVA, 2012) – possivelmente porque a redemocratização permitiu agentes não-governamentais a participarem do debate público.

O cenário externo do fim do século 20 se mostrou propício para a emergência de *middle players* que poderiam gozar de alguma liberdade institucional internacional, após o fim da Guerra Fria. Os Estados Unidos despontam como o único superpoder do mundo, com sua indubitável vantagem econômica, militar e tecnológica, mas a ausência de um óbvio antagonista de peso comparável ao dos EUA significava que muitas grandes potências (em especial os demais países ricos que compunham agrupamentos como o G8), bem como potências medianas (Brasil, Índia, Turquia, África do Sul, entre outros) poderiam gozar de maior importância, maior voz em decisões importantes, e maiores chances de pleitearem posições mais vantajosas.

Neste ambiente de mudança de equilíbrios do sistema internacional, a política externa brasileira respondeu de acordo, se aproximando das potências desenvolvidas do Ocidente ao mesmo tempo em que desenhava, no âmbito regional, iniciativas de fortalecimento das relações continentais. No âmbito das relações regionais com os demais membros da América do Sul, por exemplo, houve a manobra para maior integração continental, evitando que a política externa brasileira fosse engolida pelos Estados Unidos

(enxergados como os líderes naturais da região) e optando, por outro lado, em projetos de integrações regionais, voltados ao continente e ao desenvolvimento independente, o chamado Novo Regionalismo (RIGGIROZZI, 2011). Os demais países do continente, todavia, vinham em momentos econômicos e políticos distintos, emergindo de suas crises econômicas e políticas próprias, e não havia uma clara tendência de convergência regional. Nenhum outro país, além do Brasil, reunia condições vultuosas de se propor como arrimo institucional da região (RICUPERO, 2010).

A formulação do Mercosul foi significativa, neste âmbito, por solucionar a competição existente entre Brasil e Argentina, rivais na época de seus governos ditatoriais, substituindo-a por um ambicioso programa de integração de espaço econômico não só para livre-comércio, mas também para livre movimentação de bens, serviços e mão-de-obra. Propostas de integração regional foram abundantes na história dos países latino-americanos, mas a proposição do Mercosul tentou se diferir de seus antecessores históricos ao não tentar forçar uma aliança puramente político-ideológica, mas também pautada na integração econômica. Segundo Corrêa, a integração comercial do Mercosul deveria respeitar quatro pontos fundamentais, a saber:

- Dependem dos agentes econômicos das nações participantes;
- Crescer sobre ambientes comerciais já existentes, com grau avançado de abrangência e complexidade;
- Ir além do livre-comércio, integrando cadeias de produção, gerando economias de escala e atraindo investimento estrangeiro;
- E ser realizada em escalas sub-regionais, a princípio, para depois ser considerada uma integração continental completa (CORRÊA, 2006).

A mudança de ótica da integração regional corresponde ao ímpeto da diplomacia dos anos 1990, empregada por FHC e sua equipe diplomática – a maior integração com os vizinhos regionais tem, sobretudo, o propósito de criar um bloco econômico mais robusto que as antigas alianças pautadas primariamente por afinidade ideológica. Para além disso, a formação do Mercosul também é uma maneira destes países conseguirem montar uma economia coesa e mais atraente para investidores e empresários conseguirem maiores lucros com economias de escala e um mercado consumidor amplo. A integração política regional ainda é importante, mas ela está circunscrita na ótica de desenvolvimento econômico *vis-à-vis* o processo do Consenso de Washington.

Em processo paralelo à integração com os vizinhos do Cone Sul correram as negociações entre os todos os países do continente americano¹⁴ para a formação de um mercado hemisférico de livre-comércio, a Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA). O andamento da ALCA, justamente por ser de maior escopo e por incluir os Estados Unidos, a maior e mais desenvolvida economia do mundo, encontrou maior resistência, inclusive do Brasil. O governo federal calculava que participar de um bloco de livre-comércio com os Estados Unidos poderia colocar o país em posição subalterna, com a ALCA sendo pouco mais que uma extensão do Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (*North American Free Trade Agreement*, ou NAFTA). Para contrabalancear a iniciativa de Washington, o Brasil buscou fortalecer a integração regional e a aproximação com outras nações e blocos regionais, como a União Europeia, Chile, Canadá, países da Ásia e da África (SILVA, 2012) – donde fica claro o conceito de “autonomia pela integração”.

Finalmente, em contexto internacional, o Brasil concentrou seus esforços em reuniões multilaterais, agindo na Organização Mundial do Comércio (OMC), na negociação de um acordo entre a União Europeia e o Mercosul, além da supracitada ALCA. O Brasil tinha particular interesse nas negociações dentro do âmbito da OMC, por poder contrabalancear o imenso poder econômico que os Estados Unidos emanavam naquela década, tendo se consolidado como única superpotência mundial, e também porque o país detinha amplo respaldo internacional, que o possibilitava negociar com diversos agentes internacionais (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

A crise econômica de 1998, a forte desvalorização do Real e consequente crise do Mercosul, em 1999, e o atentado terrorista em Nova York em 2001 desestruturaram a matriz diplomática montada por Fernando Henrique, todavia. Para Silva, “[embora] sem retomar o discurso terceiro-mundista, ocorreu um empenho da política externa em recuperar a ideia de que o sistema mundial está condicionado por assimetrias que conduzem a uma distribuição desigual de poder” (SILVA, 2012, p. 32). Notavelmente, a ALCA jamais avançou para além de suas mesas de negociações, mesmo após a substituição de Fernando Henrique por Lula. E ainda apesar de grande empenho da diplomacia brasileira, a Rodada Doha não foi bem-sucedida. O Mercosul se manteve como grande legado do governo

¹⁴ Com a exceção da República de Cuba, sob embargo dos Estados Unidos desde a década de 1960.

FHC para os governos seguintes, no âmbito de política externa – durante os governos do PT a Venezuela adere à membresia, e a Bolívia entra em negociações oficiais de adesão.

Mas ainda a se levar em conta a combinação de fatores negativos no ocaso de seu governo, a política externa de FHC foi recordista em sua época, colocando o Brasil em posição internacional de destaque – foi em 1999 que o Brasil aparece como potencial destino de investimentos financeiros produtivos, sob a denominação, hoje famosa, de *BRIC*¹⁵. Fernando Henrique realizou diversas viagens internacionais na época, conseguiu abrir pontes de negociações com países diversificados, estruturou uma reforma nas relações regionais, e usou a política externa inclusive para avançar importantes agendas de política internas – talvez o caso mais notório seja o da quebra das patentes de remédios estrangeiros para combate à síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS, da sigla em inglês) no Brasil (“Aids: como o Brasil derrotou os EUA”, 2001).

2.2.2. A PEB de Lula (2003-2010)

A ascensão de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República muda também o enfoque da política externa brasileira, com a manifesta intenção de Lula de trazer mudança (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Seu Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, destacou o foco de Lula e de seu governo ao fator social na formulação da política externa brasileira, participando conjuntamente do Fórum Econômico Global em Davos, Suíça, e do Fórum Social Global em Porto Alegre, em 2003 (AMORIM, 2005) – a primeira vez que um presidente brasileiro frequentaria os dois eventos no mesmo ano.

O atentado terrorista em Nova York, em 2001, e a dificuldade de engatar as negociações da Rodada Doha¹⁶ após alguns anos de negociação (FRANCOIS; VAN MEIJL; VAN TONGEREN, 2005), mudaram os ânimos das discussões multilaterais. O governo brasileiro toma esta oportunidade de reajuste das prioridades multilaterais para avançar uma agenda mais social e mais desenvolvimentista, procurando se posicionar com um dos grandes líderes dos países subdesenvolvidos (VIGEVANI; CEPALUNI,

¹⁵ O economista britânico Jim O’Neill cunhou em 2001 a mnemônica *BRIC*, referindo-se aos países Brasil, Rússia, Índia e China, defendendo que em meados do século 21 as economias destes países poderiam ser as maiores do mundo, por conta de seus tamanhos territoriais, suas populações e seus rápidos desenvolvimentos. O termo é um trocadinho com a palavra inglesa *brick*, tijolo.

¹⁶ A Agenda Doha de Desenvolvimento é uma série de negociações multilaterais entre os países da Organização Mundial do Comércio para baixar tarifas e diminuir subsídios. Foi lançada oficialmente em 2001, em Doha, capital do Catar.

2007, p. 274), promovendo relações com países da África, do sudeste asiático e do Oriente Médio e estabelecendo uma agenda de diálogo com as nações menos desenvolvidas, o que ficou conhecido como diplomacia Sul-Sul (VISENTINI, 2010). Não à toa, a título de exemplo, este é o momento escolhido pela política externa brasileira para voltar a pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSONU), demanda histórica dos *policymakers* brasileiros¹⁷ e, até aquele momento, negada.

O foco da política externa do Lula era, dessa maneira, a criação de novas alianças e a busca pelo fortalecimento das existentes, desde que fosse “bom para o Brasil”¹⁸. O Brasil busca maior interação com países em desenvolvimento e com as nações vizinhas do continente, ampliando e aprofundando o escopo diplomático herdado de seu antecessor, mas também mantém fóruns de discussão com as potências desenvolvidas do Ocidente, montando coalizões internacionais de diferentes portes, objetivos e composições. Entre elas, destacamos:

- G4 (2007, com Alemanha, Índia e Japão), para a proposição de uma ampliação do CSONU que incluísse mais países permanentes com poder de veto (o Brasil sendo um deles);
- BRICS (2009, com China, Índia e Rússia e, a partir de 2011, África do Sul), como foro de discussão contraposto ao G8;
- IBAS (2003, com África do Sul e Índia), um fórum de comunicação entre países emergentes para compartilhamento de informações de âmbito estratégico e político;
- G20 (1999, mas substituiu oficialmente o G8 em 2008, com 18 outros países e a União Europeia), uma tentativa de expandir o G8 para incluir mais países considerados economicamente relevantes e interessados no desenvolvimento econômico global;

¹⁷ Vargas (2008) detalha exaustivamente sobre o histórico do interesse brasileiro em participar mais proeminentemente do CSONU.

¹⁸ O termo foi usado em discurso pelo presidente Lula, e era uma referência ao embaixador brasileiro em Washington durante o regime militar, Juracy Magalhães, que teria dito que “O que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil”.

- UNASUL (2008, com os demais 11 países da América do Sul), um bloco firmado entre todos os países soberanos do continente¹⁹ com fins de integração semelhante ao da União Europeia.

O interesse da política externa brasileira era de se colocar como uma ponte entre a liderança das potências centrais e as periféricas, em desenvolvimento. A atuação na Rodada Doha e a ação em planos paralelos de integração com nações estrangeiras serve a esse propósito (BURGES, 2013). Como exemplo de proximidade com nações fora do eixo desenvolvido, o Brasil reconhece em 2004 a China como uma economia de mercado, parte de um esforço para se aproximar estrategicamente do país asiático e ganhar favores diplomáticos para a promoção dos objetivos brasileiros.

No âmbito regional, a política externa de Lula passa a dar maior foco à integração do continente sul-americano, retirando o aspecto mais localizado do Mercosul e abrangendo a geopolítica brasileira para englobar também a Comunidade Andina de Nações (CAN). A intenção do governo era de fortalecer o Mercosul e expandi-lo para mais países, mas a necessidade de os novos aderentes precisarem se alinhar à Tarifa Externa Comum (TEC) afugentou membros prospectivos, como o Chile e o Equador. A Bolívia chegou a receber a proposta de aderir à Mercosul sem precisar respeitar a TEC em um primeiro momento (ROBERTO DE ALMEIDA, 2010).

O único país que aceitou, todavia, entrar com pedido de acesso ao bloco foi a Venezuela, que também ingressou rechaçando adesão à TEC e à normas reguladoras do bloco. Hugo Chávez, presidente venezuelano, tentou retirar o aspecto mais mercadológico e econômico do Mercosul, e transformar o bloco em uma plataforma política para promover seu *socialismo del siglo XXI* (BELANDRIA, 2012), desvirtuando, e eventualmente murchando, o propósito do bloco local.

2.2.3. A PEB de Dilma (2011-2016)

Dilma Rousseff recebe de seu antecessor a mesma estrutura burocrática e os mesmos ímpetos e objetivos delineados por ele e pelo partido de ambos, o PT – a diversificação internacional, o multilateralismo, a aproximação aos países em desenvolvimento e o revisionismo do sistema internacional. Mas se o momento de Lula já tinha suas ressalvas, o de Dilma encontrou percalços ainda mais desafiadores.

¹⁹ Por ser território ultramarino da França e, portanto, parte da União Europeia, a Guiana Francesa não foi membro integrante da UNASUL.

“Durante o período a crise econômica deu lugar à recuperação econômica norte-americana e, progressivamente, ao controle da crise por parte da zona euro. Essa mudança reforçou a centralidade do G7 e diminuiu os espaços de atuação dos países emergentes no interior do G20 financeiro. A incapacidade da [...] OMC de levar a cabo a Rodada Doha marcou a agenda do comércio internacional, e os avanços em termos de formação de grandes blocos de livre comércio junto com o desenvolvimento da área Ásia-Pacífico a partir de acordos coletivos e bilaterais dificultaram a inserção do Brasil na economia internacional. A ascensão da China introduziu um novo elemento de desequilíbrio [...]. A bonança dos altos preços dos *commodities* exportados pelo Brasil recuou.” (SARAIVA, 2014, p. 26)

Ao mesmo tempo, a política interna também aumenta o grau de dificuldade e de pressão sobre a formulação de uma política externa tão engajada quanto a de Lula. A mudança do paradigma econômico brasileiro em 2009, por consequência da Grande Recessão, sobre a qual falaremos mais adiante, forçou o governo federal a alterar a política econômica interna. E por não ter o mesmo ímpeto diplomático de seus antecessores, Dilma teve mais dificuldade em fazer uma política externa mais propositiva. Ricupero aponta, ainda antes de Dilma assumir seu mandato, que haveria diversos motivos para a inflexão da política externa brasileira nos anos seguintes. Segundo ele:

“As causas que determinam a mudança e a nova tendência localizam-se no enfraquecimento do diálogo entre Estado e segmentos dinâmicos da sociedade; na quebra da confiança de investidores e empresários nacionais e estrangeiros no governo; no enfraquecimento de estratégias e inexistência de ideias novas capazes de motivar agentes externos; no emperramento da gestão pública com perda da capacidade indutora do Estado; enfim, no protagonismo de Rússia e China no seio do Brics” (RICUPERO, 2010)

Esse esfriamento causa uma visível consequência internacional: o fim daquilo que Marcos Troyjo chamou de “Brasil-mania” (TROYJO, 2014) e a busca por outros países que poderiam ser reconhecidos como líderes dos países emergentes. A Rússia e a China ganham enorme protagonismo no âmbito dos BRICS, com as ações políticas e militares da primeira, e a importância econômica da última. O Brasil, por outro lado, viu sua estratégia econômica e comercial de multilateralização naufragar, com o congelamento da Rodada Doha da OMC e a crescente desconfiança dos países ricos e principais países emergentes de acordos de livre-comércio bilaterais ou multilaterais.

Silva e Pérez (2019), por sua vez, entendem que a inflexão diplomática consumada durante o governo Rousseff foi consequência da concretização, em seu mandato, das diversas inconsistências e paradoxos de política externa levadas a cabo por Lula. Os dois autores ecoam Ricupero ao mencionar os escândalos políticos internos como um grande

desestabilizador interno, que impede Dilma de ter a mesma hegemonia política interna, e a força a dedicar capital político costurando acordos com o Congresso em Brasília, em vez de ter a situação limpa para se engajar internacionalmente. Outrossim, os atritos entre interesses de vozes internas e as responsabilidades da projeção internacional alcançada por Lula nos mandatos anteriores também tiveram seu peso, e forçaram a mão de Dilma no comando da política externa.

Mas sua política externa não foi de todo derogatória, e Dilma teve importantes conquistas durante seu mandato. Talvez a mais notória tenha sido a promoção de intercâmbios acadêmicos a fim de desenvolver troca de ideias com nações estrangeiras, no âmbito do programa Ciência sem Fronteiras. Também houve um aprofundamento das discussões dos BRICS – desde 2011 acrescido da África do Sul – com a formação de uma vertente financeira, com um banco de investimento e com parcerias de cooperação entre os bancos de desenvolvimento nacionais (SARAIVA, 2014, p. 30).

As dificuldades internacionais se empilharam, todavia, diminuindo a área de espaço do Brasil no cenário internacional. O incidente de espionagem, denunciado por um ex-funcionário público estadunidense, esfriou as relações bilaterais Brasil-Estados Unidos (BRIDI; GREENWALD, 2013), por um lado. A criação da Aliança do Pacífico, bloco econômico contraposto ao Mercosul, a própria transformação do bloco regional em fórum político em detrimento do caráter comercial de sua formação, junto do aprofundamento da crise econômica e política na Venezuela, aliada do governo Dilma e membro recém-aderido ao Mercosul, enfraqueceu a influência brasileira no continente. Eventualmente a presidente precisou se preparar para enfrentar o processo interno de *impeachment*, e deixou a política externa para o fundo de suas prioridades governamentais.

2.2.4. A PEB de Temer (2016-2018)

O *impeachment* da presidente Dilma, conforme vimos na seção 2.1.6, coloca em seu lugar por um mandato reduzido seu vice-presidente, Michel Temer. A fim de angariar o apoio interno que Dilma não tinha, Temer prometeu alterar diversos aspectos das políticas econômicas e diplomáticas do país. O manifesto publicado por seu partido ainda antes da troca de governo demonstra que a intenção da PEB de Temer seria o de abandonar as relações vistas como “ideológicas”, e de buscar “pragmatismo” internacional (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015).

A guinada na política externa se concretiza com a nomeação do ex-ministro da Saúde e ex-governador do Estado de São Paulo, José Serra, que declarou logo em seu discurso de posse que não apostaria mais em rodadas multilaterais como as da OMC ou em alianças ideológicas e politizadas, buscando oportunidades comerciais e a defesa da democracia, uma possível referência à aliança entre os governos petistas e a Venezuela (CORNETET, 2018, p. 56; SILVA, 2019, p. 30).

Tanto Serra quanto Aloysio Nunes, que substituiu o primeiro em 2017, mantiveram a tônica mais crítica às proposições de política externa dos governos anteriores, e apesar de aventarem que tomariam decisões menos ideológicas e mais pragmáticas, encrudesceram seus discursos em relação a países governados por lideranças de esquerda, mesmo dentro do continente sul-americano, onde o ambiente diplomático era amistoso nas duas décadas antecessoras (SILVA, 2019, p. 31).

A mudança brusca da condução de política externa também pode ser vista como resposta a um ambiente cada vez mais degradado da situação política internacional, com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, o *Brexit*²⁰ na União Europeia, e a diminuição paulatina da demanda de *commodities* exportados pelo Brasil, sobretudo para a China, o que enfraquece o poder de barganha do país no exterior em um contexto de mudança institucional internacional e de incerteza sobre o futuro. O fim das discussões da Rodada Doha desestimulou a busca por negociações multilaterais, antiga estratégia brasileira, e a rivalidade cada vez maior entre os Estados Unidos e a China, as duas maiores economias do planeta, dificultavam a aproximação diplomática de engajamento realizadas pelos antecessores Fernando Henrique, Lula e Dilma.

Paralelamente, no continente sul-americano, o desafio de harmonizar o discurso comercial e pró-mercado do governo Temer com o antigo perfil politizado e ideológico do Mercosul torna a condução do bloco ser mais difícil, especialmente com a resistência do novo membro, a Venezuela, de aceitar que o bloco recupere o antigo arranjo. Temer, que encontra em Mauricio Macri²¹ um aliado ideológico, não encara a globalização e o livre-comércio como algo negativo, mas sim um objetivo desejado e positivo para a economia brasileira (REUTEMANN, 2018). Ambos tentam, por conta disso, acelerar

²⁰ Processo de separação do Reino Unido da União Europeia. O país insular foi membro-fundador da União em 1993, mas após um referendo em 2016 pedir a saída, o país passou quatro anos negociando o fim da membresia.

²¹ Presidente da República Argentina entre 2015 e 2019 pelo *Propuesta Republicana* (PRO), partido de centro-direita.

negociações internacionais, tentando a aproximação da Aliança do Pacífico e buscando concluir as longevas negociações para um acordo de livre-comércio intercontinental entre o Mercosul e a União Europeia, negociação esta que ficou como principal legado de Temer para seu sucessor em termos de política externa.

Em um contexto de aguda dificuldade de alinhamento político-ideológico, é possível explicar que os formuladores da política externa brasileira optaram pelo puro *realpolitik*²², buscando tão-somente oportunidades de captação de recursos internacionais para a melhoria das condições econômicas internas – norte político buscado anteriormente por FHC durante seu governo, mas que, conforme analisamos, sob circunstâncias completamente distintas. Mas mesmo esta explicação se torna incompleta por conta dos elementos políticos que os ministros de Relações Exteriores usaram nas tratativas continentais – diziam-se, por exemplo, pragmáticos e anti-ideológicos, mas agiram para isolar a Venezuela e retirá-la do Mercosul na primeira oportunidade. A crítica de Perrone de Miranda (2019), a título de exemplo, é de que houve patente viés ideológico do governo Temer, mesmo que o discurso oficial fosse de moderação, rejeição ideológica e ambiente pró-mercado.

2.3. Macroeconomia

O impacto da política externa brasileira sobre os indicadores de desenvolvimento econômico depende, a princípio, do engajamento da PEB, conforme observamos anteriormente. Mas é imprescindível também observar as variações econômicas ocorridas no Brasil durante o período, a fim de se entender o contexto econômico dos governos que aconteceram no intervalo proposto, e quais foram, em específico, os impactos da política externa brasileira no desenrolar dos eventos econômicos. Assim, uma breve recapitulação sobre os principais eventos da economia nacional a partir de 1995 se faz importante para a análise robusta da interface entre PEB e IED.

2.3.1. A economia sob Fernando Henrique

Fernando Henrique Cardoso assume a Presidência da República em 1995 após o sucesso do Plano Real de controlar a inflação crônica do Brasil, cuja aplicação havia sido

²² “Política realista”, no alemão. Significa ações e alianças políticas sem vieses ideológicos, pautados puramente em interesses e objetivos concretos. É o conceito central da teoria realista das Relações Internacionais.

feita pelo próprio Fernando Henrique enquanto foi Ministro da Fazenda de Itamar Franco, seu antecessor. Apesar do aparente sucesso do plano monetário de 1994, havia o receio de que ele viesse a ruir caso os números macroeconômicos do Brasil deteriorassem nos meses e anos seguintes, a exemplo dos planos anti-inflacionários testados anteriormente. Assim, era claro para FHC que o crivo de seu mandato seria o sucesso do controle inflacionário (GIAMBIAGI, 2011a, p. 166).

Para tanto, a equipe econômica no entorno do Presidente tentou impedir que a inflação aumentasse subitamente. Na avaliação de economistas brasileiros da época, como Simonsen, um dos principais motivos para a inflação brasileira ter sido tão crônica nos anos anteriores era a memória inflacionária dos agentes econômicos, que viam as políticas macroeconômica com suspeitas, e encaravam qualquer solução como prova de falha do plano em vigência (SIMONSEN, 1985). Era salutar, portanto, criar não só um ambiente de controle da inflação com uma política monetária clara, mas também uma situação macroeconômica estável, de controle fiscal e racionalidade operacional, para demonstrar aos cidadãos brasileiros e ao mercado financeiro internacional que o governo tinha o controle da inflação.

O desafio do governo de Fernando Henrique, especialmente nos primeiros meses do mandato, era evitar uma crise generalizada que pusesse a perder os ganhos conquistados no combate inflacionário até então. Desta forma, após o sucesso do Plano Real em estabilizar o crescimento generalizado dos preços, o principal objetivo era manter a política macroeconômica estável, impedindo o crescimento dos preços. O primeiro grande complicador, todavia, foi o superaquecimento da economia brasileira ainda em 1995 – Giambiagi indica que no quarto trimestre de 1994, o crescimento do PIB havia sido de 11% sobre o quarto trimestre de 1993 (GIAMBIAGI, 2011a). Havia o receio de que uma expansão descontrolada do consumo no Brasil puxasse o crescimento inflacionário, e desencadeasse o efeito de memória inflacionária descrita por Simonsen.

Não só isso, a taxa de câmbio estava artificialmente valorizada, com a expectativa de que uma desvalorização abrupta aumentaria os preços de bens importados. O efeito colateral era a erosão das reservas internacionais do Brasil – que foram de US\$43 bilhões em junho de 1994 para US\$32 bilhões em abril de 1995, aproximadamente 25% de decréscimo em menos de um ano. A manutenção das reservas internacionais era particularmente importante para uma eventual proteção contra fuga de capitais causada por crises externas (COHEN, 2005), como a crise do México, que tinha acabado de se

desenrolar em 1994. A administração do consumo interno e a reversão da trajetória de perda líquida das reservas internacionais foram consideradas primordiais no começo do governo para administrar a inflação e manter o sucesso do Plano Real. Por isso o governo federal agiu ainda em março (GIAMBIAGI, 2011a):

- Desvalorização do câmbio em relação ao dólar americano, em diminuição paulatina da paridade (as “minidesvalorizações”); e
- Alta da taxa nominal de juros básica, de 3,3% ao mês em fevereiro para 4,3% em março de 1995.

O objetivo era sinalizar ao mercado, em especial o estrangeiro, que o governo federal estava compromissado em cuidar da inflação a qualquer custo. O resultado foi a reentrada de reservas internacionais – em dezembro daquele ano, o governo federal tinha acumulado US\$52 bilhões.

“Pode-se concluir que, nas difíceis circunstâncias de 1995, o Plano Real foi salvo por dois fatores: a política monetária, pois sem os juros altos daquela época dificilmente ele teria escapado de sofrer o mesmo destino que os planos que o antecederam; e a ampla liquidez e busca pela atratividade dos mercados emergentes, a política monetária por se provavelmente teria sido incapaz de assegurar o êxito do Plano.”

(GIAMBIAGI, 2011a, p. 168)

O controle inflacionário teve, como sabemos hoje com o benefício da visão futura, um indubitável sucesso. Os índices de preços nunca mais se aproximaram aos valores de antes de julho de 1994, e mesmo nos momentos mais agudos de escalada inflacionária nos anos mais recentes não tivemos um superaquecimento de preços próximo aos dos meses pré-Real. O contraponto é que para manter os preços sob controle em seu primeiro mandato, o Presidente Fernando Henrique precisou sacrificar outros indicadores macroeconômicos. O endividamento público federal, tanto interno quanto externo, disparou durante seu primeiro mandato, na expectativa de que os ajustes poderiam esperar a estabilização e as privatizações. Com a política fiscal seriamente comprometida, o êxito do Plano Real se deu praticamente com o alicerce da política monetária, que dependeu fortemente das altas taxas de juros e do aporte de capitais internacionais.

Sem nenhuma folga fiscal ou monetária, o governo federal navegou pelas crises financeiras dos anos 1990²³ com poucas condições de se defender das ressacas

²³ Além da já mencionada crise mexicana de 1994, em 1997 a Tailândia passou por uma forte crise, que se alastrou rapidamente pelos tigres asiáticos; no ano seguinte, a Rússia teve seu episódio.

internacionais que eventualmente impactariam o Brasil. O problema do rublo russo em setembro de 1998 deteriorou rapidamente a saúde monetária brasileira, e o mecanismo de controle via aumento dos juros não funcionou para conter a fuga de capitais. O governo federal havia entrado em negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no final de 1998 para um pacote de ajuda externa, a fim de prover divisas e evitar a desvalorização cambial. Mas as crises das economias em desenvolvimento e o mau-humor estrangeiro em relação a capacidade brasileira de gerir sua crise esvaziaram as reservas federais de divisas estrangeiras. Sem nenhuma alternativa para segurar o câmbio, o Banco Central do Brasil liberou a flutuação do real no dia 15 de janeiro de 1999 – que de R\$1,20 pelo dólar americano chegou a ser negociado por R\$1,98 no fim daquele mês.

O abandono da “âncora cambial” dentro do âmbito da política monetária do governo federal forçou a adoção de uma nova estratégia para manter a economia sob controle. O Presidente Fernando Henrique apresentou uma nova gestão da política econômica em seu segundo mandato, que se assentava em 4 grandes estratégias (AVERBUG; GIAMBIAGI, 2000):

- Austeridade fiscal, condição imposta pelo FMI para aporte financeiro;
- Reformas econômicas²⁴;
- Adoção das metas de inflação como âncora monetárias; e
- Fim da âncora cambial, com livre-flutuação do real no mercado internacional.

As novas proposições sobre a política econômica do governo tiveram certo sucesso, ao impedir o retorno da hiperinflação, visto como o principal custo negativo. A troca da âncora monetária aumentou o preço da moeda estrangeira em quase 100%, mas a inflação de 1999 terminou abaixo dos 10%. Com a inflação sob controle, o governo federal pode se voltar às demais reformas propostas, além de equilibrar as contas públicas e a balança comercial, que ainda era motivo de preocupação. O país voltou a ter trajetória positiva de crescimento (embora baixo), que só foi interrompido em 2001, com uma confluência de crises: a crise de oferta energética brasileira; a crise da economia argentina, que declarou moratória de sua dívida pública em 2001; e os atentados terroristas nos Estados Unidos em setembro, diminuindo o otimismo internacional. É sob um país profundamente reformado, mas com indefinições sobre os rumos de crescimento da economia que o

²⁴ Sobre isso, o texto de Giambiagi (2011a, p. 181) detalha quais foram e que impactos tiveram.

mandato de Fernando Henrique terminou, em 2002, e o governo Lula começa, em janeiro do ano seguinte.

2.3.2. *A economia sob Lula*

Sob certa perspectiva, o mandato de Lula teve a mesma grande premissa de seu antecessor no campo econômico. Ambos herdaram um país que havia passado por profundas e importantes reformas macroeconômicas – Fernando Henrique herdou o país logo após o Plano Real, enquanto Lula herda depois da âncora inflacionária e das reformas fiscais – e ambos dependiam de investimentos e de captações de recursos internacionais para manter a economia solvente, especialmente após o contexto da crise das economias emergentes, no fim dos anos 1990. Havia, todavia, um agravante no caso de Lula – seu histórico de líder sindical, e suas antigas declarações contra o mercado e a favor de políticas mais radicais desestimulavam a adesão de investidores e empresários ao seu plano de governo (GIAMBIAGI, 2011b) - em outubro daquele ano, quando Lula venceu no segundo turno e foi oficialmente apontado como o futuro Presidente da República, o dólar chegou a ser negociado por R\$3,90, o maior câmbio nominal do nosso período estudado. O cálculo do risco Brasil realizado pelo JPMorgan, o EMBI+ (*Emerging Market Bond Index Plus*) também chegou ao maior nível da série histórica naquele intervalo entre a vitória de Lula e sua eventual posse.

O receio dos agentes era de que Lula cumprisse com suas campanhas políticas mais antigas, e decidisse auditar a dívida do governo federal, deixasse de buscar superávit primário para realizar os pagamentos de juros, ou até que optasse pelo *default* da dívida, à semelhança da Argentina em 2001 (GIAMBIAGI, 2011b), o que causou dúvidas sobre o comprometimento do futuro governo com os compromissos assumidos pelo Fernando Henrique, e por consequência desembocou no aumento do câmbio e da percepção de risco de investimento.

Mas Lula eventualmente optou por contrastar com suas retóricas anteriores, apresentando promessas políticas de maior moderação e com mais afinidade à política econômica na época vigente. Em 2002, publica sua Carta ao Povo Brasileiro, momento decisivo de sua campanha, onde prometeu defender o equilíbrio fiscal e o superávit primário, essencialmente mantendo o tripé macroeconômico de seu antecessor. As primeiras decisões de política econômica levadas a cabo pelo Ministério da Fazenda de seu governo foram nesta mesma direção (GIAMBIAGI, 2011b):

- Anunciou respeito à ancora inflacionária, delimitando metas de 8,5% e 5,5% para 2003 e 2004, respectivamente;
- Aumentou a taxa básica de juros, a fim de conter o aumento inflacionário;
- Apertou ainda mais a meta de superávit primário, para 4,25% do PIB;
- Ordenou cortes dos gastos públicos para ajudar a bater a meta fiscal.

Desta feita, apesar de prometer uma ruptura com a condução econômica dita “neoliberal” no início de sua campanha, o primeiro mandato do Lula foi uma continuação da política econômica do FHC, com uma importante mudança: por conta da maior estabilidade do cenário macroeconômico, o governo Lula pode se dedicar a lançar políticas de cunho social, a fim de combater a desigualdade de renda e de retirar famílias da miséria. Embora seu maior carro-chefe eleitoral neste sentido, o Fome Zero, tenha desapontado as expectativas governistas ainda no primeiro ano de mandato (HALL, 2006), o Programa Bolsa Família (PBF), seu eventual substituto, se tornou o maior programa de transferência de renda condicional do mundo (EIRÓ, 2017). O sucesso dele se deve à capacidade de alcançar as famílias mais pobres, possibilitando aumento do consumo familiar e estímulo do comércio local, tudo a um baixo custo orçamentário²⁵.

Muito do sucesso político de Lula²⁶ se deveu ao sucesso de suas políticas sociais elevarem as pessoas da pobreza e promoverem uma parcela significativa da população à classe média, com expansão em seus padrões de consumo. Entre os anos de 2003 e 2009, o índice de Gini decresceu, o IDH aumentou, e a ampliação creditícia melhorou sensivelmente o poder de compra dos cidadãos, promovendo-os a estratos sociais melhores (GIAMBIAGI, 2011b).

A expansão da política social, junto da manutenção das políticas de austeridade fiscal e responsabilidade econômica, deveu-se em grande parte à enorme expansão do comércio internacional por parte do Brasil. Durante o primeiro mandato de Lula, as exportações brasileiras atingiram cifras recordes, particularmente para a China, em amplo crescimento econômico e disposta a consumir todas as *commodities* exportadas pelo país (CASTRO, 2008). A produção brasileira pode se beneficiar imensamente da abertura e

²⁵ Um estudo do economista Marcelo Neri de 2013 estimou que pra cada real gasto no PBF, 78% a mais eram gerado no produto bruto do Brasil – a um custo de menos de 0,5% do PIB nacional (MOTA, 2013).

²⁶ Após vencer as eleições presidenciais de 2002, Lula venceria as eleições de 2006, e sua indicação venceria as de 2010 e 2014, fazendo do PT o partido com maior tempo no controle do país.

expansão dos mercados consumidores na Ásia, o que possibilitou o fortalecimento da economia interna e da situação fiscal brasileira durante a primeira década do século 20.

Duas grandes mudanças causam uma inflexão da política econômica. A primeira foi a condução de Guido Mantega para a pasta da Fazenda, após a saída forçada de Antonio Palocci²⁷. Mantega tinha um perfil mais heterodoxo e desenvolvimentista que seu antecessor, e a condução das políticas econômicas sob sua tutela foram mais conflitantes com o Banco Central e com o provisionamento do tripé macroeconômico.

A segunda foi a implosão do mercado hipotecário norte-americano com a falência de importantes bancos de investimentos de lá, o que desencadeou a Grande Recessão de 2008 (DUIGNAN, 2019). A crise financeira que se seguiu invalidou o argumento central da política macroeconômica dita liberal, que era observada desde 1995, uma vez que houve esvaziamento da poupança externa, e, portanto, havia pouco crédito disponível para que o Brasil pudesse captar com austeridade fiscal e manutenção de perfil de bom pagador. A ausência súbita de crédito externo interrompeu a condução da política econômica brasileira, levando o crescimento do PIB em 2009 a um valor negativo (HAINES; FERRARI-FILHO; NEYRA, 2020).

Mas a ação do governo em mitigar o resultado da Grande Recessão, principalmente através de políticas anticíclicas (expansão monetária e fiscal), diminuiu o impacto da crise na economia, fazendo do Brasil um dos países que mais rapidamente se recuperou do baque. As ações anticíclicas mantiveram o poder de compra do brasileiro, sem causar uma grande ruptura nas grandezas macroeconômicas, e só foram revertidas para uma gestão de maior austeridade e controle inflacionário em 2010, quando estava evidente que a economia brasileira iria se recuperar sem maiores solavancos e que a maior ameaça era a pressão inflacionária. A taxa básica de juros volta a subir, e o governo volta a provisionar maior superávit orçamentário, a fim de conter a tendência de inflação acima do teto da meta do COPOM²⁸. É sob este cenário de bonança econômica e imensa popularidade

²⁷ Uma investigação iniciada por uma comissão parlamentar de inquérito teria apurado que Antonio Palocci participou de um esquema para angariar dinheiro de empresários para fundar o PT. O avanço das investigações tornou sua manutenção insustentável no governo, e ele se afastou em março de 2006.

²⁸ A meta do Comitê de Política Monetária (COPOM) daquele ano era de 4,5% no ano, com tolerância de dois pontos percentuais em qualquer direção. De acordo com as regras do Banco Central, caso a inflação fure as bandas de tolerância, precisa se explicar formalmente, o que causa forte pressão de especialistas e do mercado para que a meta seja respeitada. O IPCA-IBGE mensurou inflação de 5,91% em 2010.

política²⁹ que Lula anuncia sua ex-ministra de Minas e Energia e da Casa Civil, Dilma Rousseff, como sua sucessora eleitoral. Ela é eleita em outubro de 2010, para o terceiro mandato consecutivo do PT na presidência do Brasil.

2.3.3. A economia sob Dilma

A manutenção do Ministro da Fazenda de seu antecessor, Guido Mantega, sinalizou ao mercado que a condução da política econômica no novo governo petista seria aproximadamente a mesma, com um viés desenvolvimentista entrecortado por sobriedade na condução monetária – modalidade que Oreiro e Marconi chamariam de “novo-desenvolvimentismo” (OREIRO; MARCONI, 2016). Mantega foi o responsável pela expansão fiscal e monetária como resposta à Grande Depressão, mas a reversão da política de arrocho econômico para uma de contenção a fim de frear o ímpeto inflacionário deu a ele maior popularidade entre os agentes econômicos. Dilma, por sua vez, fora apresentada por Lula como um quadro técnico e pragmático, tendo sido chamada por ele inclusive de “mãe do PAC”³⁰ – coadunado com sua trajetória pessoal de economista de formação, havia a expectativa de um governo mais focado em investimento em infraestrutura e crescimento.

Os meses entre janeiro e julho de 2011 denotam uma óbvia continuidade da cautela econômica apresentada por Lula, com a taxa de juros em ascendente, a fim de desestimular a ascensão inflacionária, e a diminuição da dívida pública como parcela do PIB, outra forma de tentar conter o aumento de preços. A taxa de juro básico da Selic, por exemplo, esteve em 10,75% ao ano quando Dilma assumiu, e escalou até os 12,50% em julho, último aumento na taxa promulgado pelo COPOM.

A inflexão da política monetária em agosto, todavia, inaugura uma nova etapa da condução econômica de Dilma Rousseff, quando o Comitê baixa a taxa de 12,5% para 12%, argumentando uma expectativa de prolongamento das consequências da crise internacional, particularmente nos países desenvolvidos, e um possível efeito de *spill over* para o Brasil (REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA, 2011). Aproximadamente no mesmo período, o governo indica uma diminuição da previsão de

²⁹ Pesquisa da Confederação Nacional das Indústrias colocou a popularidade do Lula, em dezembro de 2010, em 87%, um recorde da medição histórica.

³⁰ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi um conjunto de medidas micro e macroeconômicas lançada por Lula, em 2007, para estimular o produto potencial da economia brasileira, com investimentos em infraestrutura, desoneração de impostos, aumento de produtividade, entre outros. Em 2008, em uma inauguração de obras no Rio de Janeiro, Lula chamou a então ministra da Casa Civil de “mãe do PAC”, por ter ajudado a idealizar e a fiscalizar os projetos do programa (LIMA, 2008).

superávit primário, encerrando o período de contenção fiscal proposta no último ano do governo Lula, e assumindo em seu lugar a expansão da política fiscal. A expectativa de menor crescimento externo, e uma possível redução dos fluxos de capitais oriundos do exterior, estimularam o governo a repetir a dose administrada na Grande Recessão, e que foi bem-sucedida.

Não só a política fiscal e monetária foram arrojadas a partir de agosto de 2011, mas a fim de manter a expectativa de vultuosos investimentos em produtividade e aumento da produção potencial brasileira, o governo lançou uma série de incentivos industriais, como o represamento dos preços de eletricidade, a desoneração do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e sobre a folha de pagamentos, a fim de baratear a produção industrial e aumentar as margens de lucro, estimulando maior investimento no setor (PIRES; GALHARDO, 2015).

Embora a política de estímulos econômicos da segunda metade de 2011 seja parecida com a de 2009, houve diferenças importantes que decretariam a variação dos resultados obtidos. Primeiro que a ociosidade de recursos econômicos era bem maior em 2009, no momento mais agudo da crise – o desemprego era maior, a pressão inflacionária era menor, e a utilização da capacidade instalada também era menor naquele ano do que em 2011 (MESQUITA, 2014). Segundo que a desaceleração da economia internacional era bem menor em 2011, em comparação com a crise de 2008. Segundo Mesquita, as políticas econômicas tomadas pelo governo federal só fariam sentido se, “os outros fatores permanecendo constante, o choque externo fosse mais intenso do que se seguiu à quebra da Lehman Brothers, e não apenas uma fração do mesmo, como parecia acreditar o BC” (*Ibidem*, 2014).

O resultado foi a permanência da pressão inflacionária, que terminaria 2012 com um aumento de 5,84% - o terceiro ano consecutivo de inflação acima da meta. A fim de, ao mesmo tempo, controlar a escalada de preços, manter os estímulos industriais e aplacar a pressão política, o governo optou por represar o reajuste dos chamados preços administrados, que são os preços dos bens e serviços ofertados pelo governo (eletricidade, petróleo, transporte público *etc.*), ao mesmo tempo em decidiu diminuir a taxa de juros para pessoa física e pequenas empresas via bancos públicos, em uma tentativa de forçar um encolhimento do *spread* bancário e de expandir o crédito para a população.

Em abril de 2013, o Banco Central finalmente decide contrair a política monetária, voltando a aumentar a taxa básica de juros para forçar a uma desaceleração inflacionária. Mas neste mesmo período o governo federal seguiu sua política de expansão fiscal, aumentando os gastos públicos e diminuindo as onerações sobre as produções industriais, além de impedir o aumento dos preços administrados – seguindo a linha teórica de que a expansão de gastos iria estimular o crescimento via aumento de consumo privado. Todavia, conforme Pires e Galhardo (2015) argumentam, a intenção do governo de transformar gasto e crédito em estímulo industrial brasileiro não foi bem-sucedida, e muito do poder de consumo brasileiro foi transferido para a importação de bens do exterior, por conta da incapacidade da indústria brasileira de atender esse aumento de demanda. Mesmo o governo tendo permitido a desvalorização cambial – o que em tese enfraqueceria o poder de compra do brasileiro e dificultaria a importação de bens estrangeiros – o aumento da renda interna brasileira mais do que compensou a variação cambial. O resultado prático foi o transbordamento da demanda interna para a produção estrangeira: “[...] em 2004-2006 (com referência a 2003-2005), as vendas do varejo cresceram praticamente à mesma taxa da produção industrial, 12,0% e 11,5%, respectivamente. No período 2010-2012 (com referência a 2007-2009), o varejo cresceu 27,2% e a indústria nacional 5,1%, revelando o ‘vazamento’ da demanda interna para a oferta externa” (DELFIM NETTO, 2013).

Ao mesmo tempo em que a indústria local enfrentava, sem perspectiva de sucesso, a competição estrangeira, as próprias perspectivas de lucro interno caíam, tornando o investimento no setor produtivo cada vez mais difícil, à medida que as expectativas de retorno diminuían. Para Oreiro (2017), a incapacidade de alguns setores industriais de repassar a alta de preços para os consumidores, e o aumento do preço de mão-de-obra nacional, impactaram decisivamente as expectativas de lucro empresariais, e o investimento nelas diminuiu. Com isso a produção nacional foi desacelerando cada vez mais decisivamente.

De toda forma Dilma conseguiu ser reconduzida ao cargo em 2014, mas nos primeiros meses de 2015 precisou reajustar sua estratégia econômica a fim de evitar um novo surto inflacionário – as taxas de inflação em 2013 e 2014 foram, respectivamente, 5,91% e 6,41%, enquanto a meta estabelecida pelo COPOM era de 4,5%. Embora a inflação anual ainda estivesse dentro dos limites de 2 pontos percentuais para cima ou para baixo, havia a pressão interna para controlar a inflação através de ajustes

macroeconômicos. A maior decisão, neste sentido, foi remover Guido Mantega do cargo de ministro da Fazenda, e pôr em seu lugar Joaquim Levy, um nome mais bem aceito pelo *lobby* pró-mercado. Levy buscou retomar o superávit orçamentário e segurar o crescimento da dívida pública – durante o ano de 2015, o índice EMBI+ disparou 200 pontos, indicando que o investidor internacional estava provisionando um possível *default* da economia brasileira.

Ainda segundo Oreiro (2017), em 2015 também houve reajustes de preços administrados que haviam sido mantidos congelados pelo governo federal, a fim de devolver às empresas públicas um pouco de lucratividade, além de um reajuste cambial, com a desvalorização do real ante o dólar. Isso desemboca em um aumento inflacionário para o consumidor brasileiro, o que diminui a demanda agregada da economia.

Entre a percepção internacional de *default* (e, por consequência, uma diminuição no influxo de investimento), o aumento inflacionário, a queda da demanda privada e o aumento do superávit fiscal (que implica em diminuição relativa da demanda pública), analistas econômicos começaram a apontar uma retração do PIB para 2015 – mas houve disputas nas fileiras do governo acerca da melhor maneira de remediar a situação. Setores governistas no Congresso criticavam o choque de austeridade desejado por Levy³¹, enquanto o ministro tentou retirar a desoneração de impostos sobre a folha de pagamentos e alterar benefícios previdenciários. Após uma disputa pública sobre a meta de superávit do governo federal, Levy se demitiu do cargo, em novembro de 2015, e Nelson Barbosa foi indicado para seu posto. Naquele ano, o PIB brasileiro regrediu 3,15%, em comparação com 2014.

O ano final do mandato de Dilma Rousseff foi eclipsado pela crise política em torno de seu *impeachment*, e em maio de 2016 ela é afastada do cargo para se defender no processo aberto pelo Congresso Nacional. Dilma foi formalmente impedida em 31 de agosto, e seu Vice-Presidente, Michel Temer, assume o cargo até o término do mandato.

2.3.4. A economia sob Temer

Após assumir o governo em maio, Michel Temer se apressou para anunciar que pretendia realizar um governo de reforma econômica, dentro das diretrizes do Plano para

³¹ Reportagem da IstoÉ contemporânea menciona senadores e deputados petistas que rejeitavam categoricamente as soluções propostas pelo ministro da Fazenda, e a desconfiança nutrida pela própria Presidente da República (JERONIMO, 2015).

o Futuro. No texto publicado ainda em 2015 como uma linha mestra de decisões políticas que precisariam ser tomadas a fim de superar a crise, havia a explicação de que a gênese do problema era a política fiscal expansionista, e que esta precisava ser contida para que o país voltasse a se ajustar e tornar a crescer (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015).

No arcabouço de reformas econômicas defendidas pela equipe econômica, a proposta de emenda constitucional (PEC) de teto dos gastos foi, talvez, a mais disputada, por conta da longevidade proposta e pelo alto grau de dificuldade em reverter as mudanças propostas. A PEC propunha a adoção do Novo Regime Fiscal, que proibia o aumento dos gastos públicos federais por vinte anos – o orçamento do ano seguinte poderia somente ser ajustado pelo IPCA para abarcar o aumento inflacionário (VOLPE, 2017). Em 15 de dezembro a proposta foi oficialmente aprovada e promulgada no Congresso, formalmente travando³² a condução fiscal do governo federal.

Em paralelo com a inflexão da política fiscal, o governo federal propôs a realização de reformas a fim de reestruturar o mercado produtivo e facilitar o investimento nas empresas e a contratação de mão-de-obra para produção futura. A chamada *reforma trabalhista*, aprovada pelo Congresso Nacional em 2017, alterou importantes segmentos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em um processo que ainda não tem conclusões definitivas sobre sua eficácia, dado o horizonte curto de tempo entre a aprovação e a conclusão deste trabalho (FRANCO, 2017).

O controle inflacionário, uma das principais demandas da oposição ao governo Dilma durante seu mandato, foi resolvido à revelia das ações do governo federal, por conta da severidade da crise econômica. O PIB brasileiro decresceu mais de 3% ao ano em 2015 e 2016, o que diminuiu a demanda agregada do país e retirou completamente a pressão inflacionária sobre os produtos. O índice de preços medido pelo IPCA aumentou em 6,3% em 2016, mas cresceu somente 2,95% em 2017, e 3,75% em 2018 – o surto inflacionário dos anos 2010 foi contido não por ardilosa gestão política, como nos casos anteriores, mas por completa e prolongada estagnação econômica.

³² É possível reverter a Emenda Constitucional, mas qualquer governo que desejar fazê-lo precisa de dois terços de apoio em ambas as câmaras do Congresso, tornando a reversibilidade desta política algo complexo.

2.4. Dinâmica econômica e diplomática

Conforme já foi abordado neste capítulo, o Brasil tem uma relação histórica com o investimento externo direto, dependendo de recursos internacionais pela maior parte do século 20, enquanto passou pelo seu processo de industrialização interna (GONÇALVES, 2011, p. 13). Entretanto, a aceleração do processo de globalização após o fim da década de 1980, as reformas institucionais realizadas no Brasil e as decisões de política externa e econômica tomadas por líderes de governo nos últimos trinta anos aumentaram substancialmente a entrada de IED no país a partir dos anos 1990, e colocaram esse fluxo como um determinante primordial do desenvolvimento econômico brasileiro.

O escopo das decisões de política externa (que abordamos na Seção 2.2) foi o de melhorar a imagem internacional do país, manter autonomia política e econômica das grandes potências internacionais, em especial os Estados Unidos, e reforçar um papel de liderança regional e global almejado pelas elites políticas do país – ao mesmo tempo, todavia, essas políticas tentaram demonstrar para o mundo como o Brasil é um país estável, dinâmico e emergente, digno de receber divisas internacionais³³. Por outro lado, as decisões sobre políticas macroeconômicas (que abordamos na Seção 2.3) buscaram, durante a maior parte do período analisado, manter um ambiente econômico interno estável e produtivo não só para que os cidadãos brasileiros pudessem prosperar, mas também para que fluxos de investimento externo pudessem ser captados pelo Brasil e transformados em maior dinamismo interno, dentro de uma estratégia de *catch up* com o desenvolvimento econômico internacional. Conforme veremos com maiores detalhes no Capítulo 3, alguns estudos de IED no Brasil (MATTOS; CASSUCE; CAMPOS, 2007; NONNEMBERG; MENDONÇA, 2005) partem do princípio que o ambiente macroeconômico interno é fundamental para definir o volume de investimento externo direto no Brasil.

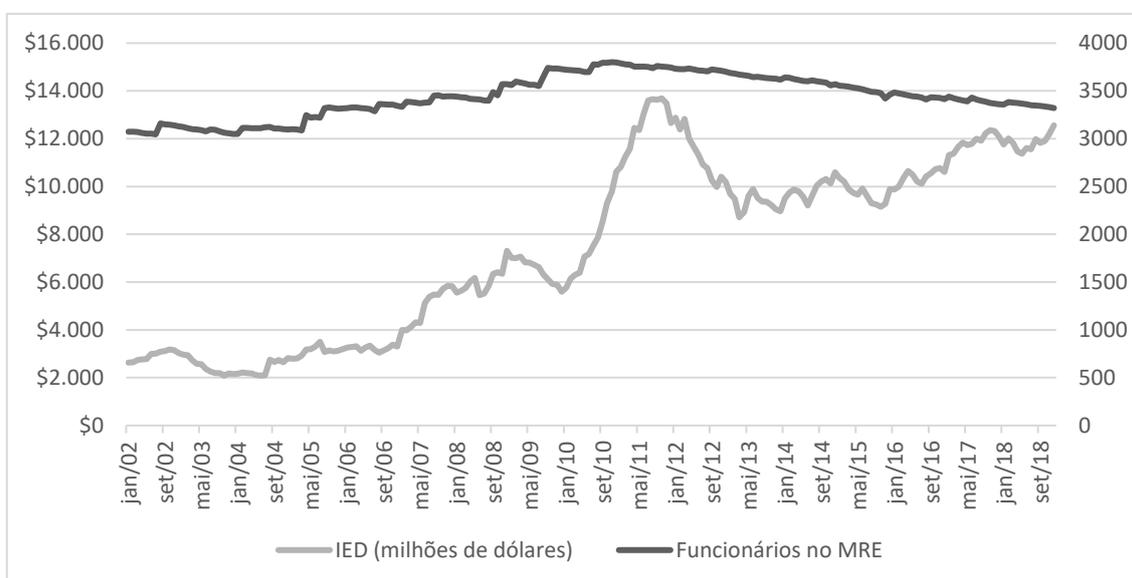
Este autor aceita estes pressupostos, mas propõe que a análise macroeconômica pura talvez não seja suficiente para entender a captação de IED. A imagem internacional do Brasil, as políticas de cunho diplomático, a maior integração política com os vizinhos continentais e com as grandes nações do mundo – tudo isso também pode ajudar a

³³ O já mencionado grupo *BRIC*, por exemplo, nasce como uma indicação de países promissores no recebimento de divisas internacionais, inclusive via IED. O governo brasileiro decide abraçar essa narrativa e torná-la política de Estado.

convencer um investidor internacional a optar por investir no Brasil, em vez de outro dos vários países emergentes medianos que existem no planeta.

A Figura 3 contém a variação do fluxo de IED no Brasil durante os anos de 2002 e 2018, comparado com a variação do número de funcionários do Ministério das Relações Exteriores do Brasil³⁴. O crescimento do IED no final da década de 2000 foi coincidente a um aumento do número de funcionários registrados no Ministério de Relações Exteriores. Da mesma forma, houve um importante decréscimo do IED por alguns anos, na medida em que o número de funcionários do MRE diminuiu. Mesmo descontando a inflação, o volume de investimento estrangeiro não se recuperou no Brasil após o pico de 2011.

Figura 3 – Média móvel do Investimento externo direto (milhões de dólares, eixo da esquerda) e número de funcionários no Ministério das Relações Exteriores (eixo da direita): 2002-2018.



Nota: IED em dólares constantes de 2018. Média móvel é calculada como a soma dos doze meses anteriores, dividida por doze.

Fonte: BCB/Ipeadata/ME

É possível teorizar que existe uma variável que explica a flutuação conjunta dessas duas apresentadas na Figura 3³⁵, assim como também é realizar uma análise que se propõe a conferir se existe alguma relação direta entre as duas, mesmo levando em conta que variáveis macroeconômicas tenham influências diretas sobre elas. Na compreensão deste autor, entender o IED somente como função de grandezas econômicas pode criar uma

³⁴ Os dados retirados do Painel Estatístico de Pessoal, da Secretaria de Planejamento do Ministério da Economia, contêm dois importantes *outliers* dos números de funcionários, que não eram consistentes com a baixa flutuação dos demais valores. O autor assumiu que houve erro de digitação, e optou por corrigi-los manualmente, a fim de evitar distorções nas análises.

³⁵ Embora seja importante salientar que correlação não implica em causalidade.

imagem incompleta. A movimentação de órgãos voltados para a política externa também pode ter impacto na percepção internacional do Brasil, o que ultimamente pode ser fundamental para a decisão de agentes internacionais para investirem no país. Vimos durante a maior parte da Seção 2.1 que reformas macroeconômicas e a estabilidade da economia propiciaram a entrada de maiores fluxos de IED. Ações que tentem reforçar a boa imagem do país no exterior podem ter como consequência a maior entrada de investimentos no país.

O tamanho do corpo diplomático do Itamaraty é uma variável razoável para explorarmos o esforço diplomático realizado pelo Brasil, pois o Itamaraty tem uma longa tradição de constância na condução da política externa, além de manter um peso importante nas formulações de políticas públicas, mesmo em mandatos de presidentes cujos perfis eram mais personalistas (SARAIVA, 2010). A expansão do efetivo diplomático brasileiro se deu quando o Brasil ingressou em diversos arranjos e blocos internacionais, e passou a participar mais ativamente de rodadas internacionais de negociação, como a da OMC.

Programas de cooperação bilateral também foram promovidos pelo governo federal a fim de estabelecer pontes dentro do âmbito Sul-Sul, conforme vimos na Seção 2.2.3. Além da importância já debatida do Ministério das Relações Exteriores, o Brasil avançou em pautas de cooperação bilateral com países da África e da América Latina, a fim de promover desenvolvimento conjunto e aproximação econômica (VISENTINI, 2010). A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), neste contexto, foi fundamental, ao estabelecer programas bilaterais e multilaterais de cooperação técnica, principalmente com os países vizinhos da América do Sul, os países da África e os países-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Podemos analisar os projetos desenvolvidos pela ABC, e o escopo financeiro envolvido neles, como uma medida interessante da projeção diplomática do país – isto porque a agência só lança programas “em resposta a demandas oficialmente recebidas, por meio dos postos diplomáticos brasileiros, ou das representações estrangeiras em Brasília. O Brasil não voluntaria cooperação” (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2012). Isso significa que aumentos dos valores orçados pela ABC são reflexo de maiores interesses de agentes estrangeiros no Brasil. Analisar estes dados pode ser interessante na compreensão da escolha, por parte do investidor internacional, a colocar recursos financeiros no Brasil, como é o caso do IED.

3. METODOLOGIA DE TRABALHO

3.1. A análise de séries temporais

Conforme mostramos na introdução deste trabalho, o objetivo último de nossa pesquisa é analisar a correlação entre o investimento externo direto captado pelo país com as grandezas macroeconômicas locais e com métricas de política externa desenvolvida pelo governo do Brasil. Neste sentido, foram coletados dados de uma seleção de métricas econômicas para a economia brasileira, bem como variáveis de natureza diplomática, a título de compreender se o peso das organizações diplomáticas representadas podem ter alguma espécie de consequência (positiva, espera-se) no influxo de investimento internacional no Brasil. A coleta destes dados foi realizada a fim de se trabalhar com elas no âmbito da análise de séries temporais, que busca compreender a evolução temporal de uma dada variável, a fim de separar quais fenômenos seriam causados por alguma variação estrutural ou cíclica (e, portanto, possíveis de serem previstas), e quais por variações puramente estocásticas (impossíveis de serem previstas).

De interesse para nossa análise será, em específico, o modelo de vetor autorregressivo (VAR). Neste tipo de modelagem, uma dada variável – o investimento externo direto do país em questão – é estimada como sendo dependente de outras variáveis econômicas com importância teórica significativa. Isto é, tenta-se entender se essa flutuação de IED tem correlação com variações macroeconômicas ou de política externa.

Ao mesmo tempo, todavia, temos consciência de que essas variáveis explicativas podem ser influenciadas pela variável dependente de escolha: a endogeneidade entre as variáveis é algo tão corriqueiro que se torna mais difícil encontrar pares de variáveis em que não exista relação endógena. Dessa forma, o modelo comporta também componentes que explicam qual é o impacto da variável dependente nas outras variáveis, em um sistema dinâmico iterativo, em que cada equação estimada comporta os resultados estimados das outras equações simultâneas.

De maneira formal e genérica, podemos explicar o modelo de vetor autorregressivo conforme a equação (1), abaixo.

$$y_t = B_0 + B_1y_{t-1} + B_2y_{t-2} + \dots + B_p y_{t-p} + e_t \quad (1)$$

Em um modelo com k variáveis ditas *endógenas*, y_t é um vetor de tamanho k que comporta os valores das referidas variáveis durante o período t ; B_0 é a matriz de interceptos, constantes; y_{t-n} é a n -ésima defasagem do vetor y_t no tempo; p é a defasagem máxima estipulada; B_n é a matriz paramétrica com dimensões $k \times k$; e e_t é a matriz de erros estocásticos para o período t , também com dimensões $k \times k$. A intenção de se utilizar um modelo matricial complexo, como o de VAR, é que ele possibilita a retroalimentação das variáveis endógenas entre si, capturando a ideia de que uma variação em uma grandeza econômica terá impacto nas outras, que por sua vez reverberarão nas demais, e assim sucessivamente.

A desvantagem do método VAR é que não é particularmente intuitivo de se compreender. Sims resume o desafio do modelo:

“Autoregressive systems like these are difficult to describe succinctly. It is especially difficult to make sense of them by examining the coefficients in the regression equations themselves. The estimated coefficients on successive lags tend to oscillate, and there are complicated cross-equation feedbacks. [...] The best descriptive device appears to be analysis of the system’s response to typical random shocks.” (SIMS, 1980, p. 20–21)

Para a melhor compreensão dos resultados dos modelos, analisaremos as equações que estimam as relações de longo prazo entre as variáveis, montadas a partir do vetor de cointegração do modelo VAR, se este existir, bem como também veremos as funções impulso-resposta (FIR), em que choques aleatórios são simulados a fim de entender a influência delas nas variáveis subjacentes.

A análise de IED por sistema de vetor autorregressivo é um assunto relativamente explorado no âmbito econômico³⁶, o que possibilita que utilizemos uma estrutura técnica para montarmos a primeira parte do nosso trabalho: montar um sistema equacional que identifique as principais relações da variável de investimento externo no país com outras variáveis macroeconômicas. Neste trabalho, coletaremos dados para as variáveis selecionadas no período indicado no Capítulo 1 (jan/1995-dez/2018), com a intenção de comparar nossos resultados com análises semelhantes, para nos certificarmos de que temos um modelo econométrico robusto. A partir deste modelo, variáveis que captam as

³⁶ Este trabalho se baseará no estudo de Nonnemberg e Mendonça (2005), e Mattos, Cassuce e Campos (2007), conforme será explicado mais abaixo, mas há análises semelhantes como o de Shan (2002) a respeito da entrada de investimento na China, Wijeweera e Mounter (2008) a respeito do Sri Lanka, ou Rafat (2018) em análise da economia iraniana, para ficar em alguns.

decisões de política externa serão inseridas, e investigaremos como elas influenciam nossas análises iniciais.

3.2. As determinantes do investimento externo direto

3.2.1. Definição das variáveis

Conforme discutido no Capítulo 1, existe uma ampla literatura apontando para uma relação entre captação de IED e crescimento do PIB, o que nos motiva a analisar o comportamento daquela variável no contexto da economia brasileira. Dentro de um modelo de análise econométrica, isso significa estudar quais seriam as variáveis correlacionadas com a conta de IED em volume significativa para nos ajudar a explicá-la – isto é, quais seriam as variáveis determinantes do IED, necessárias para estipularmos um modelo confiável de estimativa desta conta.

Segundo o estudo de Nonnemberg e Mendonça, embora haja uma multitude de estudos de IED que investiguem os *push-factors* – isto é, o que motiva empresas a se internacionalizarem e investirem em países além-mar, sob a perspectiva microeconômica de busca por vantagens de mercado, arbitragem salarial, entre outros – são poucos os estudos que analisam os determinantes de atração do investimento nos países receptores destes investimentos (NONNEMBERG; MENDONÇA, 2005). Franco já havia indicado, na década anterior, a construção teórica de que a estabilização macroeconômica poderia atrair investimento estrangeiro – embora tenha feito sob o ponto de vista teórico, e não estatístico (FRANCO, 1998).

É sobre esta corrente de pensamento que Nonnemberg e Mendonça, e posteriormente Mattos, Cassuce e Campos (2007), investigam as conjecturas macroeconômicas que poderiam estimular o investimento internacional no Brasil. E com base nestes autores, estipulamos as variáveis macroeconômicas a serem analisadas dentro desse projeto:

IED é o investimento externo direto, medido em milhões de dólares americanos, constante a valores de janeiro de 2018 deflacionado pelo CPI-BLS³⁷;

³⁷ *Consumer Price Index* é o índice de inflação dos Estados Unidos, calculado pelo *Bureau of Labor Statistics*.

PIB é o produto interno bruto do Brasil, medido em milhões de reais brasileiros, como métrica de desempenho econômico nacional, constante a valores de janeiro de 2018 deflacionado pelo IPCA-IBGE³⁸;

IBOV é o valor do Ibovespa, índice de desempenho médio das ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo;

CAMB é a taxa de câmbio do real brasileiro, denominado em reais brasileiros por dólar norte-americano (BRL/USD), de modo que o aumento deste valor indica uma desvalorização do câmbio nacional, e vice-versa;

IPCA é o índice de preços da economia brasileira, medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA-IBGE)³⁹;

SELIC é o fator acumulado da taxa básica de juros da economia brasileira, denominada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), do Banco Central do Brasil. No caso da SELIC, em específico, há um importante evento macroeconômico que pode interessar em nossos estudos: conforme discutimos no Capítulo 2, o governo do Brasil alterou a política de estabilização econômica no quarto ano do Plano Real, e mudou a âncora cambial para a âncora monetária. A partir de janeiro de 1999, o Banco Central passou a usar a taxa de juros para estabilizar a inflação, o que tornou a variação da taxa SELIC menor e mais estruturada de longo prazo. Para capturar essa mudança, utilizaremos uma variável binária *dSELIC*, cujo valor será 0 para todos os meses entre 1995 e 1998, e 1 em todos os meses seguintes.

Ademais destas, também analisaremos três variáveis administrativas do Ministério das Relações Exteriores, as quais chamaremos de “diplomáticas”:

FUNC é o número de funcionários registrados no MRE, de acordo com o Painel Estatístico de Pessoal, da Secretaria de Planejamento⁴⁰;

³⁸ O PIB brasileiro oficial é calculado pelo IBGE, cuja frequência é trimestral. Neste trabalho, o valor utilizado é o calculado pelo BCB, uma interpolação mensal para basear outras variáveis calculadas pelo instituto.

³⁹ O valor utilizado é o índice-base da cesta de preços calculada pelo IBGE, com o valor de 1993 considerado 100.

⁴⁰ Conforme discutimos na Seção 2.4, esta variável continha duas observações muito distintas das demais, e foram consideradas como erro de digitação. O autor utilizou uma versão alterada da que está disponível na fonte.

ABC é o orçamento da Agência Brasileira de Cooperação, realizado em projetos de cooperação bilateral entre o Brasil e países parceiros, realizado em reais, e deflacionado pelo índice IPCA-IBGE;

ORMRE é o orçamento mensal executado do Ministério de Relações Exteriores, em reais, deflacionado pelo IPCA-IBGE.

As variáveis foram coletadas de bancos de dados públicos, conforme a Tabela 1, englobando o período de janeiro de 1995 a dezembro de 2018. Estes dados são coletados com frequência mensal, o que representa um total de 288 observações possíveis para as variáveis observadas. É importante salientar, todavia, que não há a disponibilidade de algumas das variáveis de forma consistente durante todo o período estudado, de forma que é necessário adequar os modelos que os contenham⁴¹.

Tabela 1 – Fontes das variáveis selecionadas

Código	Nome da variável	Disponibilidade	Fonte
IED	Investimento externo direto	01/1995 - 12/2018	IBGE/BLS/Ipeadata
PIB	Produto interno bruto	01/1995 - 12/2018	BCB/Ipeadata
IBOV	Índice iBovespa	01/1995 - 12/2018	B3/Ipeadata
CAMB	Taxa de câmbio real/dólar	01/1995 - 12/2018	BCB
SELIC	Taxa básica de juros Selic	01/1995 - 12/2018	BCB
IPCA	Índice de preços ao consumidor amplo	01/1995 - 12/2018	IBGE/Ipeadata
FUNC	Número de funcionários do MRE	01/2002 - 12/2018	PEP/ME
ABC	Orçamento da ABC	01/2002 - 12/2018	ABC
ORMRE	Orçamento do MRE	01/2008 - 12/2018	MRE/IBGE

É imperativo ressaltar que essas variáveis foram selecionadas por conta da disponibilidade mensal dos dados, o que invalidou a utilização de outras rubricas que podem ser consideradas importantes para este exercício, como índice de liberdade econômica, produtividade total dos fatores ou nível de escolaridade da mão-de-obra brasileira, dados que são disponibilizados em frequência anual ou trimestral⁴². Da mesma forma, a utilização de dados mensais impediu que algumas variáveis fossem encontradas antes do período descrito na Tabela 1, por não haver registro mensal anterior. Finalmente, o modelo de VAR consome uma grande quantidade de graus de liberdade na arquitetura das equações necessárias, o que dificulta a inclusão de mais variáveis.

⁴¹ Uma visualização gráfica das séries analisadas neste trabalho estão disponíveis no Apêndice B deste trabalho.

⁴² Nonnemberg e Mendonça (2005), por exemplo, analisam o impacto da qualificação da mão de obra, dados que não são disponibilizados com frequência mensal. Shan (2002), ao encarar semelhante restrição, optou por substituir variáveis, o que ele reconheceu que talvez não seria perfeito.

3.2.2. Tratamento das variáveis

No âmbito da modelagem econométrica, transformações lineares tendem a ser importantes para algumas variáveis. Neste trabalho, de início, as variáveis *IED*, *PIB*, *ABC* e *ORMRE* foram transformadas em seus logaritmos naturais, e denominamos novas variáveis que, respectivamente, serão chamadas de *L_IED*, *L_PIB*, *L_ABC* e *L ORMRE*.

Posteriormente, as variáveis *L_IED*, *L_PIB*, *IPCA* e *L ORMRE* passaram por ajuste sazonal, utilizando a metodologia X-13 desenvolvida pelo Censo dos Estados Unidos (SHISKIN; YOUNG; MUSGRAVE, 1967), a fim de corrigir variações mensais causadas por ciclos anuais. Ambos os tratamentos foram realizados no ambiente do *software* EViews 10, bem como os cálculos dos modelos utilizados neste trabalho. As variáveis dessazonalizadas serão denominadas de *L_IED_d11*, *L_PIB_d11*, *IPCA_d11* e *L ORMRE_d11*.

3.3. Modelo econômico inicial

Neste primeiro momento, realizaremos uma regressão com vetor autorregressivo com todas as variáveis selecionadas entre o intervalo de 1995 a 2018 – isto é, *IED*, *PIB*, *IBOV*, *CAMB*, *SELIC* e *IPCA*, ou suas transformações respectivas. Este modelo contém dados puramente econômicos, e não é diferente de modelagens de determinantes de *IED* como os que foram abordados na Seção 3.1. A intenção do autor com esta primeira seção é comparar uma modelagem “inalterada”, isto é, sem a inclusão das variáveis de política externa, realizada para os dados brasileiros no período indicado, com as outras já realizadas, a fim de verificar se os resultados dialogam com os já obtidos pela literatura, o que dará respaldo ao nosso modelo por conta de sua robustez.

A principal suposição de um modelo de série temporal é que os dados com que lidamos são estacionários – isto é, a média, a variância e as autocorrelações dos valores e de seus resíduos não variam com o tempo. A maneira mais corriqueira de se certificar que os dados são estacionários é através do teste Dickey-Fuller Aumentado (*Augmented Dickey-Fuller test*, ou ADF), mais robusto do que o criado por Dickey e Fuller (1979), e exemplificado pela equação (2). O teste ADF verifica se existe uma raiz unitária na série, o que indicaria a não-estacionariedade daquela variável.

$$\Delta y_t = \alpha + \beta t + \gamma y_{t-1} + \delta_1 \Delta y_{t-1} + \dots + \delta_p \Delta y_{t-p} + \varepsilon_t \quad (2)$$

O procedimento de teste de ADF usado neste trabalho segue o algoritmo compilado por Shakya (2015), ao nível de significância de 5%. Para cada variável, uma regressão de ADF será realizada, de acordo com os passos no APÊNDICE A – Algoritmo de Teste de ADF para Raiz Unitária.

Para as variáveis elencadas acima, e no intervalo de tempo estipulado acima, os testes ADF realizados produziram os seguintes resultados⁴³:

Tabela 2 – Resultados dos testes de ADF das variáveis selecionadas

Variável	ADF I0 T+C	T	ADF I0 C	C	ADF I0	ADF I1 T+C	Conclusão
<i>L_IDE_d11</i>	0,0851	0,0283	-	-	-	0,0000	I (1)
<i>L_PIB_d11</i>	0,9963	0,7246	0,5734	0,1289	1,0000	0,0000	I (1)
<i>IBOV</i>	0,3275	0,0119	-	-	-	0,0000	I (1)
<i>CAMB</i>	0,6995	0,1805	0,6623	0,1119	0,8833	0,0000	I (1)
<i>SELIC</i>	0,9995	0,2419	1,0000	0,0087	-	0,0348	I (1)
<i>IPCA_d11</i>	0,9067	0,1158	0,9998	0,1390	1,0000	0,0001	I (1)

Nota: I(0): variável em nível; T: tendência; C: constante; I(1): variável em primeira diferença
Nota: os valores são os p-valores dos testes respectivos. Valor abaixo de 0,0500 indica rejeição da hipótese de que não há raiz unitária.

A coluna **Conclusão**, à direita da Tabela 2, indica que todas as variáveis deste modelo precisam ser diferenciadas em um nível para atingirem a estacionariedade desejada. A diferenciação de uma variável obedece a expressão (3) abaixo:

$$dy_t = y_t - y_{t-1} \quad (3)$$

Em que y_t é o valor da variável y no período t .

Já temos informações suficientes para rodarmos um modelo VAR, mas precisamos nos atentar a um último passo – Søren Johansen demonstrou que um modelo de vetor autorregressivo pode conter relações de longo prazo que correriam o risco de não serem capturadas em uma regressão de diferenças. Além disso, Johansen propõe que é possível encontrar uma combinação linear de vetores que mantenha duas ou mais variáveis com variância constante entre elas. A isso, ele chama de *cointegração*. Johansen prova que um modelo VAR que não leve em conta as cointegrações existentes entre as variáveis estipuladas não apresenta coeficientes ótimos (JOHANSEN, 1991).

Desta forma, realizamos o procedimento de Johansen de teste de cointegração, a fim de analisar se há ao menos um vetor de cointegração entre as variáveis estipuladas no

⁴³ Neste trabalho definiremos o nível de significância como 5%.

modelo. Isso porque caso haja, a estipulação de um modelo VAR entre estas variáveis não estariam corretamente especificadas, pois não levariam em conta o modelo de correção de erro dos vetores (ENGLE; GRANGER, 1987).

De forma teórica, a intenção desta análise econométrica é encontrar um relacionamento entre as variações das variáveis estudadas. Como essas variáveis são não-estacionárias, conforme estipulamos ao realizar a análise na Tabela 2, diferenciá-las é a melhor estratégia de tratamento – mas sob a penalidade de perdermos informações sobre relações de longo prazo entre essas variáveis (MAITRA, 2019). Para evitar isto, é possível realizar um teste para analisar se existe uma relação estável de longo prazo entre as variáveis não-estacionárias – que chamaremos de *vetor de cointegração* – e estimar essa relação para adicioná-la ao modelo estimado. Essa estabilidade de longo prazo será descrita como um vetor em nível – isto é, $I(0)$ – que captura as relações existentes entre as variáveis analisadas. É possível, em teoria, haver múltiplas relações de longo prazo, em um sistema multivariável. Se ao menos um vetor de cointegração existe entre as variáveis estudadas, a estimação de um vetor autorregressivo pode não ser a melhor estratégia. Neste caso, é preferível modelarmos um vetor de correção de erro (*Vector Error Correction*, ou VEC).

Um modelo de série temporal como o VAR, ou o VEC, usa defasagens (*lags*) para afinar o resultado da análise. Isto é, analisamos se uma observação em $t - n$ impacta a observação em t , onde n é o número da defasagem. É possível colocarmos tantas defasagens quantas quisermos para analisarmos seus impactos na observação em t , mas a superestimação de variáveis pode ocasionar problemas. O ideal, desta forma, é adicionar o máximo possível de defasagens que ainda tenham significância para o modelo. Com este objetivo em mente, utilizamos a ferramenta de seleção de defasagens conhecida como Critério de Informação de Akaike (*Akaike Information Criteria*, ou AIC). Ele realiza uma análise de verossimilhança da introdução das defasagens, em que o menor valor é o mais indicado. A Tabela 3 indica os resultados dos testes de definição de variáveis para o modelo rodado. Como dois dos testes indicam o modelo com cinco defasagens é o mais indicado, iniciaremos nossa modelagem com esse número.

Tabela 3 – Testes de defasagens do modelo

Teste	Nome	Defasagens
LR	Likelihood Ratio	7
FPE	Final Prediction Error	5
AIC	Akaike Information Criterion	5

SC	Schwarz Information Criterion	2
HQ	Hannan-Quinn Information Criterion	3

Após realizarmos a modelagem inicial, com as seis variáveis e os cinco *lags*, aplicamos um teste de autocorrelação com multiplicador de Lagrange, para verificarmos se existe autocorrelação nos resíduos do modelo. A existência pode implicar algum tipo de relação temporal que não foi capturada, e o modelo em questão estaria mal-especificado.

Tabela 4 – Resultado do teste de autocorrelação do modelo, para cinco defasagens

Defasagens	Teste LRE	Prob.
1	58,5032	0,0103
2	104,2748	0,0077
3	154,9602	0,0021
4	200,3800	0,0013
5	248,3916	0,0006

O resultado infelizmente demonstra que existe autocorrelação nos resíduos do modelo, pois os p-valores são menores que o nível de significância. A fim de corrigir este problema, uma nova estimação foi realizada, incluindo uma defasagem adicional. E um novo teste de autocorrelação foi realizado.

Tabela 5 – Teste de autocorrelação do modelo, para seis defasagens

Defasagens	Teste LRE	Prob.
1	37,9361	0,2886
2	94,6558	0,2619
3	137,7572	0,2624
4	164,4058	0,5670
5	202,6284	0,5538
6	246,4119	0,6164

Com seis defasagens, nosso modelo inicial não apresenta correlação residual, o que indica que ele está corretamente especificado.

Tabela 6 – Teste de cointegração de Johansen para o modelo

Equações cointegradas	Máximo autovalor	Valor crítico	Probabilidade
Nenhum	51,54117	40,07757	0,0006
Ao menos 1	25,82588	33,87687	0,1161
Ao menos 2	19,23627	27,58434	0,0952
Ao menos 3	13,70262	21,13162	0,4842
Ao menos 4	7,407493	14,26460	0,5418
Ao menos 5	0,452002	3,841466	0,7568

Nota: Em negrito, a hipótese que é rejeitada

Definido o total de defasagens, realizamos o teste de cointegração de Johansen, que modelará a relação estável de longo prazo existente, para averiguar se existe um, ou mais de um, vetor de cointegração que modele a relação de longo prazo existente neste modelo. O teste de cada uma das hipóteses é realizado (hipótese 1, não há cointegração; hipótese 2, há somente uma cointegração; hipótese 3, há somente duas cointegrações *etc.*). Caso o valor da probabilidade do teste for menor que o nível de significância estipulado, a hipótese nula respectiva é rejeitada.

Conforme o resultado da Tabela 6, podemos concluir que há pelo menos um vetor de cointegração no modelo, porque rejeitamos a hipótese de que não há cointegração, mas não rejeitamos a hipótese de haver ao menos um vetor.

Tabela 7 – Coeficientes normalizados de cointegração das variáveis

<i>L_IDE_d11</i>	<i>L_PIB_d11</i>	<i>CAMB</i>	<i>SELIC</i>	<i>IPCA_d11</i>	<i>IBOV</i>
1.000.000	-6,137776	-0,566279	-0,004262	0,006107	-4,62e-06
	(1,04689)	(0,20067)	(0,00062)	(0,00095)	(5,8e-06)

Nota: os valores entre parênteses são os desvios-padrão

A Tabela 7 representa o vetor de cointegração estimado, e demonstra a relação de longo prazo existente entre as variáveis. Especificamente, é possível escrever o vetor de cointegração do modelo como a equação abaixo:

$$\begin{aligned}
 LIEDd11_t = & 6,138LPIBd11_t + 0,566CAMB_t + 0,004SELIC_t \\
 & - 0,006IPCA_d11_t + 0,000005IBOV_t
 \end{aligned}
 \tag{4}$$

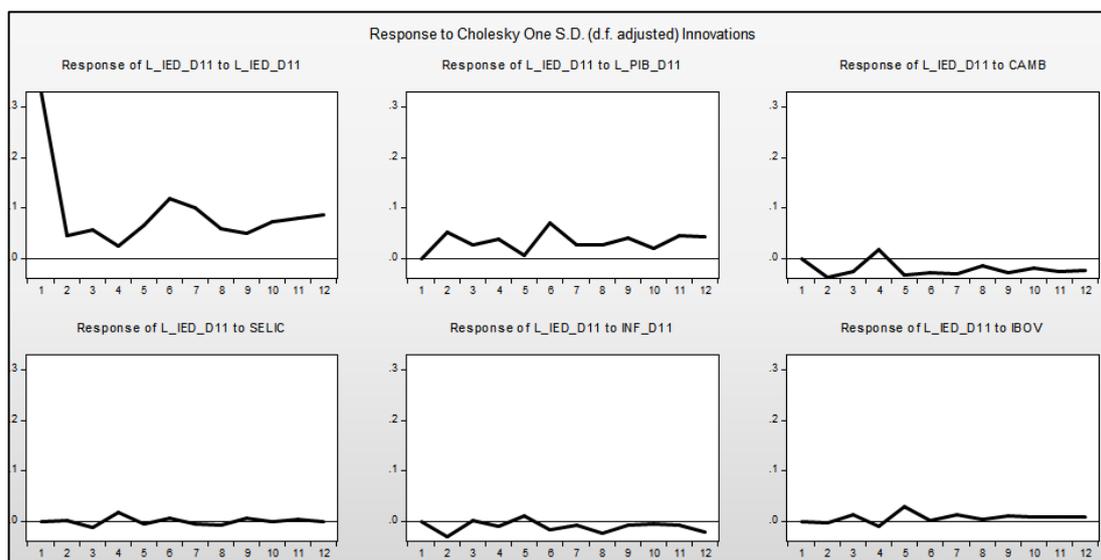
De maneira extensa, a relação de longo prazo entre essas variáveis demonstra a mecânica de reequilíbrio entre as variáveis enquanto elas variam durante o tempo, corrigindo os “erros” (desvios) que ocorrem entre elas – de onde vem o termo **vetor de correção de erros**. Uma possível maneira de interpretar a Equação (4) é entendendo que as relações de longo prazo entre a IED e as demais variáveis são diretamente, ou inversamente, proporcionais, a depender do sinal do coeficiente estimado: a relação de longo prazo entre o PIB e o IED é positivo, por exemplo, implicando que um crescimento do PIB tende a acarretar maiores investimentos estrangeiros. Por outro lado, a relação

entre o nível de preços e o IED é inversa – se a inflação tende a diminuir, o IED tende a aumentar⁴⁴.

A partir do momento em que confirmamos a existência de (ao menos) uma equação de cointegração, podemos transformar o modelo em um VEC, que incorporará a equação de correção de erros na equação modelada. Uma importante distinção entre os modelos é que o VEC roda todas as variáveis em diferenças, o que justifica a necessidade de todas as variáveis terem de ser I(1), ao passo que o modelo VAR pode ser rodado em nível e em diferenças. Como o primeiro modelo VAR foi rodado em nível, e o VEC que vem em seguida será em diferenças, é necessário diminuir uma defasagem do modelo (LÜTKEPOHL, 2005, p. 327). O modelo VEC que usamos para as análises abaixo contém 5 lags, pois um deles está sendo usado para calcular a diferença.

Conforme Sims explicou, todavia, analisar os coeficientes e as equações pode se tornar muito complexo, por conta das oscilações e dos efeitos de *feedback* entre uma variável e outra (SIMS, 1980). Mais proveitoso para nossa análise é compreender como que as variáveis se comportam em evento de choques causados por flutuações das outras variáveis. Para este fim, podemos realizar dois tipos de análise – a Função Impulso-Resposta (ou FIR) e a Análise de Decomposição da Variância (ou ADV).

Figura 4 – Gráficos de Função Impulso-Resposta de L_IED_d11 para as demais variáveis



⁴⁴ Trabalhos como o de Mattos (2007), Silveira, Samsonescu e Triches (2017) e Moro *et al.* (2020) interpretam os resultados dos coeficientes de longo prazo, com resultados próximos aos que são apresentados no presente trabalho.

A Figura 4 apresenta um resumo do comportamento da variável IED em resposta aos choques das outras variáveis do modelo, segundo os cálculos realizados pela Função Impulso-Resposta. A título de exemplo, se a variável *L_PIB_d11* sofrer uma alteração *positiva* de um desvio-padrão no mês 1, podemos esperar uma variação *positiva* de 0,0452 em *L_IED_d11* no mês 2, de 0,0287 no mês 2, e assim sucessivamente, até 0,0459 no mês 12. Essa relação de curto prazo entre as variáveis indica, dessa forma, como podemos esperar que a variável de interesse – IED, no caso – se comportaria caso outras grandezas sofressem choques em um dado período.

O impacto de curto prazo do PIB sobre o IED é positivo, embora de magnitude baixa. Em outro sentido, todavia, uma variação positiva no câmbio (isto é, uma desvalorização do real perante o dólar) deve ter um impacto de curto prazo negativo sobre o IED – ainda que, na relação de longo prazo, essa relação seja positiva. O impacto da taxa de juros e do índice iBovespa são pequenos, e oscilam em torno do eixo zero, o que indica que eles causam baixo impacto de curto prazo. A variação do nível de preços, finalmente, causa choques curtos, porém negativos, no IED; o aumento inflacionário tende a diminuir a entrada de divisas alguns meses após a variação.

A ADV deste modelo econômico corrobora os resultados demonstrados pela Figura 4, na medida em que demonstra quanto cada variável impacta na variação de IED. A Tabela 8 demonstra que ao final de doze meses, 82,6% da variância encontrada em *L_IDE_d11* pode ser explicada por suas próprias defasagens, 8,5% dela seria por influência de *L_PIB_d11* e 5,8% de *CAMB*.

Tabela 8 – Análise de Decomposição da Variância de IED causada pelas variáveis indicadas

Período	L_IED_D11	L_PIB_D11	CAMB	SELIC	IPCA_D11	IBOV
1	100,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
2	95,701860	2,258751	1,171153	0,000053	0,853093	0,015092
3	94,403070	2,773152	1,721838	0,138241	0,822413	0,141286
4	92,733360	3,890422	1,900985	0,370209	0,879419	0,225603
5	91,485890	3,721221	2,681827	0,379485	0,906211	0,825366
6	88,611030	6,499695	2,846321	0,354343	0,973494	0,715120
7	88,317630	6,439523	3,211425	0,344659	0,936027	0,750740
8	87,733890	6,637483	3,260960	0,370716	1,259473	0,737477
9	86,578610	7,372569	3,636154	0,374600	1,250635	0,787437
10	86,536340	7,345673	3,734598	0,362751	1,223677	0,796960
11	85,655920	8,074784	3,942529	0,349489	1,190962	0,786312
12	84,878730	8,623120	4,005800	0,331723	1,385381	0,775246

Dito de outra maneira, em um ano, quase 6% da entrada de IED no Brasil pode ser explicada por conta da política cambial brasileira – e, conforme vimos na FIR acima, uma variação cambial negativa atrairá, no curto prazo, IED para o país. Peres e Yamada (2014), Silveira *et al.* (2017) e Moro *et al.* (2020) chegam a conclusões parecidas para o Brasil – o que nos dá respaldo para considerarmos este modelo robusto e bastante semelhante a outros estudos desta natureza já realizados.

3.4. Modelos diplomático-econômicos (2002-2018)

Os modelos dessa seção incluirão as variáveis chamadas diplomáticas, conforme apresentadas na Seção 3.2.1, a fim de testar nossa principal hipótese. Elas serão introduzidas de forma a compreendermos quais são os impactos que cada uma delas pode causar na análise do modelo inicial, e como essas inclusões podem melhorar (ou atrapalhar) nossa interpretação dessas relações, em especial o efeito sobre IED.

Conforme observamos na Tabela 1, as variáveis que iremos adicionar não comportam todo o período que estudamos no primeiro modelo. As duas primeiras variáveis, *ABC* e *FUNC*, têm disponibilidade desde janeiro de 2002, ao passo que a variável *ORMRE* está disponível de forma mensal a partir de janeiro de 2008. Isso significa que os próximos modelos terão menos observações disponíveis, pois serão regredidos com dados entre janeiro de 2002 e dezembro de 2018, resultando em 204 observações por variável. As etapas metodológicas usadas para os modelos das próximas seções seguirão estrutura similar à que apresentamos no modelo econômico inicial, ou Modelo 1, discutido na seção anterior.

Desta forma, estuda-se primeiramente se as variáveis detêm raiz unitária.

Tabela 9 – Raízes Unitárias para os modelos entre os anos de 2002-2018

Variável	ADF I0 T+C	T I(0)	ADF I0 C	C I(0)	ADF I0	ADF I1 T+C	T I(1)	Conclusão
<i>L_IDE_d11</i>	0,2390	0,0147	-	-	-	0,0000	-	I (1)
<i>L_PIB_d11</i>	0,9988	0,2211	0,2319	0,0295	-	0,0000	-	I (1)
<i>IBOV</i>	0,6982	0,1131	0,7906	0,1502	0,9404	0,0000	-	I (1)
<i>CAMB</i>	0,9041	0,1773	0,7895	0,2993	0,8083	0,0000	-	I (1)
<i>SELIC</i>	0,9988	0,7214	1,0000	0,0422	-	0,0634	0,0072	I (1)
<i>IPCA_d11</i>	0,9009	0,1742	0,9902	0,1460	0,9997	0,0073	-	I (1)
<i>FUNC</i>	0,9879	0,0957	0,4941	0,1048	0,8336	0,0000	-	I (1)
<i>L_ABC</i>	0,1094	0,5532	0,0304	-	-	-	-	I (0)

Legenda: I0 - variável em nível; T - tendência; C - intercepto; I1 - variável em primeira diferença
Nota: os valores são os p-valores dos testes respectivos. Valor abaixo de 0,0500 indica rejeição da hipótese de que não há raiz unitária.

Conforme podemos concluir a partir dos dados da Tabela 9, a variável *ABC* é estacionária em nível. Todas as demais são estacionárias em primeira diferença. De modo que modelos que rodarem com *ABC* não poderão ser rodados com o componente de correção de erros, o que exige que todas as variáveis sejam integradas a nível 1. Entretanto, ainda será possível comparar os resultados da FIR e da ADV.

Por fim, é importante notar que a partir de agora não usaremos a variável binária *dSELIC*, porque durante todo o período a taxa Selic foi usada como âncora inflacionária, não sendo necessário realçar o período em que ela não foi entre os anos de 2002 e 2018.

3.4.1. Modelo 2 – Adição de *FUNC*

Adicionamos a variável *FUNC* no modelo, e realizamos uma regressão via VAR de forma regular. O primeiro passo será testar o número de defasagens do modelo, através dos critérios de informação disponíveis.

Tabela 10 – Teste de defasagens do Modelo 2

Teste	Nome	Defasagens
LR	Likelihood Ratio	12
FPE	Final Prediction Error	4
AIC	Akaike Information Criterion	4
SC	Schwarz Information Criterion	2
HQ	Hannan-Quinn Information Criterion	3

Da mesma forma que nosso modelo inicial, temos dois testes apontando para 4 defasagens. Realizaremos o teste de cointegração, para sabermos se existe uma relação de longo prazo entre as variáveis, e se houver partiremos para a estimação de um modelo VEC.

Tabela 11 – Teste de cointegração de Johansen para o Modelo 2

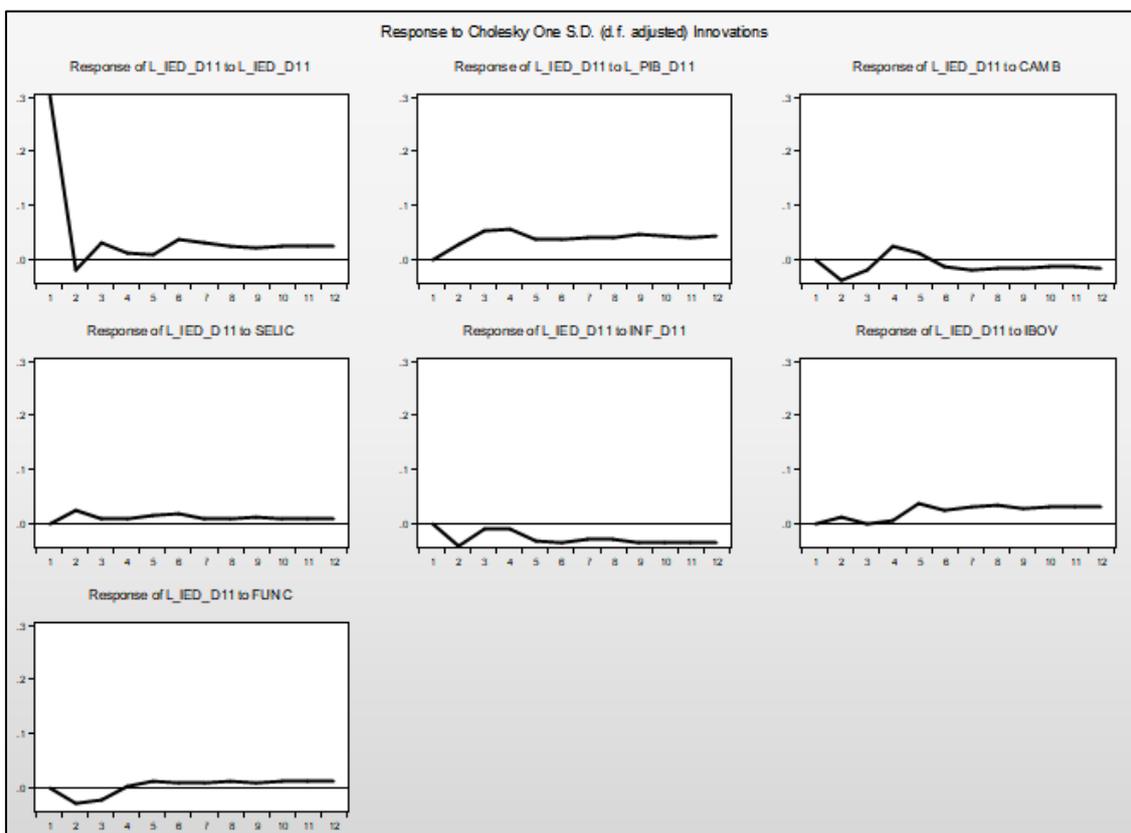
Equações co-integradas	Estatística-traço	Valor crítico	Probabilidade
Nenhum	57,7088	46,2314	0,0037
No máximo 1	44,5906	40,0776	0,0145
No máximo 2	24,9577	33,8769	0,3879
No máximo 3	21,4654	27,5843	0,2491
No máximo 4	9,50167	21,1316	0,7900
No máximo 5	4,62266	14,2646	0,7885
No máximo 6	0,44942	38,4147	0,5026

Diferente do Modelo 1, esta regressão contém duas equações de cointegração. A conclusão, todavia, é a mesma – com todas as variáveis sendo $I(1)$ e havendo equações de cointegração entre elas, podemos estimar um modelo VEC. À semelhança do primeiro modelo, testaremos se os resíduos têm autocorrelação através do teste multiplicador de Lagrange, cujos resultados estão na tabela abaixo.

Tabela 12 – Teste de autocorrelação dos resíduos do Modelo 2, para 4 defasagens

Defasagens	Teste LRE	Prob.
1	49,1331	0,4678
2	98,6238	0,4633
3	146,9022	0,4868
4	208,2554	0,2611

Os p-valores indicam que não existe correlação nos resíduos, de modo que podemos rodar um modelo VEC, semelhante ao que fizemos no Modelo 1 – é preciso lembrar aqui, como lá, que utilizamos uma defasagem a menos por conta de o VEC ser rodado em diferenças. E assim, passar para as análises de FIR e de ADV. Na Figura 5, verificamos que a inclusão de *FUNC* trouxe algumas mudanças importantes dos resultados. Por



exemplo, a memória da variação de L_IED_d11 é bem menor – uma variação de um desvio-padrão de L_IED_d11 causava resposta na própria variável de 0,8173 de impacto após 12 períodos, no Modelo 1, para somente 0,0213 no Modelo 2. A inclusão de $FUNC$ também acarretou mudanças na expectativa de impacto da variável $IBOV$, que teria uma resposta de somente 0,0025 em L_IED_d11 , após 12 períodos no do Modelo 1, mas que seria responsável por uma resposta de 0,0315 no Modelo 2. A variável $IPCA_d11$ também teve resultados distintos do Modelo 1 – o impacto que era inconclusivo naquele modelo se tornou decididamente negativo neste, implicando que um aumento inflacionário tenderá a ter impacto de curto prazo negativo na captação de IED para o país.

Finalmente, o Modelo 2 demonstra a expectativa de resposta da variável L_IED_d11 em resposta a uma variação de um desvio-padrão em $FUNC$. Sua FIR demonstra que a princípio, a variação seria negativa no primeiro trimestre, mas a resposta eventualmente seria positiva, e ao final de 12 períodos a variável L_IED_d11 teria uma resposta de 0,0202 positivo, insinuando que o investimento externo seria positivamente impactado na eventualidade de um aumento do número de funcionários do MRE. O que faz sentido, a princípio, considerando que o aumento de funcionários pelo Itamaraty implica em treinamento, deslocamentos, período de aclimação às novas responsabilidades *etc.*

A tabela com os resultados da ADV abaixo traz um resultado parecido com a do Modelo 1, mas assim como nossa análise de FIR, há importantes diferenças. A mais notória é o impacto da variável $FUNC$ – a Tabela 13 demonstra que, ao final de doze períodos, 1,64% da variação de L_IDE_d11 pode ser explicada pelas flutuações de $FUNC$. Um impacto mais pronunciado que a variação de $SELIC$, por exemplo.

Tabela 13 – Tabela de ADV da variável L_IED_d11 para as variáveis no Modelo 2

Período	L_IED_D11	L_PIB_D11	CAMB	SELIC	IPCA_D11	IBOV	FUNC
1	100,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
2	94,198160	0,824195	1,668723	0,533223	1,704630	0,117554	0,953515
3	90,806330	3,316611	1,993236	0,550856	1,745419	0,115810	1,471735
4	87,462730	6,159858	2,417623	0,608782	1,783999	0,147676	1,419328
5	84,171050	7,067339	2,444801	0,781348	2,783061	1,296364	1,456041
6	81,559820	7,923566	2,516625	1,018411	3,859395	1,688622	1,433557
7	79,085060	8,960960	2,741328	1,040956	4,437812	2,299329	1,434560
8	76,671660	9,952001	2,854499	1,058056	4,957042	3,039280	1,467464
9	74,091030	11,143740	2,952086	1,098087	5,702747	3,532772	1,479545
10	71,876570	12,006190	3,003720	1,112249	6,438046	4,031515	1,531708
11	69,772890	12,780600	3,063819	1,135465	7,133878	4,519611	1,593736
12	67,615070	13,568860	3,184829	1,151565	7,839118	5,001826	1,638728

Por outro lado, a inclusão de *FUNC* diminuiu a relevância da variável *CAMB* na ADV, diminuindo a parcela desta grandeza de 4,01% após 12 períodos, no Modelo 1, para 3,18% no Modelo 1. O impacto de *SELIC*, *IPCA_d11* e até o de *IBOV* aumentaram – esta última, que representaria 0,77% da variação de *L_IED_d11* no primeiro modelo, agora representa 5%.

3.4.2. Modelo 3 – Adição de ABC

Neste modelo, em vez de acrescentarmos *FUNC* ao Modelo 1 inicial, acrescentaremos *ABC*. Nossa expectativa é capturar o impacto do esforço da política externa brasileira, manifestada aqui como o tamanho de orçamento da ABC, conforme vimos na Seção 2.4. A Tabela 9 nos indica que a variável *L_ABC* é estável no nível, e portanto não poderemos realizar uma regressão do tipo VEC, conforme fizemos nos dois primeiros modelos. O modelo VAR, portanto, será feito com as diferenças das variáveis não-estacionárias (isto é, todas as que não forem *L_ABC*), podendo, ao fim, comparar os resultados, independentemente de ser uma regressão VAR ou VEC.

Tabela 14 – Testes de defasagens para o Modelo 3

Teste	Nome	Defasagens
LR	Likelihood Ratio	6
FPE	Final Prediction Error	4
AIC	Akaike Information Criterion	4
SC	Schwarz Information Criterion	1
HQ	Hannan-Quinn Information Criterion	2

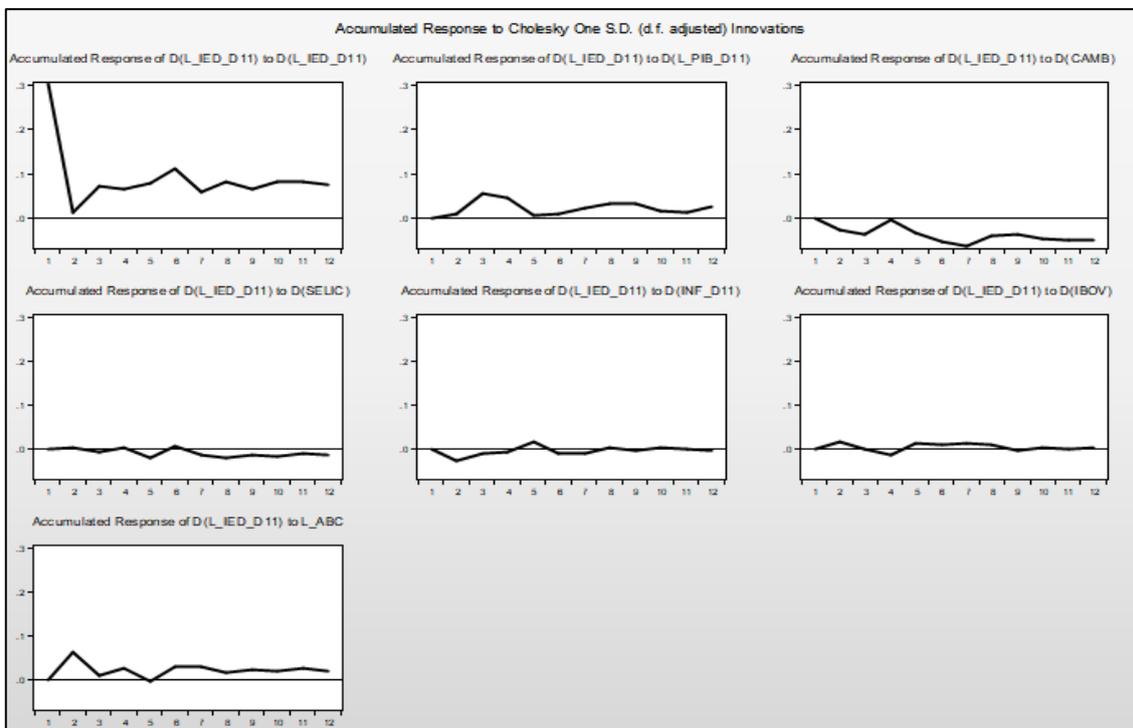
Dois resultados apontam para um modelo com 4 defasagens. Realizamos o teste LM a fim de verificar a autocorrelação dos resíduos, conforme a Tabela 15, e concluímos que não é possível rejeitar a hipótese nula – os resíduos não são autocorrelacionados.

Tabela 15 – Teste de autocorrelação de resíduos para o Modelo 3

Defasagens	Teste LRE	Prob.
1	53,0735	0,3200
2	116,8749	0,0939
3	152,7752	0,3552
4	202,3411	0,3630

Realizamos, então, a análise FIR e ADV do Modelo 3, comparando com os outros modelos. Como o resultado será medido em $D(L_IED_d11)$, que é a diferença das observações de L_IED_d11 (isto é, o valor de $D(L_IED_d11)$ no período t é igual a L_IED_d11 no período t menos L_IED_d11 no período $t-1$), o ideal para compararmos o resultado de FIR do Modelo 3 será produzir um modelo com respostas acumuladas, em vez de respostas pontuais. Isso porque se $D(L_IED_d11)$ é a subtração de uma observação pela sua anterior, o resultado acumulado não será mais do que a adição da observação com a anterior, permitindo uma comparação em nível com os modelos 1 e 2.

Figura 6 – Gráficos de FIR para $D(L_IED_d11)$ no Modelo 3



Os resultados destes gráficos se assemelham aos dos Modelos anteriores, o que nos indica que não houve diferença significativa de estrutura em rodar um VAR, e não um VEC. Ainda é possível analisar os resultados de curto prazo, com algumas das variáveis se comportando de maneira semelhante – os impactos de L_PIB_d11 são positivos no curto prazo, por exemplo, e os de $CAMB$ são negativos.

O impacto de L_ABC , todavia, aparenta ser positivo. A resposta de $D(L_IED_d11)$ é de pouca magnitude, mas constante durante todo o ano que foi simulado pela FIR, uma possível indicação de que o IED poderia responder positivamente a um aumento de programas de cooperação internacional.

Tabela 16 – Tabela de ADV para $D(L_IED_d11)$ como resposta das demais variáveis do Modelo 3

Período	$D(L_IED_D11)$	$D(L_PIB_D11)$	$D(CAMB)$	$D(SELIC)$	$D(IPCA_D11)$	$D(IBOV)$	L_ABC
1	100,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
2	96,950150	0,053263	0,371381	0,004607	0,333694	0,184277	2,102628
3	94,173360	1,228567	0,414952	0,050194	0,456766	0,350506	3,325654
4	93,280140	1,295709	1,025037	0,094630	0,458675	0,428729	3,417080
5	90,936680	1,966769	1,514626	0,369555	0,685380	0,783435	3,743552
6	89,725870	1,928800	1,673503	0,701031	1,001654	0,780048	4,189097
7	89,590320	1,981471	1,696394	0,851471	0,986929	0,774177	4,119242
8	89,142000	2,004888	1,971331	0,863472	1,067905	0,773009	4,177393
9	89,023660	2,003190	1,968682	0,878018	1,072668	0,868739	4,185046
10	88,846840	2,128940	1,987937	0,884405	1,081788	0,887831	4,182256
11	88,774610	2,130975	1,998206	0,923195	1,083341	0,888147	4,201528
12	88,682530	2,194878	1,995996	0,939238	1,087409	0,894783	4,205164

A análise da Tabela 16 acima deve ser feita com cuidado, pois é preciso se recordar de que a maioria das variáveis foi estimada em suas diferenças. O que significa que, para quase todas as variáveis, estamos analisando a primeira derivada das observações – um aumento de um desvio padrão em $D(L_PIB_d11)$, por exemplo, indica um aumento de um desvio padrão na taxa de crescimento do log do PIB em um dado período, cujo valor tenderá a ser menor que o desvio padrão do log do PIB em si.

A relação entre a maior parte das variáveis se mantém relativamente próxima às dos modelos 1 e 2 por causa da diferenciação entre elas, desta forma. A análise de L_ABC deve ser realizada de forma diferente, todavia – como essa variável está sendo analisada em nível, a variação dela tenderá a ser mais impactante para $D(L_IED_d11)$. Os números da ADV demonstram que ao final de 12 períodos, 4,2% da variação de $D(L_IED_d11)$ seria consequência de uma flutuação de ABC , o que corrobora o a análise da Figura 6, mas também demonstram que o impacto da variância de L_ABC seria quase o dobro do impacto de L_IED_d11 , o que a princípio não condiz com a FIR. Uma possível explicação é o fato de L_ABC estar estimada em nível, ao passo que as demais estão diferenciadas.

3.4.3. Modelo 4 – Adição de $FUNC$ e ABC

O próximo modelo, à semelhança das inovações trazidas pelos Modelos 2 e 3, adicionará as variáveis $FUNC$ (que não é estacionária no nível) e L_ABC (que é estacionária). Rodaremos um modelo VAR adicionando ambas as variáveis, e analisaremos os resultados.

Tabela 17 – Testes de defasagens para o Modelo 4

Teste	Nome	Defasagens
LR	Likelihood Ratio	4

FPE	Final Prediction Error	4
AIC	Akaike Information Criterion	12
SC	Schwarz Information Criterion	1
HQ	Hannan-Quinn Information Criterion	2

Dois testes indicam quatro defasagens, então a primeira regressão considerará 4 *lags* para as variáveis. Da mesma forma, com a única exceção de *L_ABC*, as variáveis serão rodadas em diferenças, para não encontrarmos uma correlação espúria⁴⁵ e para evitar uma VAR instável.

O resultado do teste LM indica que não é possível rejeitar a hipótese de que não há autocorrelação entre os resíduos, o que nos indica um modelo VAR satisfatoriamente estipulado.

Tabela 18 - Teste LM das defasagens do Modelo 4.

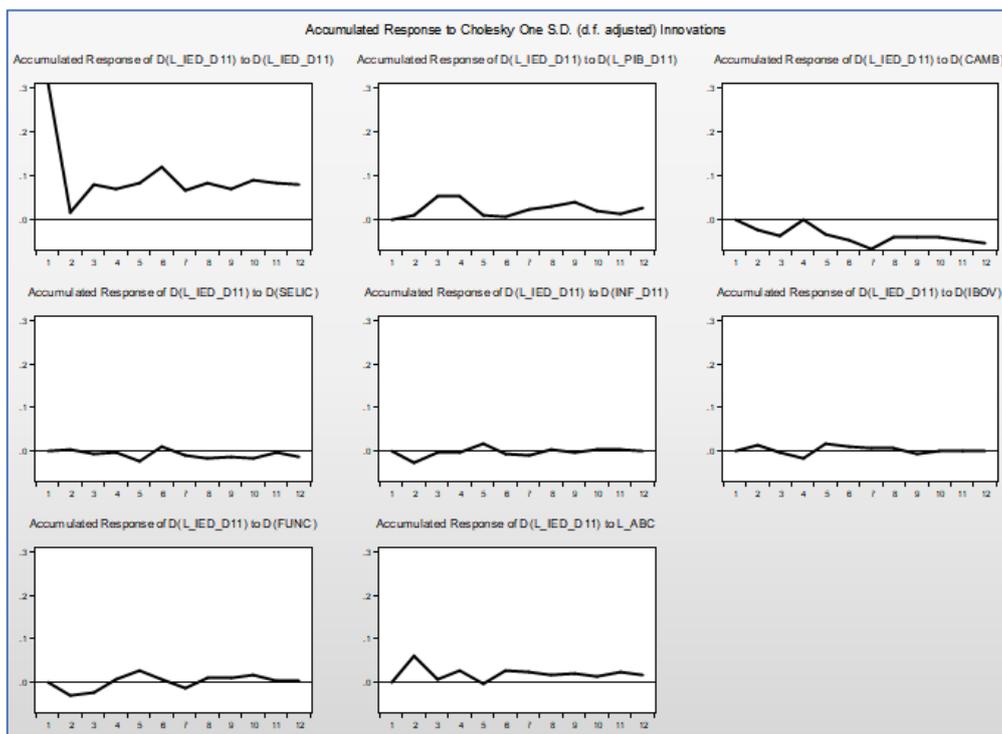
Defasagens	Teste LRE	Prob.
1	55,5582	0,7649
2	117,0011	0,7474
3	184,2944	0,6422
4	254,5184	0,5144

O resultado da FIR – novamente acumulado, pois estamos analisando $D(L_IED_d11)$ – nos retorna resultados semelhantes aos que analisamos nos Modelos 1 e 2, onde a variação positiva do PIB tende a ter um impacto positivo de curto prazo no IED, e uma variação positiva do câmbio terá um impacto negativo. Diferente do Modelo 2, todavia, a resposta de $D(L_IED_d11)$ a uma variação de $D(FUNC)$ não tem um sentido claro, nos levando a concluir que, dentro deste modelo, um choque no número de funcionários do MRE não terá impacto concreto sobre IED. *L_ABC*, por outro lado, permanece marginalmente relevante, ao causar uma resposta pequena, porém constantemente positiva, de L_IED_d11 .

⁴⁵ Correlação que aparenta existir entre duas variáveis, mas sem que haja uma relação causa-efeito. Podendo ser mera coincidência ou por efeito de uma terceira variável, que influencia independentemente as duas variáveis analisadas. Em séries temporais, o efeito da tendência temporal sobre as variáveis tende a causar correlação espúria.

Da mesma forma que o Modelo 3 nos demonstrou, o resultado do impacto de L_ABC na ADV da Tabela 19 aparenta ser maior do que o que foi analisado no FIR, o que se deve por ser esta variável a única que não está regredida em diferenças. O impacto

Figura 7 - Gráficos de resposta de L_IED_d11 às variáveis do Modelo 4.



do PIB e do câmbio não é muito diferente dos outros modelos, o que pode corroborar que o Modelo 4 está bem estipulado. E o impacto de $D(FUNC)$ sobre $D(L_IED_d11)$ ainda é razoavelmente importante – a ADV do Modelo 4 nos indica que uma variação sobre o número de funcionários tem mais impacto que uma variação da taxa de juros, ou da taxa de inflação, por exemplo.

Tabela 19 - ADV de $D(L_IED_d11)$ no Modelo 4.

Período	D(L_IED_D11)	D(L_PIB_D11)	D(CAMB)	D(SELIC)	D(IPCA_D11)	D(IBOV)	D(FUNC)	L_ABC
1	100,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
2	96,824210	0,065930	0,280358	0,013555	0,365886	0,103151	0,446414	1,900494
3	93,966430	1,017674	0,364858	0,082409	0,577246	0,249970	0,433747	3,307666
4	92,547960	1,004267	0,965806	0,092757	0,568341	0,350598	0,961035	3,509230
5	89,784340	1,793083	1,442462	0,335411	0,745022	0,914947	1,085587	3,899151
6	88,454430	1,772900	1,486024	0,883527	0,983432	0,924353	1,239446	4,255888
7	88,007190	1,865473	1,620410	1,042659	0,969065	0,908301	1,409002	4,177897
8	87,379070	1,891748	1,863398	1,051845	1,069050	0,901152	1,677362	4,166379
9	87,228500	1,918451	1,860920	1,054123	1,087500	1,005419	1,673402	4,171687
10	86,994780	2,087260	1,855647	1,058955	1,102608	1,034043	1,684907	4,181804
11	86,806150	2,105502	1,867306	1,129432	1,102645	1,034841	1,747675	4,206454
12	86,659580	2,199362	1,882784	1,155455	1,105402	1,036079	1,746521	4,214818

3.5. Modelos diplomático-econômicos completos (2008-2018)

Nesta seção, apresentaremos a última variável do modelo (*ORMRE*), que registra o orçamento total executado do Ministério de Relações Exteriores. A disponibilidade dos dados em formato mensal só existe a partir de janeiro de 2008, de modo que precisaremos diminuir novamente o horizonte de observações realizadas, desta vez para 132 observações. Nestes modelos seguintes, usaremos a transformação em log e dessazonalizado de *ORMRE*, que chamaremos de *L_ORMRE_d11*, além das demais variáveis que já utilizamos.

Por conta da diminuição de escopo temporal, realizaremos uma nova relação de testes de raiz unitária, para verificar se algumas das variáveis passou a ser (ou deixou de ser) estacionária.

Tabela 20 – Testes de ADF para as variáveis no intervalo 2008-2018

Variáveis	I0 T+C	T I0	I0 C	C I0	I0	I1 T+C	T I1	I1 C	C I1	I1	I2 T+C	Resultado
L_IED_D11	0,0000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	I(0)
L_PIB_D11	0,8903	0,3049	0,0605	0,0056	0,9680	0,0000	-	-	-	-	-	I(1)
IBOV	0,8293	0,0831	0,7338	0,2570	0,7967	0,0000	-	-	-	-	-	I(1)
CAMB	0,4537	0,0246	0,8709	0,3560	0,9240	0,0000	-	-	-	-	-	I(1)
SELIC	0,2930	0,0101	0,9941	0,4359	0,9725	0,5230	0,1699	0,4524	0,1187	0,6375	0,0001	I(2)
EMBI	0,2488	0,5639	0,0918	0,0134	0,3940	0,0000	-	-	-	-	-	I(1)
IPCA_D11	0,6203	0,0492	0,9647	0,2418	0,9979	0,0903	0,7132	0,0192	0,0046	-	-	I(1)
FUNC	0,4539	0,0009	0,9176	0,7630	0,5126	0,0000	0,0077	-	-	-	-	I(1)
L_ABC	0,0000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	I(0)
L_ORMRE_D11	0,0000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	I(0)

Legenda: I0 - variável em nível; T - tendência; C - intercepto; I1 - variável em primeira diferença
Nota: os valores são os p-valores dos testes respectivos. Valor abaixo de 0,0500 indica rejeição da hipótese de que não há raiz unitária.

A variável de interesse, *L_IED_d11* passa agora a ser estacionária em nível, junto de *L_ABC* e *L_ORMRE_d11*. Neste caso, nenhuma regressão em VEC seria possível. Outra notável diferença no comportamento das variáveis neste horizonte é *SELIC*, que se torna uma variável I(2) – isto é, a variável só se torna estável se usarmos a diferença da diferença. Johansen (1995) tem toda uma metodologia específica para lidar com variáveis integradas de segunda ordem, mas cuja implementação tornariam nossas análises mais complexas. Optou-se, desta forma, por não estimar a variável *SELIC* neste contexto.

3.5.1. Modelo 5 – Adição de *ORMRE*

A partir do Modelo 1, duas mudanças importantes serão feitas: retiraremos a variável *SELIC*, por conta de sua não-estacionariedade, e adicionaremos *L_ORMRE_d11*.

Tabela 21 - Testes de defasagem para o Modelo 5

Teste	Nome	Defasagens
LR	Likelihood Ratio	4
FPE	Final Prediction Error	4
AIC	Akaike Information Criterion	4
SC	Schwarz Information Criterion	1
HQ	Hannan-Quinn Information Criterion	1

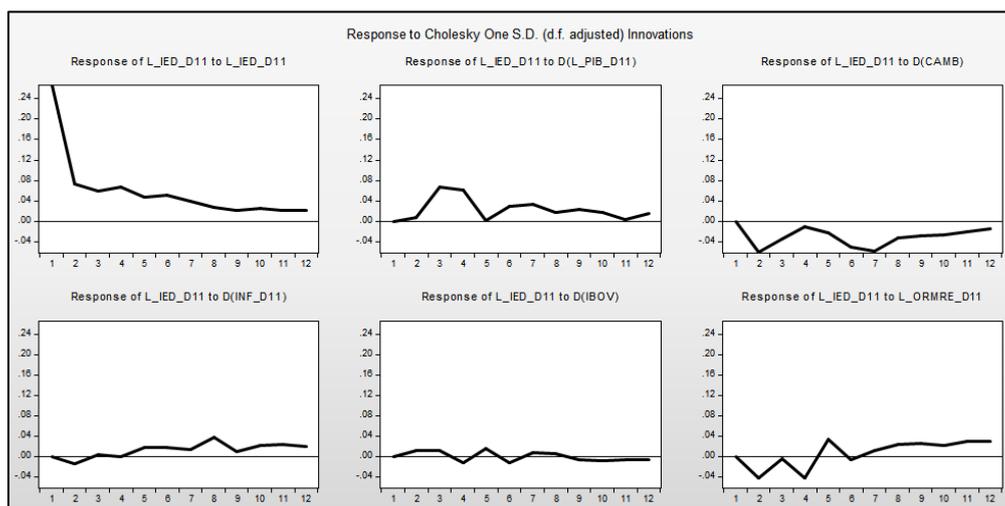
Neste caso, três dos testes indicam que o modelo mais robusto teria quatro defasagens. O teste LM de autocorrelação retorna com p-valor alto o suficiente para não rejeitarmos a hipótese nula de ausência de autocorrelação, o que nos indica que podemos seguir com o modelo VAR com quatro defasagens nas variáveis componentes.

Tabela 22 – Teste de autocorrelação dos resíduos para o Modelo 5

Defasagens	Teste LRE	Prob.
1	33,5721	0,5846
2	78,1987	0,2885
3	122,4236	0,1621
4	166,6029	0,0956

Com o modelo bem estipulado, podemos passar para as análises FIR e ADV.

Figura 8 - Gráfico da FIR do Modelo 5, com a resposta de L_IED_d11 às variações das demais variáveis.



Os gráficos da Figura 8 se assemelham com a Figura 4, que calculamos no Modelo 1. O impacto esperado de uma variação positiva em $D(L_PIB_d11)$ sobre L_IED_d11 é positivo no curto prazo, e o impacto de $D(CAMB)$ é negativo. É interessante analisar aqui, todavia, a resposta de L_IED_d11 à variação de L_ORMRE_d11 , a variável que inserimos

neste modelo. O impacto é, a princípio, *negativo*, mas depois de alguns meses ele se torna positivo – o que corroboraria nossa hipótese de que investir em diplomacia traz resultados e, para mais além disso, nos aponta que os resultados não são imediatos, sendo necessário alguns meses para a mudança começar a surtir efeito.

Tabela 23 – Resultado da ADV para L_IED_d11 em resposta às variáveis do Modelo 5

Período	L_IED_D11	$D(L_PIB_D11)$	$D(CAMB)$	$D(IPCA_D11)$	$D(IBOV)$	L_ORMRE_D11
1	100,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
2	93,161130	0,101110	4,157136	0,195370	0,202030	2,183229
3	87,397700	5,120887	4,947238	0,210264	0,359104	1,964813
4	83,078090	8,319680	4,537764	0,189629	0,453275	3,421564
5	81,559510	7,961921	4,808091	0,526828	0,689916	4,453737
6	79,304440	8,298365	6,622723	0,789233	0,766259	4,218984
7	76,388750	8,801570	8,961832	0,934832	0,796228	4,116783
8	74,320150	8,737796	9,482206	2,169207	0,812048	4,478592
9	73,088740	9,001229	9,920157	2,212786	0,825470	4,951622
10	72,052770	9,075589	1,017907	2,594728	0,845389	5,252450
11	71,068620	8,923325	1,028435	2,994479	0,856382	5,872844
12	70,215330	8,970491	1,025483	3,239389	0,869902	6,450066

Como L_IED_d11 e L_ORMRE_d11 estão no mesmo nível (isto é, não foram estimados em diferenças), é mais direto compreender a relação entre eles – podemos afirmar que, após 12 períodos, 6,45% da variação de L_IED_d11 é devido às flutuações de L_ORMRE_d11 . É uma relação forte o suficiente para justificar uma análise mais profunda, pois apenas L_PIB_d11 tem uma influência maior na variância do IED.

3.5.2. Modelo 6 – Adição de $FUNC$ e $ORMRE$

Semelhante ao Modelo 5, mas com a adição da variável $FUNC$, este modelo medirá o impacto do Ministério das Relações Exteriores na captação de investimento externo direto. Iniciaremos realizando os testes de definição de defasagens, para saber quantas colocaremos na estimação do VAR.

Tabela 24 – Testes de defasagem para o Modelo 6

Teste	Nome	Defasagens
LR	Likelihood Ratio	4
FPE	Final Prediction Error	2
AIC	Akaike Information Criterion	12
SC	Schwarz Information Criterion	1
HQ	Hannan-Quinn Information Criterion	1

Dois dos testes indicam somente uma defasagem. Estimamos o Modelo 6 desta forma, mas o teste LM de autocorrelação dos resíduos indica uma forte correlação (p-

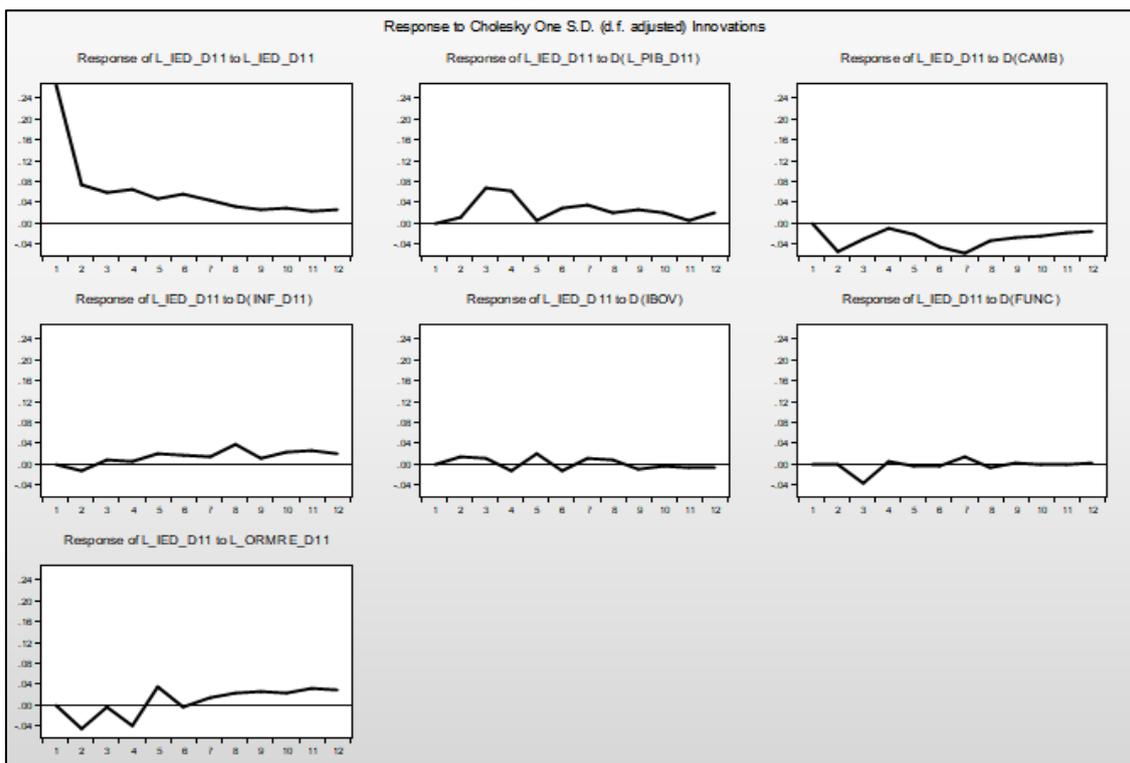
valor de 0,000). Já com quatro *lags*, como indica o teste LR, o modelo retornou um teste LM favorável, com a possibilidade de não rejeitar a hipótese nula do teste, conforme a Tabela 25.

Tabela 25 – Teste de autocorrelação dos resíduos no Modelo 6

Defasagens	Teste LRE	Prob.
1	43,3696	0,7014
2	112,2347	0,1593
3	172,0464	0,0860
4	230,8505	0,0579

Desta forma, com a regressão estipulada, podemos analisar novamente a função impulso resposta, conforme a Figura 9. As variações de $D(L_PIB_d11)$ e $D(CAMB)$ são semelhantes aos demais modelos analisados.

Figura 9 - Gráficos de FIR da variável L_IED_d11 em relação às variações das demais variáveis no Modelo 6.



O resultado da variação de $D(IPCA_d11)$ passou a ser positivo, o que contraria nossas percepções anteriores, já que estabelecemos nos primeiros modelos que a relação entre o nível de preços e o IED é inversamente proporcional, no curto prazo. Além disso, a relação de $D(FUNC)$ e L_IED_d11 é bastante peculiar, com a resposta mensal

permanecendo praticamente nula por quase todo o intervalo de 12 períodos simulados, à exceção de um impacto negativo no terceiro período.

A relação entre L_{ORMRE_d11} e L_{IED_d11} , todavia, é positiva após alguns meses. Da mesma forma que o Modelo 5, há uma pequena resposta negativa nos primeiros meses, mas a resposta muda o sinal, e permanece positiva até o fim dos 12 períodos simulados. Podemos afirmar, baseado neste modelo, que a relação de curto prazo entre o orçamento do MRE e a entrada de IED no Brasil é positiva, mas precisa de alguns meses para o efeito ser visto.

3.5.3. Modelo 7 – Adição de *FUNC*, *ABC* e *ORMRE*

Este modelo adiciona L_{ORMRE_d11} , *FUNC* e L_{ABC} às variáveis econômicas. Como há três variáveis estacionárias, não será possível realizar uma VEC. Desta forma, será realizado um VAR, assim como os Modelos 3 a 6. Os testes de defasagem, conforme a Tabela 26 mostra, indicam que o Modelo 7 tem provavelmente uma defasagem para ser levada em conta na estimação.

Tabela 26 – Testes de defasagens para o Modelo 7

Teste	Nome	Defasagens
LR	Likelihood Ratio	3
FPE	Final Prediction Error	2
AIC	Akaike Information Criterion	10
SC	Schwarz Information Criterion	1
HQ	Hannan-Quinn Information Criterion	1

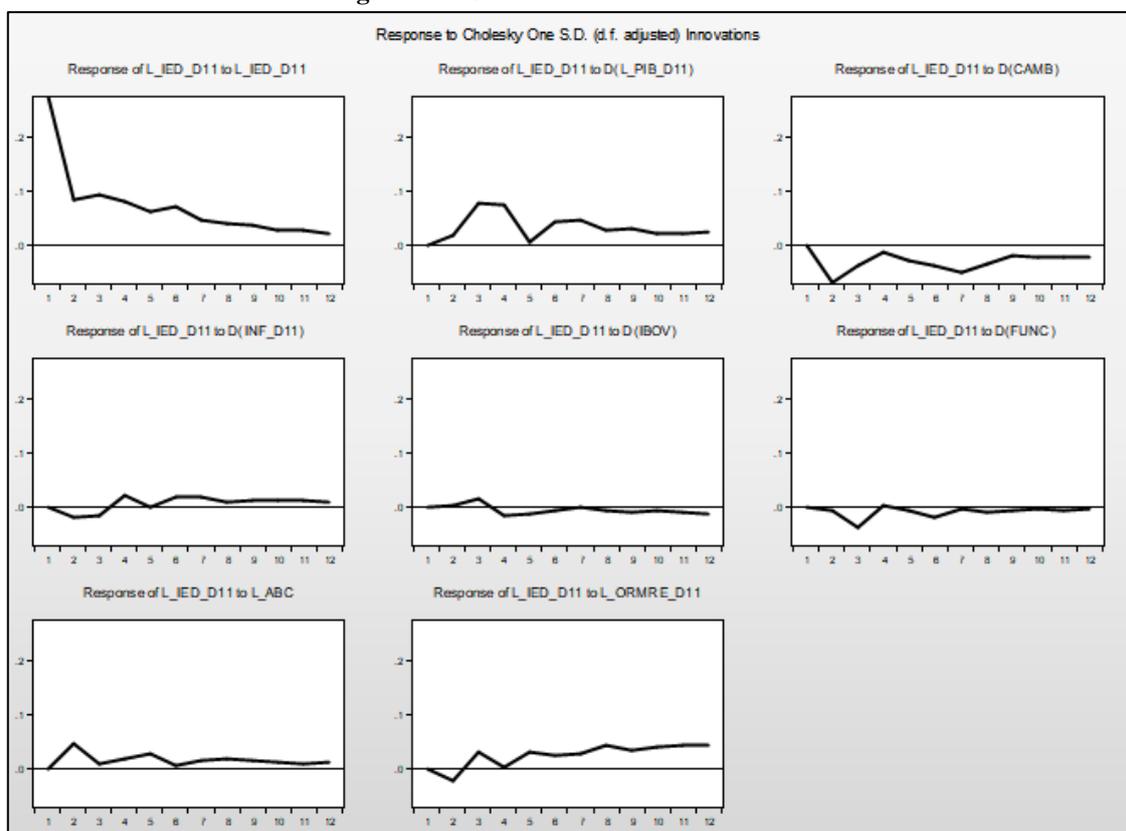
Da mesma forma que o Modelo 6 acima, todavia, a inclusão de somente uma defasagem fez com que os resíduos do modelo tivessem autocorrelação, invalidando a estimação. A inclusão de duas defasagens não remediou o suficiente, e o modelo só retornou resíduos sem autocorrelação serial após a inclusão de 3 *lags*. O resultado, neste caso, está na tabela abaixo.

Tabela 27 – Teste de autocorrelação dos resíduos do Modelo 7

Defasagens	Teste LRE	Prob.
1	67,7361	0,3510
2	144,7305	0,1481
3	187,8527	0,5711

Dessa forma, estipulamos um modelo VAR de 3 defasagens, em que três das variáveis são estimadas em nível, e as demais em diferenças de primeiro grau.

Figura 10 - Gráficos de FIR do Modelo 7.



À semelhança do Modelo 6, alguns resultados se tornam suficientemente diferentes dos demais modelos para chamar a atenção, como a relação positiva entre $D(IPCA_{d11})$ e L_{IED}_{d11} e a resposta à flutuação de $D(FUNC)$.

A resposta de L_{IED}_{d11} a L_{ABC} é positiva após alguns períodos, da mesma forma que é também a resposta a L_{ORMRE}_{D11} , apesar de haver uma pequena resposta negativa inicial. O Modelo 7 nos indica que a disponibilidade de mais recursos para ações diplomáticas pode ocasionar uma resposta positiva de influxo de investimento externo direto. A Tabela 28 mostra a ADV do Modelo 7, e nos permite fazer a mesma interpretação – o impacto dos orçamentos do Ministério das Relações Exteriores e, em menor proporção, da Agência Brasileira de Cooperação, têm potencial de impactar a variação do investimento externo direto no Brasil, embora em magnitude menor que políticas econômicas já consolidadas, como PIB e câmbio. A Tabela 28 demonstra que a variação de L_{IED}_{d11} é fortemente impulsionada pelas variações de $D(FUNC)$, L_{ABC}

e L_{ORMRE_d11} . A soma da resposta de L_{IED_d11} a essas três variáveis só não é maior que resposta à variação de L_{PIB_d11} .

Tabela 28 – ADV da resposta de L_{IED_d11} para as variáveis do Modelo 7

Período	L_IED_D11	D(L_PIB_D11)	D(CAMB)	D(IPCA_D11)	D(IBOV)	D(FUNC)	L_ABC	L ORMRE_D11
1	100,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
2	91,220900	0,412423	4,939113	0,340709	0,028830	0,051986	2,555045	0,450996
3	83,095600	6,020659	5,336629	0,465904	0,220701	1,370214	2,219310	1,270982
4	79,400080	10,01021	4,859986	0,772668	0,352834	1,231026	2,227923	1,145280
5	78,314240	9,528762	5,168864	0,734420	0,456700	1,205268	2,757023	1,834722
6	76,388430	10,25744	5,798407	0,908999	0,440842	1,387302	2,593957	2,224623
7	73,630910	11,23484	7,037405	1,103965	0,416922	1,313896	2,596290	2,665775
8	71,790530	11,33081	7,447575	1,134137	0,426501	1,299876	2,742225	3,828350
9	70,562790	11,68753	7,448111	1,192690	0,467396	1,286221	2,827746	4,527515
10	69,383370	11,75440	7,528303	1,244732	0,483037	1,261785	2,889230	5,455140
11	68,128170	11,77758	7,597240	1,292901	0,533084	1,252514	2,893016	6,525495
12	66,915810	11,86685	7,657335	1,315900	0,586991	1,227502	2,922319	7,507294

4. CONCLUSÃO

Esta dissertação procurou analisar se a PEB teve sucesso ao buscar a atração de investimento externo direto no Brasil, e encontramos uma importante relação existente entre ambos, o que nos permite definir que há impacto mensurável. Conforme discutimos, desde as reformas dos anos 1990 o Brasil alterou seu paradigma econômico, abrindo sua economia e facilitando seu ambiente institucional para a entrada de capitais oriundos do estrangeiro a fim de promover o desenvolvimento econômico nacional. Formadores de políticas públicas e cientistas daquela época concordavam que o IED em um país em desenvolvimento, como o Brasil, ajudá-lo-ia a acelerar o desenvolvimento dos seus setores produtivos, a aumentar a produtividade da mão-de-obra e a integrar melhor a economia brasileira nas cadeias globais de produção. Foi com este propósito que estímulos econômicos foram criados pelo Brasil, e que a estabilidade macroeconômica foi mantida, apesar das crises internacionais e dos problemas políticos internos.

Também por conta dessa compreensão da importância do IED que os presidentes brasileiros, juntos de seus ministros de Relações Exteriores e de seus corpos diplomáticos, praticaram a maior exposição do Brasil ao ambiente internacional, participando de mais acordos políticos e econômicos, realizando cooperações internacionais e missões diplomáticas, e diversificando os blocos e as alianças do país. O governo brasileiro sempre se preocupou em usar a política externa e o ambiente internacional como força motriz para promover desenvolvimento interno, embora com diferentes estratégias ao longo do tempo, e a ampla disponibilidade de capital internacional a partir dos anos 1990, combinada com o novo momento econômico interno, fez a captação internacional de recursos para o desenvolvimento da economia local ser o novo paradigma nacional.

Com este objetivo e este pano de fundo em mente, a entrada de IED no Brasil foi analisada, bem como um conjunto de variáveis macroeconômicas, que são frequentemente consideradas como determinantes do investimento estrangeiro no país, e um conjunto de variáveis diplomáticas, que nos auxiliariam a compreender as mudanças da PEB neste sentido. Valendo-se da análise econométrica de séries temporais, este trabalho analisou sete diferentes modelos estatísticos, com combinações das variáveis estudadas, para entender qual é a relação entre a política externa brasileira e a entrada internacional de recursos no país.

A análise nos permite concluir que há uma relação direta e mensurável entre a diplomacia brasileira praticada entre 1995 e 2018 e o influxo de investimento

internacional. Os modelos indicam que a relação é positiva, corroborando a teoria econômica e de política externa por trás da decisão dos políticos, e também mensurável, permitindo saber inclusive qual é o tamanho do impacto de uma mudança de política externa, a depender dos fatores que são analisados em conjunto.

O trabalho indica, desta forma, que há respaldo empírico em perseguir uma política externa voltada para a captação de recursos internacionais, pois seu impacto pode ser tão decisivo quanto a adesão às políticas econômicas com o mesmo fim. Em que se pese as características peculiares do sistema internacional e a situação econômica local, promover políticas que reforcem a imagem do Brasil de bom destino para investimentos estrangeiros teve sucesso. Mesmo alterando os modelos para levar em conta o peso de combinações diferentes de variáveis diplomáticas, a inclusão delas levou a uma relação de curto prazo positiva entre PEB e entrada de IED.

Para evitar a maior complexidade dos modelos, e para simplificar a análise dos resultados obtidos, esta análise não estudou políticas específicas da diplomacia para a promoção do IED, optando em vez disso por estudar a PEB de forma agregada. Futuros estudos podem tentar compreender se estas políticas surtiram resultados mensuráveis, e se existem melhores formas para os governantes redistribuírem seus recursos diplomáticos a fim de que eles tenham melhores resultados.

Esta dissertação também optou por realizar análises com dados mensais, o que impossibilitou a utilização de variáveis que poderiam ser importantes para este trabalho, mas que não estavam disponíveis no formato necessário. Trabalhos que desejam explorar este relacionamento podem usar outra periodicidade de dados, a fim de poder considerar impactos causados por outras importantes variáveis nacionais e internacionais.

Por fim, este trabalho se circunscreveu aos 24 anos que transcorreram entre 1995 e 2018, por conta da combinação de fatores econômicos, políticos e institucionais que permitiram a existência de uma estabilidade no país para a adesão a essas políticas e seus efeitos posteriores. Mas certos dados estavam disponíveis em intervalos menores, o que empobreceu nossa análise ao diminuir o número de observações e o horizonte de longo prazo. Futuros trabalhos podem se beneficiar da existência de registros mais constantes para verificar possíveis novos impactos durante o tempo.

5. BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Introdução.**

Aids: como o Brasil derrotou os EUA. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20010626/aids-como-brasil-derrotou-eua/23043>>. Acesso em: 28 set. 2020.

ALMEIDA, S. F. C. DE. **Campeões nacionais: o papel do BNDES e a atuação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.** [s.l.] Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012.

AMORIM, C. **Discurso de Posse - Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim.** Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/61-ministros-das-relacoes-exteriores/166-celso-amorim>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

AMORIM, C. **Política Externa do Governo Lula: os dois primeiros anos.** Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/m11_u8_09052014-17-20-00-9.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020.

AVERBUG, A.; GIAMBIAGI, F. **A Crise Brasileira de 1998/1999 - Origens e Conseqüências.** Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td/Td-77.pdf>.

BABB, S. The Washington Consensus as transnational policy paradigm: Its origins, trajectory and likely successor. **Review of International Political Economy**, v. 20, n. 2, p. 268–297, 2012.

BACHA, E. O Plano Real: uma avaliação. In: **Belíndia 2.0: Fábulas e ensaios sobre o país dos contrastes.** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 135–175.

BANCO MUNDIAL. **No Title.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/brazil?view=chart>>.

BARROS, R. P. DE; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Pelo Fim das Décadas Perdidas: Educação e Desenvolvimento Sustentado no Brasil.** Rio de Janeiro: [s.n.].

BELANDRIA, M. T. **El socialismo del siglo XXI se toma Mercosur**. Disponível em: <<https://www.analisislatino.com/opinion/?id=5751>>. Acesso em: 4 nov. 2020.

BOITO JR, A.; BERRINGER, T. Brasil: Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos lula e dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, p. 31–38, set. 2013.

BRIDI, S.; GREENWALD, G. **Documentos revelam esquema de agência dos EUA para espionar Dilma**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/09/documentos-revelam-esquema-de-agencia-dos-eua-para-espionar-dilma-rousseff.html>>. Acesso em: 14 set. 2020.

BURGES, S. W. Brazil as a bridge between old and new powers? **International Affairs**, v. 89, n. 3, p. 577–594, 1 maio 2013.

CARDOSO, F. H. Dependency and Development in Latin America. In: ROBERTS, J. T.; HITE, A. (Eds.). . **From modernization to globalization; perspectives on development and social change**. [s.l.] Blackwell, 1972. p. 169–178.

CARDOSO, F. H. A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 44, n. 1, p. 5–12, 2001.

CARVALHO, L. **Governo Fernando Henrique Cardoso**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/governo-fernando-henrique-cardoso.htm>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

CASTRO, A. B. DE. **From semi-stagnation to growth in a sino-centric market****Brazilian Journal of Political Economy**. [s.l: s.n.].

CEPAL. **La inversión extranjera en América Latina y el Caribe - informe 1997**. Santiago: [s.n.].

CHEIBUB, Z. B. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. **Revista de Ciências Sociais**, v. 28, n. 1, p. 113–131, 1985.

CHRISTIANSEN, H.; BERTRAND, A. **Trends and recent developments in foreign direct investment**. [s.l: s.n.].

COHEN, B. J. **The Macrofoundation of Monetary Power**. Fiesole: [s.n.].

Disponível em: <<http://www.iue.it/RSCAS/Publications/>>.

CORNETET, J. M. C. **Diplomacia Econômica Brasileira De 2003 a 2018**. [s.l.] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

CORRÊA, L. F. DE S. A Política Externa de José Sarney. In: ALBUQUERQUE, J. A. G.; SEITENFUS, R.; CASTRO, S. H. N. DE (Eds.). . **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. v. 1p. 512–546.

DE MELLO, L. R. Foreign direct investment-led growth: evidence from time series and panel data. **Oxford Economic Papers**, v. 51, p. 133–151, 1999.

DELFIM NETTO, A. **Tragédia**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antionidelfim/2013/05/1274979-tragedia.shtml>>. Acesso em: 4 dez. 2020.

DENISIA, V. Foreign Direct Investment Theories: An Overview of the Main FDI Theories. **European Journal of Interdisciplinary Studies**, n. 02, p. 53–59, 2010.

DICKEY, D. A.; FULLER, W. A. Distribution of the Estimators for Autoregressive Time Series with a Unit Root. **Journal of the American Statistical Association**, v. 74, n. 366a, p. 427–431, jun. 1979.

DUIGNAN, B. **Great Recession**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/great-recession>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

EIRÓ, F. O Programa Bolsa Família e os pobres “não merecedores”: poder discricionário e os limites da consolidação de direitos sociais. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 13, p. 65–70, 2017.

ENGLE, R. F.; GRANGER, C. W. J. Co-Integration and Error Correction: Representation, Estimation, and Testing. **Econometrica**, v. 55, n. 2, p. 251–276, 1987.

ERBER, F. S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: Um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 1, p. 31–55, mar. 2011.

FRANCO, G. H. DE B. A inserção externa e o desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 3, p. 121–147, 1998.

FRANCO, N. **Aprovação de mudanças nas leis trabalhistas dividem opiniões**.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-07/aprovacao-de-mudancas-nas-leis-trabalhistas-divide-opinioes>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

FRANCOIS, J. F.; VAN MEIJL, H.; VAN TONGEREN, F. Trade liberalization in the Doha Development Round. **Economic Policy**, n. 42, p. 349–391, 2005.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma Ponte para o Futuro**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. [s.l.] Companhia das Letras, 2007.

GIAMBIAGI, F. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC. In: GIAMBIAGI, F. et al. (Eds.). . **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011a. p. 165–195.

GIAMBIAGI, F. Rompendo com a Ruptura - o Governo Lula. In: GIAMBIAGI, F. et al. (Eds.). . **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011b. p. 197–237.

GIAMBIAGI, F.; ALMEIDA, P. R. **Morte do Consenso de Washington? Os rumores a esses respeito parecem muito exagerados**. Rio de Janeiro: [s.n.].

GONÇALVES, R. **Impacto do investimento estrangeiro direto sobre renda, emprego, finanças públicas e balanço de pagamentos**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91300/1/661597164.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.

HAINES, A. E. F.; FERRARI-FILHO, F.; NEYRA, H. The consequences of the international financial crisis and the great recession in Argentina and Brazil. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 1, p. 68–85, 2020.

HALL, A. From Fome Zero to Bolsa Família: Social policies and poverty alleviation under Lula. **Journal of Latin American Studies**, v. 38, n. 4, p. 689–709, 2006.

HIRST, M.; LIMA, M. R. S. DE; PINHEIRO, L. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. **Nueva Sociedad**, p. 21–41, dez. 2010.

HOSSEINI, H. An economic theory of FDI: A behavioral economics and historical approach. **Journal of Socio-Economics**, v. 34, n. 4, p. 528–541, 2005.

HYMAN, G. F. **Foreign Policy and Development: Structure, Process, Policy, and the Drip-by-Drip Erosion of USAID**. Washington DC: [s.n.].

HYMER, S. H. **The international operations of national firms, a study of Direct Foreign Investment**. [s.l.] Massachusetts Institute of Technology, 1960.

JERONIMO, J. **Levy sob fogo cruzado**. Disponível em: <https://istoe.com.br/407826_LEVY+SOB+FOGO+CRUZADO>. Acesso em: 2 dez. 2020.

JOHANSEN, S. Estimation and Hypothesis Testing of Cointegration Vectors in Gaussian Vector Autoregressive Models. **Econometrica**, v. 59, n. 6, p. 1551–1580, 1991.

JOHANSEN, S. A Statistical Analysis of Cointegration for I(2) Variables. **Econometric Theory**, v. 11, n. 1, p. 25–59, 1995.

KEOHANE, R. Lilliputians' Dilemmas: Small States in International Politics. **International Organization**, v. 23, n. 2, p. 291–310, 1969.

LAFER, C. Brasil: dilemas e desafios da política externa. **Estudos Avançados**, v. 14, p. 260–267, 2000.

LALL, S. **Globalização e Desenvolvimento: Perspectivas para as Nações Emergentes**. Rio de Janeiro: [s.n.].

LAMPREIA, L. F. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 2, p. 5–17, 1998.

LANGONI, C. G. **Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Expansão e Cultura, 1973.

LIMA, M. R. S. DE. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 1, p. 24–59, 2005.

LIMA, K. **Dilma é a “mãe do PAC”, diz Lula em morro do Rio**. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-e-a-mae-do-pac-diz-lula-em-morro-do-rio,136437>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

LÜTKEPOHL, H. **New Introduction to Multiple Time Series Analysis**. [s.l.: s.n.].

MAITRA, S. **Time-series Analysis with VAR & VECM: Statistical approach**. Disponível em: <<https://towardsdatascience.com/vector-autoregressions-vector-error-correction-multivariate-model-a69daf6ab618>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

MALAN, P. S. Uma crítica ao Consenso de Washington. **Revista de Economia Política**, v. 11, n. 3, p. 5–12, 1991.

MANZUR, T. M. P. G. A Política Externa Independente (PEI): Antecedentes, apogeu e declínio. **Lua Nova**, v. 93, p. 169–199, 2014.

MATTOS, L. B. DE; CASSUCE, F. C. DA C.; CAMPOS, A. C. Determinantes dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil, 1980-2004. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 11, n. 1, p. 39–60, 2007.

MAXWELL, S. **How do development and foreign policy connect?** London: [s.n.]. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/development/body/press-forum/>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

MESQUITA, M. A política econômica do governo Dilma: a volta do experimentalismo. In: PÚBLICAS, C. DE D. E P. (Ed.). **Sob a Luz do Sol**. São Paulo ed. [s.l.: s.n.]. p. 3–14.

MORO, O. F. D. et al. O Investimento Estrangeiro Direto (IED) e seus determinantes: uma análise para a economia brasileira no período 1995-2016 a partir de um modelo VEC. **A Economia em Revista**, v. 28, n. 2, p. 55–71, 2020.

MOTA, C. V. **Ipea: cada R\$ gasto com Bolsa Família adiciona R\$1,78 ao PIB**. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2013/10/15/ipea-cada-r-1-gasto-com-bolsa-familia-adiciona-r-178-ao-pib.ghtml>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

MUNGIOLI, R. P. **O desenvolvimentismo possível? Política de campeões nacionais e a inserção internacional do Brasil em inícios do século XXI**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

NONNEMBERG, M. J. B.; MENDONÇA, M. J. C. DE. Determinantes dos Investimentos Diretos Externos em Países em Desenvolvimento. **Estudos Econômicos**, v. 35, n. 4, p. 631–655, 2005.

OREIRO, J. L. A grande recessão brasileira: Diagnóstico e uma agenda de política econômica. **Estudos Avancados**, v. 31, n. 89, p. 75–88, 2017.

OREIRO, J. L.; MARCONI, N. O Novo-Desenvolvimentismo e seus Críticos. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 11, n. 19, p. 167–179, 2016.

PERES, S. C.; YAMADA, T. H. Determinantes Do Investimento Estrangeiro Direto No Brasil: Uma Aplicação Do Modelo De Vetores Autorregressivos (Var) No Período 1980-2010. **Economia e Desenvolvimento**, v. 26, n. 2, p. 1–20, 2014.

PERRONE DE MIRANDA, S. A “nova política externa brasileira” de Temer para a América do Sul. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 51, p. 126–138, 30 set. 2019.

PIRES, J. M.; GALHARDO, A. F. Caminhando em círculo: idas e vindas da política econômica do governo Dilma. **Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 26, n. 1(47), p. 197–215, 2015.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, n. 3, p. 47–111, 1949.

RAFAT, M. The interactive relationship between economic growth and foreign direct investments (FDI): A VAR analysis in Iran. **Iranian Economic Review**, v. 22, n. 1, p. 163–185, 2018.

REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA. **161ª Reunião - agosto de 2011**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom/31082011>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

REUTEMANN, M. **El papel de las ideas en el regionalismo: la agenda de MERCOSUL durante los gobiernos de Mauricio Macri y Michel Temer (2015-2017)**. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, out. 2018.

RICARDO, J. G. DA S. O giro da economia nos governos Lula, Dilma e Temer: da euforia ao rombo nas contas públicas no Palácio do Planalto. **Revista Estação Científica**, v. 19, p. 1–15, 2018.

RICUPERO, R. À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 87, p. 35–58, 2010.

RIGGIROZZI, P. Region, Regionness and Regionalism in Latin America: Towards a New Synthesis. **New Political Economy**, v. 17, n. 4, p. 421–443, 2011.

ROBERTO DE ALMEIDA, P. Never Before Seen in Brazil: Luis Inácio Lula da Silva's grand diplomacy. **Revista Brasileira de Política Internacional**, p. 160–177, 2010.

SALLUM JR, B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, p. 23–47, out. 1999.

SARAIVA, M. G. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. **Mural Internacional**, v. 1, n. 1, p. 45–52, 2010.

SARAIVA, M. G. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, p. 025–035, dez. 2014.

SHAKYA, S. **Exact process to do ADF Unit Root Test**. Disponível em: <<https://shishirshakya.blogspot.com/2015/11/exact-process-to-do-adf-unit-root-test.html>>. Acesso em: 9 fev. 2020.

SHAN, J. A VAR approach to the economics of FDI in China. **Applied Economics**, v. 34, n. 7, p. 885–893, 2002.

SHISKIN, J.; YOUNG, A. H.; MUSGRAVE, J. C. **The X-11 variant of the Census Method II seasonal adjustment program**. Washington, D.C.: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.census.gov/ts/papers/ShiskinYoungMusgrave1967.pdf>>.

SILVA, Á. V. C. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 49, p. 23, 4 abr. 2019.

SILVA, A. L. R. DA. O Brasil diante da globalização: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). **Carta Internacional**, p. 20–34, 2012.

SILVA, A. L. R. DA; PÉREZ, J. O. Lula, Dilma, and Temer The Rise and Fall of Brazilian Foreign Policy. **Latin American Perspectives**, 2019.

SILVEIRA, E. M. C. DA; SAMSONESCU, J. A. D.; TRICHES, D. Los determinantes de la inversión extranjera directa en el Brasil: Análisis empírico del período

2001-2013. **Revista de la CEPAL**, n. 121, p. 185–199, 7 nov. 2017.

SILVEIRA, R. DE C. **Neoliberalismo: conceito e influências no Brasil - de Sarney a FHC**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SIMONSEN, M. H. A inflação brasileira: lições e perspectivas. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 4, p. 15–30, 1985.

SIMS, C. A. Macroeconomics and Reality. **Econometrica**, v. 48, n. 1, p. 1, jan. 1980.

SPOHR, A. P.; SILVA, A. L. R. DA. Foreign Policy's Role in Promoting Development: the Brazilian and Turkish Cases. **Contexto Internacional**, v. 39, n. 1, p. 157–178, 2017.

STRANGE, S. **States and Markets**. 2. ed. London: Continuum, 1988.

TOMZ, M. International Finance. In: **Handbook of International Relations**. 2nd. ed. [s.l.] SAGE, 2013. p. 692–713.

TREVINO, L. J.; THOMAS, D. E.; CULLEN, J. The three pillars of institutional theory and FDI in Latin America: An institutionalization process. **International Business Review**, v. 17, n. 1, p. 118–133, 2008.

VARGAS, J. A. C. **Campanha Permanente: A construção do substrato normativo da bosca do Brasil por uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas**. [s.l.: s.n.].

VELDE, D. W. TE. **Foreign Direct Investment and Development - An historical perspective**. [s.l.: s.n.].

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 273–335, 2007.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F. DE; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, p. 31–61, nov. 2003.

VISENTINI, G. F. **A política externa do regime militar brasileiro**. 2. ed. [s.l.] Editora UFRGS, 2004.

VISENTINI, P. F. South-South cooperation, prestige diplomacy or “soft

imperialism”? Lula’s government Brazil-Africa relations. **Século XXI**, v. 1, n. 1, p. 65–84, 2010.

VIZENTINI, P. G. F. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. **Ensaio FEE**, v. 20, n. 1, p. 134–154, 1999.

VOLPE, R. **EC 95 - Novo Regime Fiscal**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <[https://portal.tcu.gov.br/data/files/42/A2/FA/FE/BCEDF510F0C95CE52A2818A8/EC95 - Novo Regime Fiscal - As diversas interpretações.pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/42/A2/FA/FE/BCEDF510F0C95CE52A2818A8/EC95-NovoRegimeFiscal-Asdiversasinterpretações.pdf)>.

WIJEWEERA, A.; MOUNTER, S. A VAR Analysis on the Determinants of FDI Inflows: The Case of Sri Lanka. **Applied Econometrics and International Development**, v. 8, n. 1, p. 189–198, 2008.

WILLIAMSON, J. What Washington Means by Policy Reform. In: **Latin American Adjustment: How Much has Happened?** Washington, D.C.: Peterson Institute for International Economics, 1990.

WILLIAMSON, J. Democracy and the “Washington Consensus”. **World Development**, v. 21, n. 8, p. 1329–1336, 1993.

WILLIAMSON, J. A Short History of the Washington Consensus. **Law and Business Review of the Americas**, v. 15, p. 7–23, 2009.

APÊNDICE A – ALGORITMO DE TESTE DE ADF PARA RAIZ UNITÁRIA

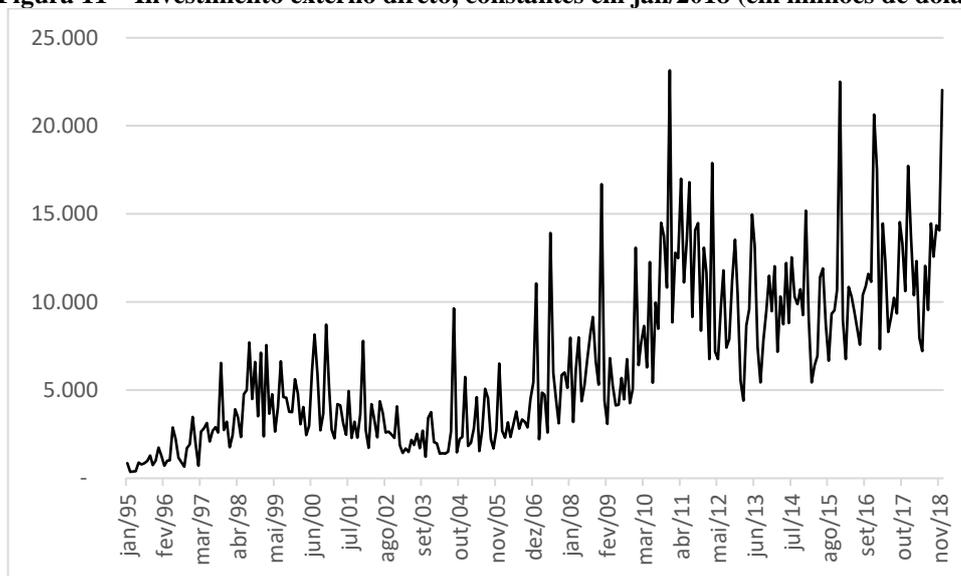
Este algoritmo foi elaborado com base em Shakya (2015), a fim de definir se uma dada variável contém raiz unitária.

1. A variável é regredida em nível (isto é, sem diferenciação da observação t pela observação $t - 1$), com o intercepto e a tendência (α e β) sendo diferentes de 0, e com um número p de *lags* (o número de *lag* definido é o maior valor que seja estatisticamente significativo na regressão do teste).
 - 1.1. A estatística do teste é comparada com a tabela de valor crítico, e se o valor da estatística for maior do que o valor crítico (ou se o p-valor respectivo for menor que o nível de significância), considera-se que *não há raiz unitária*, e encerramos o teste, concluindo que a variável é estacionária, ou que essa variável é $I(0)$.
 - 1.2. Caso o p-valor for maior que o nível de significância, então é possível que haja raiz unitária. Analisamos o valor de β , e se a tendência for estatisticamente significativa para a regressão (isto é, se o p-valor respectivo for menor que o nível de significância), concluímos que *há raiz unitária*. Pulamos para o passo número 4.
 - 1.3. Se o p-valor de β for maior, é possível que a inclusão da tendência tenha sido uma sobre-especificação, e o resultado talvez não seja confiável. Seguimos com o passo 2.
2. Realizamos nova regressão em nível, mas assumindo que β é igual a 0 – ou seja, que não há tendência nesta regressão.
 - 2.1. Analisamos o valor da estatística ou, equivalentemente, o p-valor da regressão. Se o valor da estatística for maior que o valor crítico, ou se o p-valor for menor que o nível de significância, aceitamos que *não há raiz unitária*, consideramos esta variável $I(0)$, e encerramos o teste.
 - 2.2. Caso o p-valor ainda for maior que o nível de significância, analisamos o p-valor da constante da regressão. Caso ele for menor que o nível de significância, então *há raiz unitária*, e pulamos para o passo número 4.
 - 2.3. Se o p-valor de α for menor que o nível de significância, o intercepto pode ser desconsiderado do modelo. De modo que realizamos o passo 3.

3. Realizamos uma última regressão em nível, restringindo ambos os parâmetros α e β como sendo iguais a zero – isto é, não há tendência ou intercepto.
 - 3.1. Comparamos o valor do teste estatístico (ou estudamos o p-valor) da regressão, e se a hipótese nula do teste for, considera-se que *não há raiz* unitária, e encerramos o teste. A variável é $I(0)$.
 - 3.2. Caso contrário, se ainda não pudermos rejeitar a hipótese nula, então consideramos que os valores dessa variável não são estacionários, e que *há uma raiz unitária*. Passamos, então, para o próximo passo.
4. Se a variável tiver uma raiz unitária e, desta forma, não for estacionária, então realizamos a diferenciação de primeiro nível, subtraindo a observação y_{t-1} da observação y_t , e rodamos os testes novamente, repetindo os passos 1 a 3 para estabelecer se a primeira diferença é estável.
 - 4.1. Caso não houver raiz unitária, assumimos que a variável é estável em primeiro nível, ou $I(1)$. Se ainda houver, realizamos nova diferenciação e nova etapa de testes.

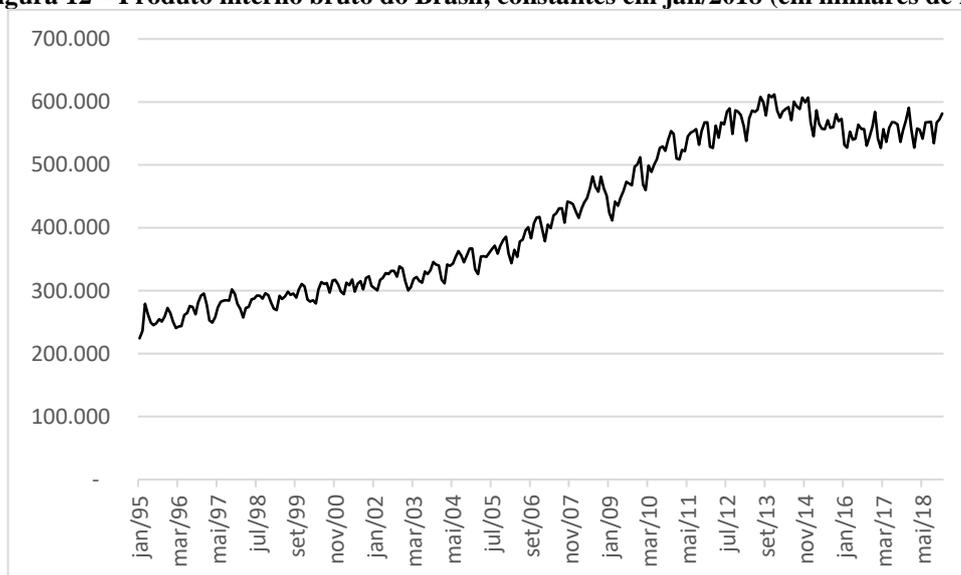
APÊNDICE B – GRÁFICOS DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS

Figura 11 – Investimento externo direto, constantes em jan/2018 (em milhões de dólares)



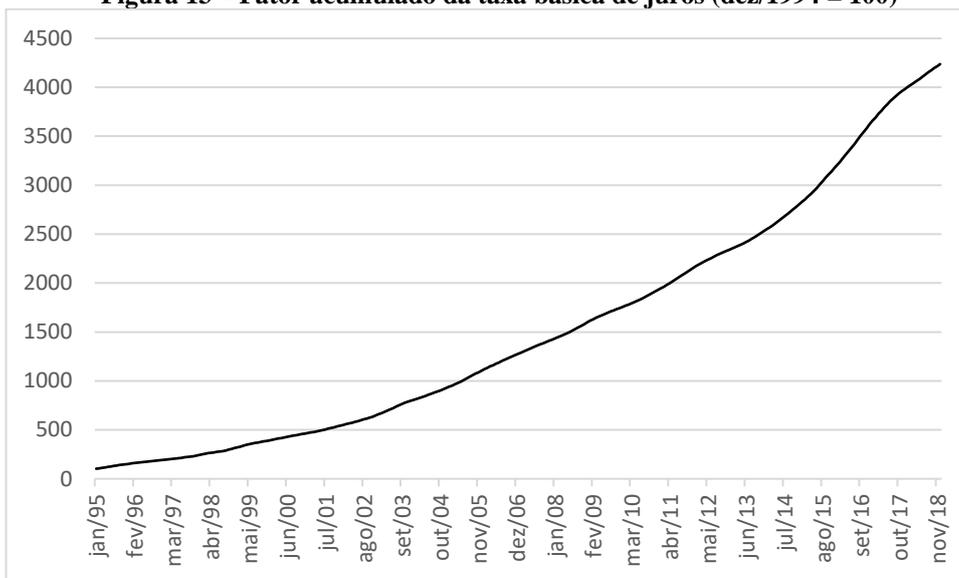
Fonte: BCB/Ipeadata

Figura 12 – Produto interno bruto do Brasil, constantes em jan/2018 (em milhares de reais)



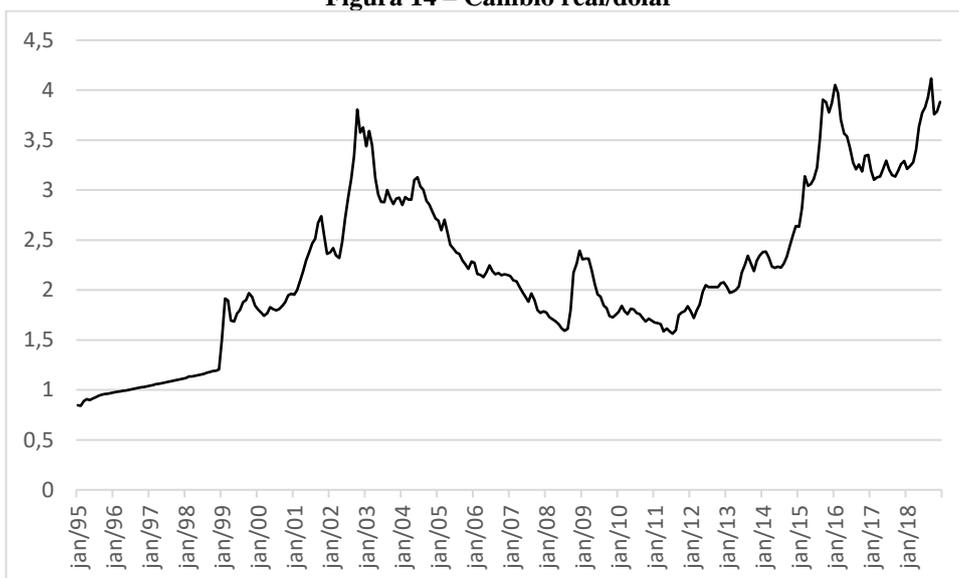
Fonte: BCB/Ipeadata

Figura 13 – Fator acumulado da taxa básica de juros (dez/1994 = 100)



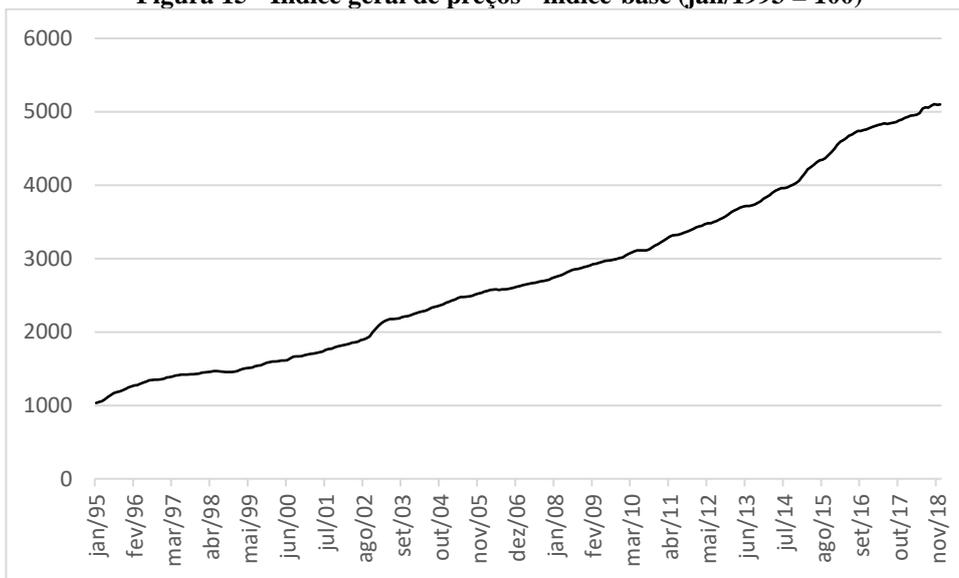
Fonte: BCB

Figura 14 – Câmbio real/dólar



Fonte: BCB

Figura 15 - Índice geral de preços - índice-base (jan/1993 = 100)



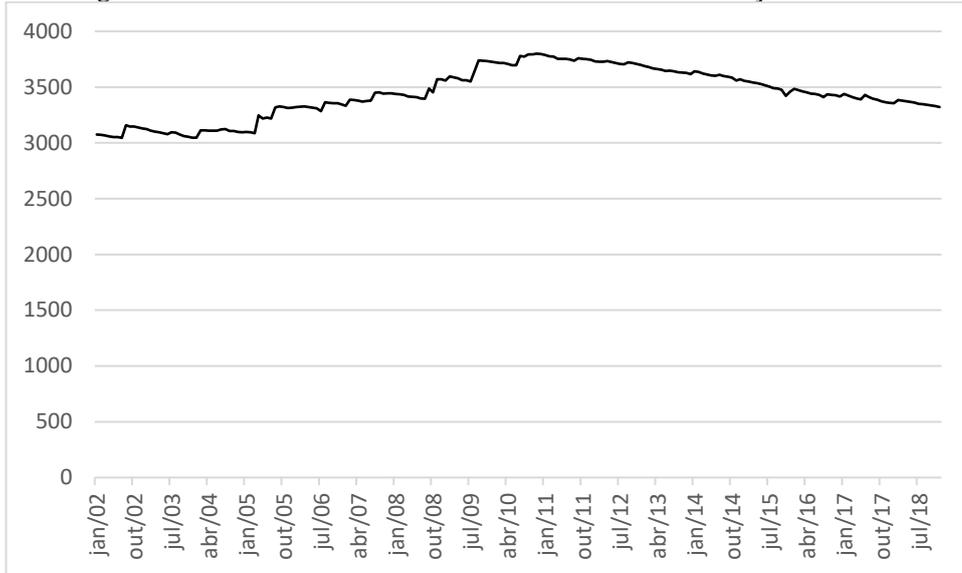
Fonte: IBGE/Ipeadata

Figura 16 - Índice iBovespa



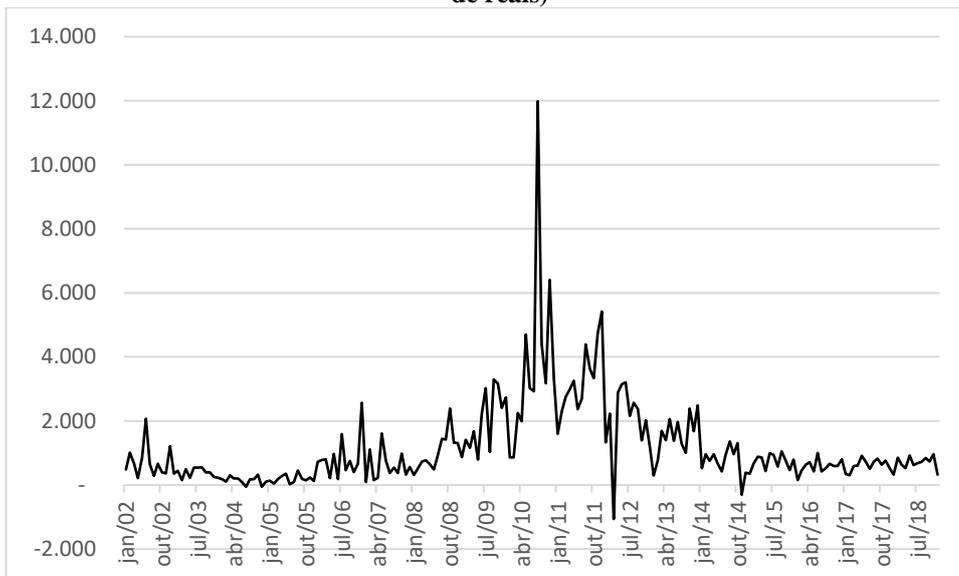
Fonte: B3/Ipeadata

Figura 17 – Número de funcionários do Ministério das Relações Exteriores



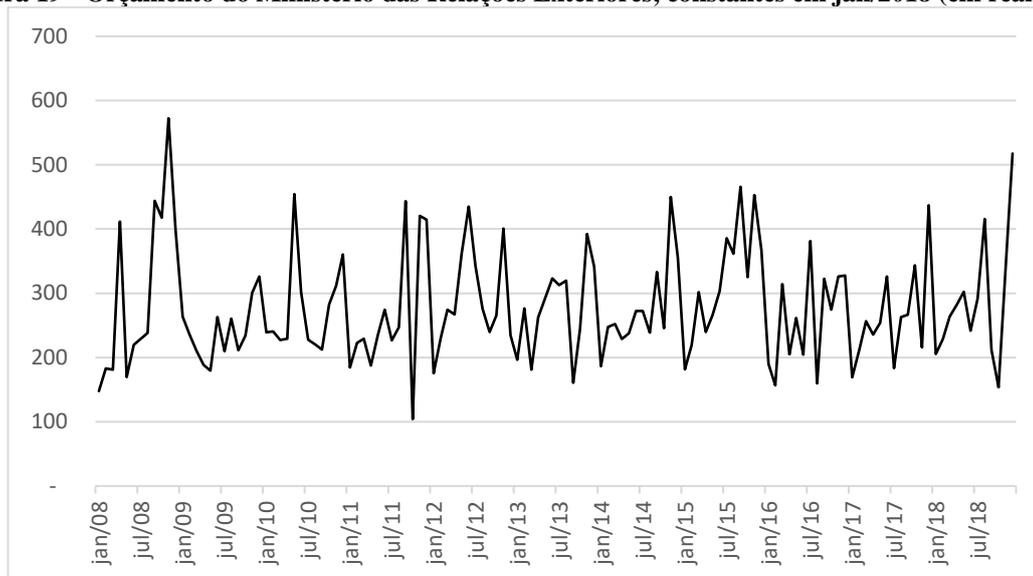
Fonte: PEP/ME

Figura 18 – Orçamento da Agência Brasileira de Cooperação, constantes em jan/2018 (em milhares de reais)



Fonte: ABC

Figura 19 - Orçamento do Ministério das Relações Exteriores, constantes em jan/2018 (em reais)



Fonte: MRE/IBGE